



INESC

HISTÓRIA

em memórias

O Brasil vive momentos decisivos de luta.

CONGRESSO TRAN
DIREITOS HUMANOS
REFORMA POLÍTICA
TRANSGÊNICOS. IA DIRE
MULHERS
HOMOFOBIA ANIS
DITADURA
ELEIÇÕES IGUALDADE
TE
ME
RE

TRANSPARÊNCIA
EXÍLIO FOME ÉTICA
TAS JÁ! FOME ÉTICA
CIDADANIA
POLÍTICA
ERRA IMPEACHMENT
INDÍGENA
AMBIENTE BIZEH
FORMA AGRÁRIA



INESC
HISTÓRIA EM MEMÓRIAS
(1979 – 2011)



Brasília, 2012

Todos os direitos reservados ao Inesc.

É permitida a reprodução total ou parcial dos textos aqui reunidos, desde que seja citado(a) o(a) autor(a) e que se inclua a referência ao artigo original.

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

CS, QD 01, Bloco L, nº17, Cobertura – Ed. Márcia

CEP:70307-900 – Brasília – DF

Tel: (55 61) 3212-0200

Fax: (55 61) 3212-0216

www.inesc.org.br

protocoloinesc@inesc.org.br

SUPERVISÃO EDITORIAL:

Colegiado de Gestão do Inesc

ORGANIZAÇÃO:

Dulce Pandolfi

Augusto Gazir

PESQUISA E PROJETO GRÁFICO:

Mórula Oficina de Ideias

www.morulaideias.com.br

APOIO:



IONAL DAS
IFUNDIO

INESC: 32 ANOS SONHANDO, LUTANDO E INCIDINDO NA HISTÓRIA BRASILEIRA

O Inesc completou em 2011 32 anos de existência. Uma organização que com o perfil político do Inesc consegue “sobreviver” por tanto tempo significa que faz sentido a sua existência para a sociedade. Portanto olhar estes 32 anos é olhar na “linha do tempo histórico” onde estava o Inesc nos momentos importantes da história Brasileira. Esta é a proposta deste livro. Mais do que comemorar os 32 anos de sua existência é avaliar onde o Inesc estava politicamente neste período.

Ao longo desta linha do tempo vamos perceber que o lugar do Inesc sempre foi e será na luta pelos direitos humanos, pela construção de processos realmente democráticos, pela ampliação da participação popular nas decisões políticas (tanto em âmbito nacional como internacional), no controle social da aplicação dos recursos públicos, na defesa da reforma agrária, da igualdade de gênero, no combate ao racismo e a homofobia e todas as formas de desigualdades e, principalmente, na construção de uma sociedade igualitária, realmente democrática, na qual o ser humano é visto como parte integrante da natureza e não o todo poderoso que a domina. Esta é a nossa utopia, este é o nosso sonho.

O Inesc esteve e sempre estará com quem constrói processos e lutas na direção destes sonhos. A nossa existência só faz sentido na luta cotidiana pela construção de uma nova cultura, portanto de novas relações tanto no espaços privados como públicos.

Só chegamos aqui por que tivemos apoios e construímos relações políticas de respeito e confiança. Agradecemos a todas as organizações e movimentos sociais brasileiros e internacionais que ao longo do tempo apostaram no Inesc e continuam apostando. Somos uma organização que participa de um sonho compartilhado e projetado por muitos e muitas: o sonho da construção de um outro mundo.

Conselho Diretor do Inesc



do Inesc

AS ORIGENS

TEMPORARIO
 MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
 CHILE

Asignación N° 1410 Art. N° 11/33
 favor de María Jose Jaime Pouz
 Rech. percibidos US\$ 800
 Extr. cambio 5 % 0,40
 Total Dollars Rec. US\$ 840
 Sal m. nac. E° 386,40
 M. Interior N° 3492/43.-
 Válido para permanecer en Chile
 20 AGO. 1973

JOSE L. LEON L.
 Director Consular y de Inmigración

1964

La FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES (FLACSO) certifica que el

sr. María José Jaime

de nacionalidad Brasileña

es Profesor Ayudante de nuestra Institución.

Bs.As. 1° de Abril de 1973

Arturo O'Connell
 Secretario General

María José Jaime
 Firma del Funcionario

GOLPE MILITAR

PASSAPORTE E CARTEIRA DE ESTUDANTE DE MARIA JOSÉ JAIME, A BIZEH, FUNDADORA DO INESC



1968

1971



Decretado em dezembro o **Ato Institucional nº 5 (AI-5)**.

O AI-5, o chamado “golpe dentro do golpe”, endureceu ainda mais o regime militar, ao suspender várias garantias constitucionais. Entre

outras coisas, o ato determinou o fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores. No mesmo ano, em junho, havia se realizado a Passeata dos Cem Mil, a mais importante manifestação contra a ditadura militar até então.

Milhares de pessoas tomaram as ruas do Centro do Rio de Janeiro para protestar contra a repressão do regime.

BIZEH VAI PARA O EXÍLIO

Maria José Jaime, a Bizeh, fundaria o Inesc em 1979, depois de seis anos exilada por conta da perseguição da ditadura militar. Dois anos após o golpe de 1964, Bizeh já entrara na clandestinidade e, em 1971, decidiu partir para o exílio, assim como boa parte dos militantes de esquerda naquela época. No exterior, Bizeh passou por treinamento militar na China e teve passagens por Chile, Peru e Argentina. Retornou ao Brasil apenas em 1977, onde ainda viveu clandestina até que fosse aprovada a Lei da Anistia em 1979. No mesmo ano, fundou o Inesc, com o apoio de outros militantes, intelectuais, amigos e amigas.

Maria José Jaime, filha de Maria do Rosário Roriz Jaime e José Sisenado Jaime, nasceu em 1941 na cidade de Silvânia (GO), distante 80 km de Goiânia, para onde se mudou ainda criança. Bizeh, como era carinhosamente chamada, foi uma militante de esquerda com intensa participação na vida política do país. Iniciou sua militância no movimento de jovens católicos. Lá, conheceu Betinho e outras lideranças que, em seguida, criaram a Ação Popular (AP), importante organização na luta contra a ditadura militar. Historiadora, Bizeh sempre dedicou-se à militância sem abandonar a trajetória acadêmica. Especializou-se em História do Brasil na USP, onde foi aluna de Sérgio Buarque de Holanda, e, durante o exílio, fez em Buenos Aires mestrado na Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, a Flacso.

1974



O general **Ernesto Geisel** substituiu Emílio Garrastazu Médici na Presidência e anuncia a sua “distensão lenta, gradual e segura”, ou seja, a implementação de medidas de liberalização do regime, amplamente controladas pelo Executivo.





Eu sofri influência da Bizeh, ela que me levou para o movimento político. Ela era uma líder dentro da minha casa.

Ela era da direção da Ação Popular quando eu entrei e durante algum tempo a gente teve uma atuação clandestina. Eu saí do país antes, mas logo depois ela foi porque chegou a um ponto que você não tinha mais como viver aqui. Nós éramos procuradas por todos os lados, com milhões de processos. Eu fui presa, Bizeh foi presa. O cerco foi se apertando muito, então saí clandestina para o Chile e voltei clandestina também.

A Bizeh foi para o Chile, depois para o Peru e finalmente para Buenos Aires. Ela tinha um problema maior do que o meu porque foi da direção nacional da Ação Popular, e é evidente que os órgãos de repressão tinham todas essas informações.

Ela voltou clandestina, numa articulação feita por nossa família e amigos, e foi pra Goiânia, nossa cidade natal, para ficar em um colégio de freiras. O Fleury [Sérgio Fleury: delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) durante a ditadura militar] descobriu e foi lá pegar a Bizeh. E quase que pegou. Ela se salvou porque também nossa família e amigos conseguiram trazê-la para um hospital de Brasília, onde ela ficou um ano. Isso foi 1978, e 79 veio a anistia, quando ela pode passar a viver novamente.”

Maria Lúcia Jaime

IRMÃ DE BIZEH, EM ENTREVISTA CONCEDIDA EM 15 DE AGOSTO DE 2011

1979

ANISTIA

“

A Bizeh veio ficar escondida em Brasília, porque ela era ilegal ainda no país, em um hospital chamado Santa Luzia. Nesse período, ela começou junto com amigos que eram parlamentares do MDB, a ala progressista do MDB que não tinha sido exilada, a elaborar a Lei da Anistia. Esse pode ser considerado o primeiro grande trabalho do Inesc, do ponto de vista da construção de ponte entre sociedade civil e Parlamento. O Inesc esteve diretamente imbricado na elaboração da Lei da Anistia, e a Bizeh foi pessoa chave nessa construção. Quando veio a lei, ela foi anistiada e fundou imediatamente o Inesc, em agosto de 79. Ela funda o Inesc com essa característica de construção de ponte numa sociedade que ainda vivia num regime ditatorial. O Parlamento, nessa época, era, de fato, o espaço possível de amplificação de demandas populares, e o Inesc se especializou nessa relação.”

Iara Pietricovsky

DO COLEGIADO DO INESC, EM ENTREVISTA CONCEDIDA EM 15 DE AGOSTO DE 2011



NÃO QUEREMOS LIBERDADE PELA METADE

Pela Libertação Imediata Dos Presos Políticos

Pela Volta de Todos os Exilados

Pelo Esclarecimento Sobre os Mortos e Desaparecidos

ANISTIA
AMPLA, GERAL E IRRESTRITA

Em 28 de agosto, sob forte pressão popular, o presidente-general João Baptista Figueiredo sancionou a Lei da Anistia, que perdoava quem havia cometido os chamados crimes políticos. O texto, porém, não determinava a investigação dos casos de tortura, morte e desaparecimento durante a ditadura. O movimento pela Anistia havia envolvido diversos setores da sociedade brasileira: intelectuais, artistas, lideranças políticas, jornalistas e etc.

FUNDAÇÃO DO INESC

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS-IESE. Aos vinte dias do mês de agosto de hum mil e novecentos e setenta e nove, às 20 (Vinte) horas, atendendo a convocação que lhes fora dirigida por uma comissão encabeçada pelo Cel. Olney Dutra, digo Araújo Dutra, reuniram-se os signatários da presente no Setor Comercial Sul - Edfício Mineiro - Sala 305, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal. Instalada a sessão, o Cel. Olney Araújo Dutra dirigiu breve oração aos presentes, agradecendo a presença de todos os que atenderam ao convite recebido e discorrendo a respeito da finalidade que os congregava naquele dia e que era a de constituírem uma entidade civil, sem fins lucrativos ou políticos partidários, destinada a chamar-se Instituto de Estudos Sociais e Econômicos - IESE - e que seria devotada a colaborar no desenvolvimento do incremento da cultura e da ciência brasileira a todos os níveis. A seguir, os presentes fizeram a indicação de um deles para presidir a

A ideia do Inesc começou no primeiro semestre de 1979.

Eu havia voltado do exílio e ficado 15 meses presa num hospital, aguardando uma revisão de pena pelo STM [Superior Tribunal Militar] (havia sido condenada a 5 anos de prisão e dez de cassação de direitos políticos). Durante este período eu havia refletido muito sobre minha militância partidária na Ação Popular e tinha a firme decisão de não voltar a ser membro de partido nenhum, mas queria continuar fazendo um trabalho político-social.

Comecei a conhecer o Congresso e a ver a precariedade, em termos de assessoria, que existia para os deputados e senadores. Aí tive a idéia de criar uma entidade que prestasse esse tipo de assessoramento. Discuti a ideia com vários amigos e amigas que conheci através do Cebrade (Centro Brasil Democrático) onde eu atuava politicamente contra a ditadura e na campanha pela Anistia. Principalmente com o Mauro Dutra e seu pai, o Coronel Dutra, empresários, pessoas progressistas, comprometidas com o ideário democrático e com a questão social no Brasil e no mundo, humana e eticamente maravilhosas. Acharam boa a proposta e a apoiaram em todos os sentidos. Registramos os estatutos em agosto de 79, exatamente na Anistia.”

Maria José Jaime (Bizeh)

EM ENTREVISTA À REVISTA PAUTA DE DEZEMBRO DE 1999



EM SUA FUNDAÇÃO O INESC SE CHAMAVA IESE



Brasília, 22 de abril de 1981

Ilmo Sr.
GERALDO FERNANDES SARAIVA
M.D. Presidente do Conselho Regional de Economia
Ed. Palácio do Comércio - 5º andar s/503 - SCS
N E S T A

Senhor Presidente,

Cumprimos o dever de comunicar a nova sigla do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos é INESC, ao invés de IESE, como a entidade era anteriormente conhecida. Outrossim, informamos que esta é a única transformação que sofre a entidade, que continua cumprindo as mesmas atividades.

Atenciosamente,

MARIA JOSÉ JAIME
Coordenadora-Geral



Esse nome eu escolhi em homenagem ao Iese que criamos no Chile, antes do golpe de 1973

e que foi destruído pela polícia brasileira, que já estava no Chile para ajudar a reprimir os brasileiros ali exilados. Na logomarca havia uma representação gráfica do Congresso que parecia o “D.” Recebemos uma solicitação do Dieese reclamando porque eles tinham registro da logomarca e achavam que aquele “D” da Câmara, mais o Iese, confundia com o Dieese. Eu tive de fazer uma reunião com o Barelli [Walter Barelli, então diretor do Dieese], e ele não abriu mão disso. Para não haver problema político fizemos um acordo. O Inesc manteria a logomarca, mas mudaria a sigla que passou a ser Inesc.”

Bizeh

EM ENTREVISTA À REVISTA PAUTA DE DEZEMBRO DE 1999



Margaret Thatcher, assumiu o governo britânico. Primeira mulher a exercer o cargo, ela foi uma das precursoras do neoliberalismo. O seu governo foi marcado por um programa abrangente de privatizações e conflitos com os sindicatos.



CONSELHO CONSULTIVO DO INESC,
FORMADO NA FUNDAÇÃO DA
INSTITUIÇÃO COM O OBJETIVO DE
DAR RESPALDO AO INSTITUTO:

ALMINO AFFONSO

CRISTOVAM BUARQUE

DARCY RIBEIRO

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

FERNANDO TOLENTINO VIEIRA

FRANCISCO MARTINS BENVINDO

HERBERT JOSÉ DE SOUZA

JOSÉ CARLOS DIAS

JOSÉ GREGORI

JOSÉ SERRA

LAURO CAMPOS

LUI CARLOS SIGMARINGA SEIXAS

NELSON WERNECK SODRÉ

PAULO CÉSAR TIMM

PAULO SCHILLING

PERSEU ABRAMO

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO



Quando militante da Ação Popular, aproximou-se de Bizeh. Foi o primeiro reitor eleito da Universidade de Brasília (UnB), governador do Distrito Federal pelo PT (1995-98) e ministro da Educação no primeiro mandato de Lula.



Antropólogo, escritor e político brasileiro. Responsável pela criação da Universidade de Brasília, foi ministro da Educação e chefe da Casa Civil do governo João Goulart.



Promotor público, foi deputado federal da Constituinte. Em 2010 foi candidato à Presidência.



Liderada por **Daniel Ortega**, a Frente Sandinista de Libertação Nacional triunfou na Nicarágua.

1980



Fim o bipartidarismo, MDB (oposição) x Arena (situação), que vigorava desde 1965 por determinação do regime; registro dos novos partidos políticos. Os partidos comunistas só seriam legalizados em 1986.





SENADO FEDERAL

GABINETE DO SENADOR TEOTONIO VILELA

Brasília, 18 de novembro de 1981.

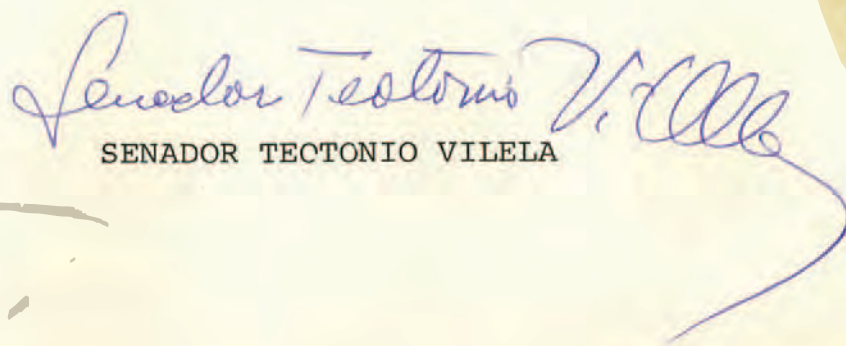
Ilma. Sra.
Maria José Jaima
Coordenadora Geral do INESC
Brasília - DF

Comunico a V. Sa. que venho acompanhado com interesse a vida desse Instituto, uma vez que seu surgimento coincidiu com o esforço de tantos, que pleiteiam uma evolução qualitativa nos trabalhos executados no Congresso Nacional e em outras esferas da vida pública brasileira.

Por essa razão, é com prazer que congratulo-me com V. Sa. pelo bom nível dos trabalhos até aqui realizados, que justificam plenamente a existência do INESC.

Esperando a continuidade do seu propósito, subscrevo-me,

Atenciosamente


SENADOR TECTONIO VILELA

em atividade

INESC

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
de 1889



Venho acompanhando com interesse a vida desse Instituto,

uma vez que o seu surgimento coincidiu com os esforços de tantos, que pleiteiam uma evolução qualitativa nos trabalhos executados no Congresso Nacional e em outras esferas da vida pública brasileira.”

Teotônio Vilela

EM CARTA DIRIGIDA AO INESC EM 18 DE NOVEMBRO DE 1981



Deputado e senador pelo Estado de Alagoas, **Teotônio Vilela** foi até abril de 1979 da Arena, partido que apoiava a ditadura militar. No partido de oposição, o MDB, lutou pela Anistia e presidiu a comissão mista que tratava do tema. Com o fim do bipartidarismo passou a integrar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

A pesar das dificuldades iniciais, o Inesc obteve sucesso logo nos primeiros anos. Bizeh procurava parlamentares, os convencendo da necessidade de uma assessoria competente e oferecia os serviços do Inesc, desde produção de discursos a levantamentos técnicos, redação de projetos de lei, emendas e pareceres. O trabalho era feito com o apoio de consultores contratados especificamente para atender às demandas de cada parlamentar. O primeiro deputado a atuar com o Inesc foi Fernando Lyra, do MDB de Pernambuco, e o primeiro senador, Henrique Santillo, do MDB de Goiás.

Ainda nos primeiros anos, a instituição começou a pautar junto ao Congresso as reivindicações dos movimentos sociais. Foi assim que, para além da pura assessoria parlamentar, o Inesc passou a articular os setores populares organizados e o Congresso Nacional.



Advogado, **Roberto Freire** foi deputado pelo MDB de Pernambuco e um dos parlamentares que mais se destacou na luta pela Lei da Anistia. Foi membro da Assembleia Constituinte, candidato a presidente da República pelo PCB em 1989, deputado, senador, um dos fundadores do Partido Popular Socialista (PPS).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 2 de dezembro de 1981

Ilma Sra.
Maria José Jaime
SRTVN - Ed. Brasília Rádio Center, sala 1109
Brasília - DF

Prezada Coordenadora,

É com satisfação que dirijo-me a V.Sa. para cumprimentá-la pelo desempenho que o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos - INESC - vem tendo junto aos parlamentares, sindicatos e as associações profissionais, no campo da assessoria, realização de estudos e pesquisas. O surgimento do INESC coincidiu com o esforço de tantos que pleiteam uma evolução qualitativa nos trabalhos executados no Congresso Nacional e em outras esferas da vida pública brasileira.

Por essa razão, é com prazer que congratulo-me com V.Sa. pelo bom nível dos trabalhos até aqui realizados, que justificam plenamente a existência do INESC.

Esperando a continuidade do seu propósito, subscrevo-me

Atenciosamente
Roberto Freire
ROBERTO FREIRE
DEPUTADO FEDERAL - PMDB/PE



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 02 de dezembro de 1981

Ilma. Sra.
Maria José Jaime
MD. Coordenadora-Geral do INESC
SRTVN - Ed. Brasília Rádio Center, sala 1109
Brasília - DF

Prezada Coordenadora,

Ao findar este ano de 1981, quero manifestar o meu apreço para com V.Sa. pelos relevantes serviços que o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos - INESC - vem prestando aos parlamentares em geral, e a mim em particular.

Essa entidade, que na sua essência propugna pela melhoria das condições de vida do povo brasileiro, muito tem feito junto a outros setores da sociedade que almejam o mesmo fim: um Brasil socialmente justo e politicamente democrático.

Na esperança de que o INESC venha a ter uma expansão ainda maior em 1982, subscrevo-me

Cordalmente,
Fernando Lyra
FERNANDO LYRA
DEPUTADO FEDERAL - PMDB/PE



Advogado, **Fernando Lyra** foi deputado federal pelo MDB e Ministro da Justiça do governo de José Sarney. Em 1989 foi candidato a vice-presidente na chapa de Leonel Brizola.

Leia neste número

Informativo em Nova Fase.....	2
Comissões do Congresso.....	2
Governo e Congresso: Casamento ou Divórcio.....	3
Migração Partidária.....	3
A Dívida Embola no Congresso.....	4
Os Direitos Fundamentais do Art. 5º.....	5
Serviço Militar Alternativo: um Direito a Regularizar.....	5
Calendário Eleitoral.....	5
Índios: Realidade versus Constituição.....	6
Prêmio para Krenak.....	6
Reforma Agrária: o Impasse Continua.....	7
Política Agrícola em Crise.....	7
Atenção para as Leis Sociais.....	8
De Olho nas Comissões.....	8
Projetos em Tramitação Direitos Humanos, Dívida Externa, Reforma Agrária, Questão Indígena	Encarte

Agenda

QUESTÃO AGRÁRIA

- II Congresso Nacional dos Sem-Terra: Brasília, Parque da Cidade, 3 a 5 de abril.
- I Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT: S. Paulo, Paqueta, 30 de abril a 4 de maio.
- V Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais – CONTAG: Brasília, 22 a 26 de julho.

DIREITOS HUMANOS

- Encontro Regional Centro-Oeste de Direitos Humanos: Anápolis, 5 a 7 de abril.
- Seminário sobre o Papel das Forças Armadas: Anápolis, 5 e 6 de abril (fone: 062 – 225-2801).
- VIII Encontro Nacional de Solidariedade aos Povos da América Latina: Inst. Cajamar, S. Paulo, 30 de março a 1º de abril.

DÍVIDA EXTERNA

- Reunião do Comitê Nacional Provisório Contra a Dívida Externa: Brasília, 21 de março.
- Seminários Regionais: Porto Alegre (CONIC), Recife (MNDDH), Manaus (MNDDH), Brasília (Comitê), Rio (IBASE), São Paulo (CEDI e DESEP).

QUESTÃO INDÍGENA

- Semana dos Povos Indígenas: 15 a 21 de abril.

Já em seus primeiros anos de existência, o Inesc enviava aos movimentos populares um informativo com análises dos principais acontecimentos do Congresso Nacional.

Em carta de 13 de novembro de 1981 dirigida a Bizeh, diversas federações de trabalhadores rurais agradecem o envio do informativo e destacam sua importância para que “o movimento sindical analise os projetos que mais lhe interessam e acompanhe sua tramitação.”

Tomando conhecimento do "INFORMATIVO INESC" que nos foi enviado por V.Sa., vimos dizer que louvamos a iniciativa da entidade, uma vez que, pelo referido informativo poderá o Movimento Sindical analisar os projetos que mais lhe interessam, assim como, acompanhar sua tramitação.

As Federações dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Goiás, Paraíba, Piauí, Alagoas, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe, pois, emprestam todo seu apoio à iniciativa, ao tempo em que agradece o envio do documento pela grande validade que tem para os trabalhadores rurais que representamos.

Ao ensejo, aproveitamos para reiterar a V.Sa. nos sos protestos de distinta consideração.

ATENCIOSAS SAUDAÇÕES

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DA BAHIA

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MATO GROSSO

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO CEARÁ

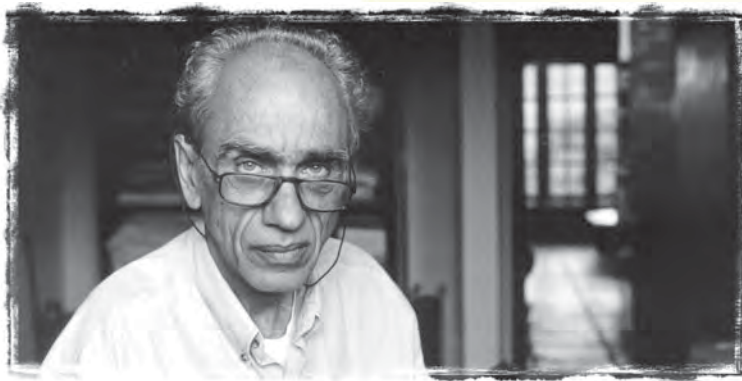
À Coordenadora Geral do Instituto de Estudos
Sócio-Econômicos - INESC
Maria José Jaime

Vimos por meio desta ressaltar a importância do trabalho que o Instituto de ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - INESC vem desenvolvendo na área de assessoramento parlamentar e a diferentes setores do movimento popular.

O intercâmbio estabelecido entre o INESC e o IBASE tem sido de enorme valia para o nosso trabalho.

Acreditando na continuidade e aprimoramento deste trabalho conjunto,

Subscrevemo-nos atentamente,



Herbert José de Souza

HERBERT José de SOUZA

secretário-executivo

Fundador do Instituto de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o sociólogo **Herbert de Souza**, o Betinho, liderou a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Era amigo pessoal de Bizeh desde a militância de ambos na Ação Popular. De acordo com depoimento dela, ele foi fundamental para a criação do Inesc: “Discutimos muito a ideia desse tipo de organização, que trabalhasse na sociedade e fosse independente dos partidos e do Estado.”

“ No Congresso Nacional e especialmente na Subcomissão do Índio na Câmara dos Deputados, temos desenvolvido um trabalho de apoio à causa indígena, visando denunciar à Nação o total desrespeito a sua cultura e as arbitrariedades de todo tipo que se comete contra nossos índios. Nesse sentido, consideramos extremamente necessário que um instituto sério nos assessorasse com dados, informações e pesquisas para o bom desempenho desse trabalho.”

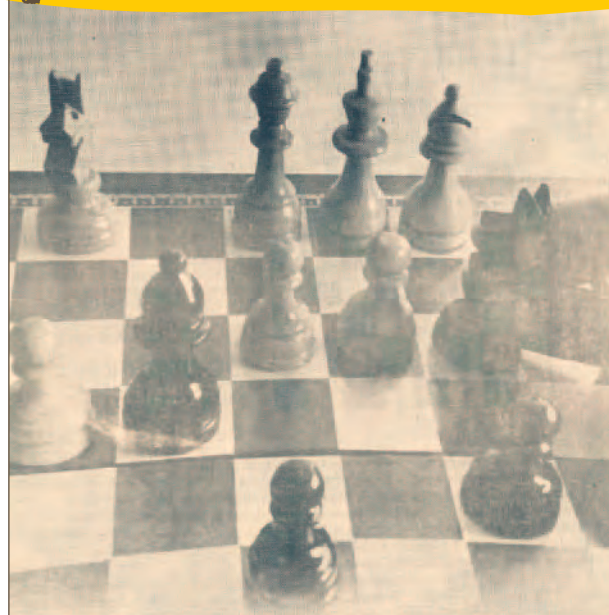
Modesto da Silveira

PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO DO ÍNDIO
NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM CARTA AO INESC, ELOGIANDO A INSTITUIÇÃO

1982



Em 15 de novembro de 1982, a população foi às urnas **votar para governos estaduais, Senado, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, prefeituras e Câmaras de Vereadores**. As últimas eleições para governador ou governadora haviam sido em 1960. Saíram eleitos, por exemplo, Franco Montoro, em São Paulo, Tancredo Neves, em Minas Gerais, e Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, políticos importantes para a redemocratização.



**A melhor
campanha
de 1982**

Brasília, 07 de julho de 1983.

Senhor Deputado:

Estamos encaminhando a V.Sas. o seguinte material:

a) Dossiê sobre a Nicarágua preparado pelo Comitê de Solidariedade aos Povos da América Latina de Brasília em maio de 1983.

b) Documentos "Apoio à luta do povo nicaraguense contra as ameaças externas" e "Protesto contra a intervenção do FMI no Brasil", ambos elaborados pelo Professor Cristóvan Buarque, consultor do INESC, por solicitação de parlamentares componentes da delegação à Nicarágua;

c) Roteiro dos compromissos acertados até a presente data, a serem cumpridos no EE.UU.

d) Relação dos deputados integrantes da referida delegação.

Esperando que sua viagem seja muito profícua no apoio à luta do povo da Nicarágua, subscrevemo-nos

Cordialmente,

Maria José Jaime
Coordenadora-Geral

na América Latina

INESC



“

Encaminhamos a V.Sas.
o seguinte material:

Documentos ‘Apoio à luta do povo nicaraguense e contra as ameaças externas’ e ‘Protesto contra a intervenção do FMI no Brasil’, ambos elaborados pelo professor Cristovam Buarque, consultor do Inesc, por solicitação de parlamentares componentes da delegação à Nicarágua.”

Bizeh

EM OFÍCIO PARA O DEPUTADO FEDERAL
ARTHUR VIRGÍLIO EM 7 DE JUNHO DE 1983

1983

INESC ELABORA DOSSIÊ SOBRE A NICARÁGUA

Em julho de 1983, a pedido do deputado federal Arthur Virgílio (PMDB-AM), o Inesc elaborou um dossiê sobre a situação política na Nicarágua e organizou a ida de uma delegação de parlamentares ao país da América Central.

Brasília, 4 de setembro de 1984

Prezado senhor parlamentar:

O INESC está implantando a partir deste mês, uma assessoria específica para Direitos Humanos na América Latina. O objetivo desta prestação de serviços é o de responder às frequentes solicitações que nos têm sido feitas nesta área, o que evidencia o interesse crescente de parlamentares brasileiros pela situação de Direitos Humanos na América Latina.

Organizamos esta assessoria em dois níveis:

a) Informações periódicas sobre a questão latino-americana.

b) Reuniões periódicas com parlamentares para uma abordagem progressiva e permanente em relação aos Direitos Humanos.

1984

Raúl Alfosín, da União Cívica Radical (UCR), foi eleito presidente da Argentina depois da derrocada da ditadura militar.



INESC IMPLANTA ASSESSORIA ESPECÍFICA SOBRE AMÉRICA LATINA

Em 1984 o Inesc começou a prestar assessoria específica sobre Direitos Humanos na América Latina.

O objetivo era oferecer pareceres e subsídios para parlamentares brasileiros sobre a situação política e social dos países latino-americanos.



O instituto dá especial destaque à questão dos direitos humanos e considera 'muito importante' contribuir para combater todas as formas de violação dos direitos humanos no Brasil, no sub-continente latino-americano e a nível internacional em geral."

Carlos Conde

EM ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL DE BRASÍLIA
EM 18 DE OUTUBRO DE 1986

* **Carlos Conde**

Uma luta pelos direitos humanos

A América Central está vivendo uma conjuntura particularmente "decisiva e dolorosa". A opinião é do Inesc, ao examinar a situação geral dos direitos humanos em algumas regiões de conflito no mundo. O Inesc (Instituto de Estudos Sócio-Econômicos) é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que realiza estudos em diversos campos, entre os quais o das relações internacionais.

O trabalho a respeito dos direitos humanos afirma: "A pressão permanente dos Estados Unidos, utilizando inclusive a agressão militar dos "contras", procura desestabilizar o governo democrático da Nicarágua e criar obstáculos aos passos decisivos que vem dando na implantação de um projeto de desenvolvimento político, econômico e social democrático e progressista. Em outros países, como El Salvador, Honduras e Guatemala, cresce a escalada de violência e repressão. O número de vítimas e de refugiados já soma centenas de milhares. A crescente militarização e regionalização dos conflitos é uma ameaça à paz no continente".

O estudo fala da América Latina: "O sub-continente vive um momento histórico de grande esperança mas, também, de renovado sofrimento. Enquanto se registra um avanço democrático em muitos países — como Brasil, Argentina, Uruguai e Haiti — em outros permanecem intatas violentas ditaduras militares, como no Chile e Paraguai".

O Brasil também é focalizado: "Com relação ao Brasil, mesmo em pleno processo de democratização, a luta para garantir os direitos humanos continua na ordem do dia, pois permanecem as causas estruturais que geram o desrespeito aos direitos essenciais do homem. Em outras partes do mundo milhões de pessoas continuam a sofrer restrições em seus direitos elementares, sejam eles políticos, econômicos, sociais, éticos ou culturais. Na África do Sul, se somam a estas formas de opressão o pesadelo da discriminação racial, consubstanciada no *apartheid*".

O Inesc desenvolve ações de solidariedade internacional, "particularmente em relação à América Latina e à África do Sul". O instituto dá especial destaque à questão dos direitos humanos e considera "muito importante" contribuir para combater todas as formas de violação dos direitos humanos no Brasil, no sub-continente latino-americano e a nível internacional em geral.

O instituto fornece apoio, igualmente, à luta dos trabalhadores urbanos e rurais, dos camponeses sem terra, dos índios, dos negros, das mulheres, contra a tortura a presos comuns, pela preservação do meio ambiente e pela paz mundial. Um aviso: "Dada a gravidade dos problemas, definiu a questão indígena e a questão agrária como seu campo de atuação prioritário no que diz respeito a direitos humanos dentro do país".



VALMOR, O CICLISTA DE RONDÔNIA, QUE FOI PEDALANDO ATÉ BRASÍLIA DURANTE A CAMPANHA DA DIRETAS JÁ
FOTO: ARQUIVO INESC

Em fevereiro de 1983, o deputado matogrossense Dante de Oliveira, do PMDB, apresentou uma emenda constitucional que restabelecia as eleições diretas em todos os níveis no Brasil. O projeto previa que em 15 de novembro de 1984 o povo brasileiro votaria para presidente depois de 25 anos sem o direito de escolher o mandatário.

A partir da apresentação da emenda, seis deputados foram designados por líderes da oposição para elaborar um plano de mobilização pelas diretas. Em 15 de junho de 1983, em Goiânia, ocorreu a primeira manifestação das Diretas Já. Nascia ali, na luta pelo direito ao voto, o maior movimento de massas da história do país.

Até a derrota da emenda no Congresso, em abril de 1984, houve comícios por todo o Brasil com a participação de lideranças sociais e políticas, artistas e etc. A campanha cresceu de tal forma que, em 25 de janeiro de 1984, mais de 200 mil pessoas tomaram a Praça da Sé, em São Paulo, num ato histórico. Vestiram a camisa das Diretas, entre tantos, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola, Franco Montoro, Mário Covas, José Richa, Íris Rezende, Miguel Arraes, Fernanda Montenegro, Sônia Braga, Milton Gonçalves, Gilberto Gil, Paulinho da Viola, Martinho da Vila, Fafá de Belém, Alceu Valença e Chico Buarque.

Em 24 de abril de 1984, quando a emenda Dante de Oliveira entrou em votação no Congresso Nacional, houve vigílias cívicas nas principais capitais do país. Placares nas ruas apontavam como votavam os parlamentares. A emenda recebeu 298 votos a favor e 65 contra. Houve 113 ausências, todas do Partido Democrático Social (PDS), de apoio à ditadura, e três abstenções. Faltaram 22 votos favoráveis para a emenda conseguir a maioria qualificada necessária para a aprovação.

1983

Tem início a **Diretas Já**, campanha por eleições presidenciais livres no país. A proposta seria derrotada em 1984 no Congresso Nacional.



MANIFESTAÇÃO PELAS DIRETAS JÁ, NO CONGRESSO NACIONAL
FOTO: ARQUIVO INESC



MULTIDÃO DE PESSOAS NO COMÍCIO
PELAS DIRETAS JÁ, NO RIO DE
JANEIRO, EM 10 DE ABRIL DE 1984
FOTO: JOAO ROBERTO RIPPER, IMAGENS HUMANAS



TANCREDO NEVES APÓS SER
ELEITO PRESIDENTE PELO COLÉGIO
ELEITORAL, EM JANEIRO DE 1985

FOTO: CÉLIO AZEVEDO_AGÊNCIA SENADO



1985



Apesar da oposição de vários setores da sociedade ao Colégio Eleitoral, o mineiro **Tancredo Neves**, do PMDB, é eleito de maneira indireta o primeiro presidente civil desde o golpe de 1964. Uma manobra política entre dissidentes do PDS e o PMDB fez com que José Sarney, ex-integrante da Arena, fosse o vice na chapa de Tancredo. Tancredo não chegaria a tomar posse. Internado com problemas de saúde, ele morreria, deixando o mandato para Sarney exercer.

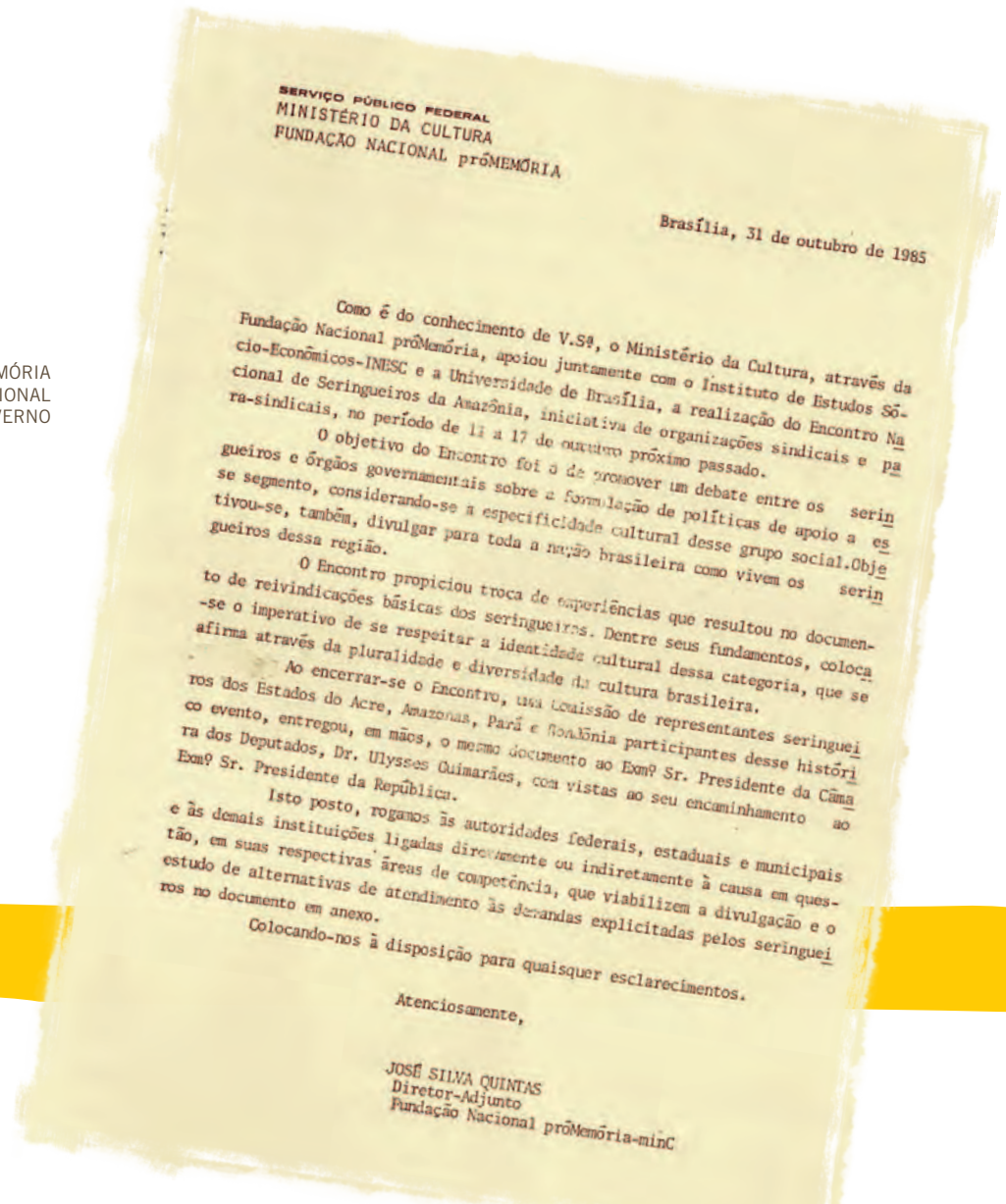
JOSÉ SARNEY TOMA POSSE
NO LUGAR DE TANCREDO EM
21 DE JANEIRO DE 1985.

FOTO: CÉLIO AZEVEDO_AGÊNCIA SENADO

CARTA ENVIADA PELA DIREÇÃO DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA PARA ENCAMINHAR O DOCUMENTO DO ENCONTRO NACIONAL DE SERINGUEIROS A AUTORIDADES DO GOVERNO



Primeiro congresso nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST.

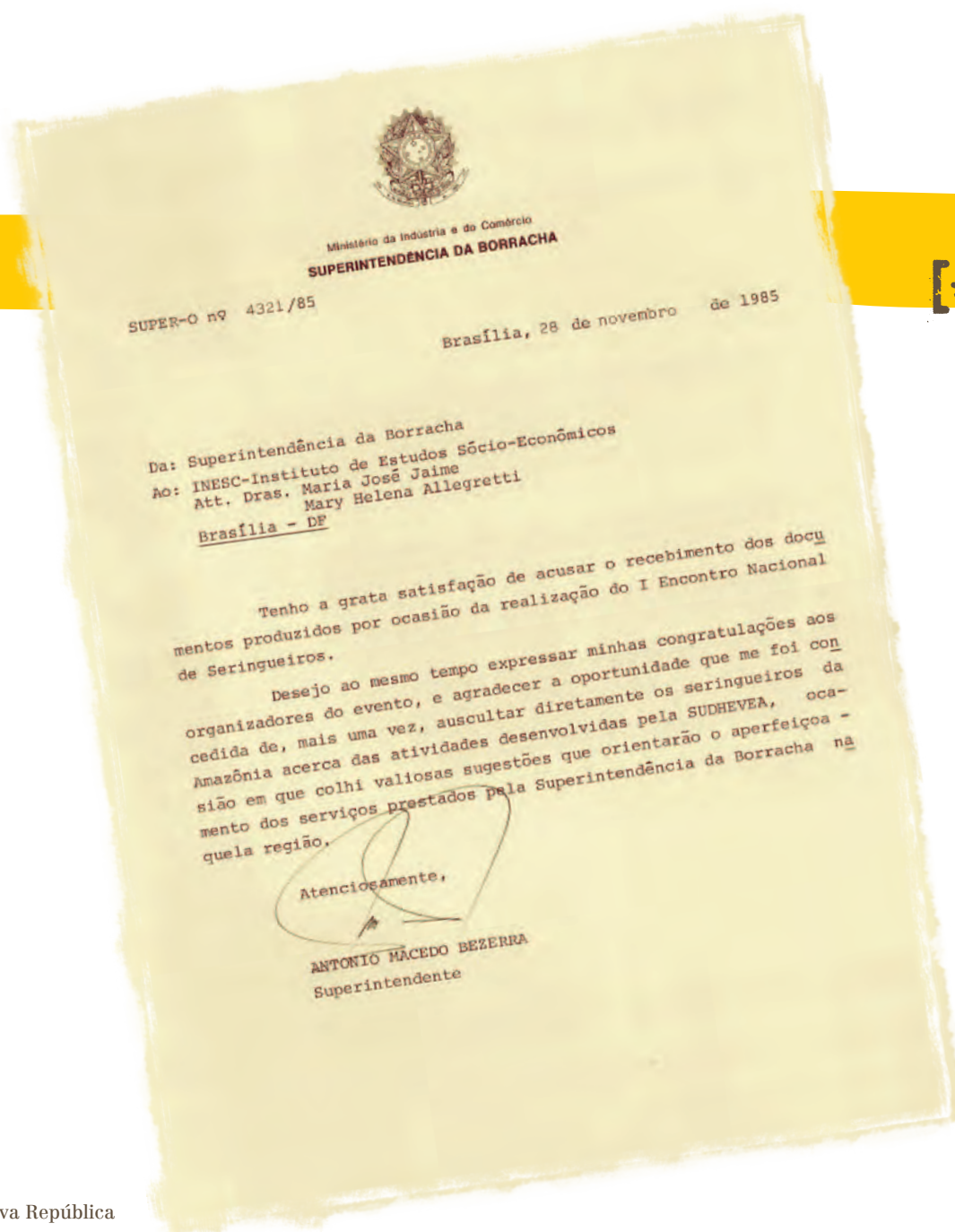


PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

Entre 11 e 17 de outubro de 1985, o Inesc organizou juntamente com a Fundação Pró-memória, do Ministério da Cultura, o primeiro Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia. O encontro pretendia levar reivindicações a órgãos de governo e parlamentares. Nele, foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros, organização de referência para a categoria. Após o evento, o Inesc e a Fundação Pró-memória realizaram o envio de documento do encontro para instituições como a Superintendência da Borracha, além dos gabinetes parlamentares comprometidos com as lutas sociais.

“Ao encerrar-se o Encontro [Nacional de Seringueiros], uma comissão de representantes seringueiros dos Estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia, participantes desse histórico evento, entregou, em mãos, o mesmo documento ao excelentíssimo senhor presidente da Câmara dos Deputados, dr. Ulysses Guimarães, com vistas ao encaminhamento ao presidente da República.”

TRECHO DA CARTA DA DIREÇÃO DA FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, DE 31 DE OUTUBRO DE 1985



1986



O governo Sarney lança em fevereiro o **Plano Cruzado**, que instala uma nova moeda, o Cruzado, congela preços e salários para controlar a inflação. O plano teria no início o apoio da população, mas acabaria provocando o desabastecimento do país. Após as eleições para governadores e parlamentares daquele ano, em que a situação, o PMDB, teve grande vitória, o governo desfaria o plano.

CARTA DO SUPERINTENDE DA BORRACHA
AGRADECENDO O ENVIO DOS DOCUMENTOS E
DESTACANDO A IMPORTÂNCIA DO ENCONTRO

Xapuri, 02 de junho de 1985

Companheira Mary.

Foi um rápido sufoco naquele dia voce foi estacionar o carro, e eu fui direto ao balcão da Vasp, fui quase surpreendido pela moça que me atendeu quando ele falou que já estava encerrado o horário, eu insisti ela resolveu me despachar ainda bem que minha bagagem era de mão cheguei no avião o ~~area~~ aéreo moço já estava preparado para fechar a porta, porém deu tudo certo, senti somente não ter me despedido de voce.

Aqui tudo bem, só muito trabalho, e pouco dinheiro para se fazer as cousas.

Sim para mim ficou em dúvida se voce vem em 29 e 30 de junho, que eu acho muito importante a sua presença para nos ajudar a programar as cousas.

Outra coisa que eu esqueci de discutir mais com voce foi aquela idéia de cartazes talvez desse para voce agitar isso aí com o Quintas, seria talvez um cartaz anunciando a realização do encontro com previsão para segunda quinzena de setembro, como forma já de divulgar bem a coisa. Ou até talvez seja melhor discutir mais com o pessoal.

De todo caso prefiro que voce venha em 29 e 30 de junho, talvez assim possa ficar mais fácil para discutir a mensagem no mesmo critério da primeira ou não.

Chico Mendes

Be mais um grande abraço

Na página ao lado, a carta de 2 de junho de 1985, do líder seringueiro Chico Mendes, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, para Mary Allegretti, consultora do Inesc. Chico Mendes foi um dos líderes do primeiro Encontro de Seringueiros.



Chico Mendes

A CONSTITUINTE



À DIREITA, ULYSSES GUIMARÃES,
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
NACIONAL CONSTITUINTE, E O TEXTO
CONSOLIDADO DA CONSTITUIÇÃO

FOTO: CÉLIO AZEVEDO_AGÊNCIA SENADO

1987

ACIMA, MANIFESTANTES DA CAMPANHA DIRETAS JÁ NO
PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS JÁ EXPUNHAM
O DESEJO PELA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, EM ABRIL
DE 1984

AO LADO, O DEPUTADO ULYSSES GUIMARÃES CONDUZ O
PROCESSO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DO
TEXTO CONSTITUCIONAL, AO LADO DO ENTÃO SENADOR
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, DO DEPUTADO
BERNARDO CABRAL E DO SENADOR HUMBERTO LUCENA
FOTOS: CÉLIO AZEVEDO_AGÊNCIA SENADO



Em 1º de fevereiro de 1987, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte, presidida pelo deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP). Os movimentos sociais defendiam a eleição de uma assembleia exclusiva para elaborar a nova Constituição. No entanto, acabou vingando a proposta pela qual o Congresso Nacional eleito em 1986 acumularia as funções da Constituinte.

A Assembleia contou com 559 constituintes, representantes dos 23 Estados da época e do Distrito Federal. Após 18 meses de trabalho, foi promulgada em 5 de outubro de 1988 a oitava Constituição brasileira, batizada de “Constituição Cidadã.”

Parte das lutas sociais de duas décadas, a Constituinte teve a participação das mais diversas forças políticas. A Constituição de 1988 permitiu que o país avançasse na proteção dos direitos individuais e sociais, mas pouco foi transformado no sistema político e econômico.

PARLAMENTARES DURANTE O PROCESSO DE DISCUSSÃO DO TEXTO CONSTITUCIONAL
FOTO: CÉLIO AZEVEDO_AGÊNCIA SENADO





A ideia da Constituinte começou a germinar na sociedade e em partidos políticos.

Houve uma reunião de municípios e entidades em Curitiba organizada pelo CEBRADE [Centro Brasileiro de Desenvolvimento do Ensino Superior], onde se tirou uma diretriz de todo mundo trabalhar politicamente neste sentido. Depois começou a haver comícios no Brasil inteiro, a favor da Constituinte. O primeiro foi feito em Nova Iguaçu, com o D. Mauro Morelli. Nós participamos de sua organização. Ampliou-se a mobilização nacional pela Constituinte, e o Inesc participava, viajava para acompanhar as manifestações.

Houve um processo pré-Constituinte de elaborar as propostas da sociedade que iriam para a Constituinte. Discutimos e concluímos que o principal papel que tínhamos a desenvolver, uma vez começada a Constituinte, era o de informar a sociedade civil sobre o que estava acontecendo.

Nós morávamos no Congresso: acompanhávamos todas as votações, fazíamos articulações e tudo. Tínhamos uma relação política muito consolidada com um grupo grande de parlamentares de diferentes partidos que tiveram papel importante na Constituinte.

Hoje, avaliando a participação do Inesc, acho que o grande salto que ele deu na consolidação de seu relacionamento com a sociedade civil e com o Parlamento foi na Constituinte. Houve, também, uma coesão institucional maior. Creio que entrou um Inesc na Constituinte e saiu outro, bem mais fortalecido.”

Bizeh

EM ENTREVISTA À REVISTA PAUTA DE DEZEMBRO DE 1999

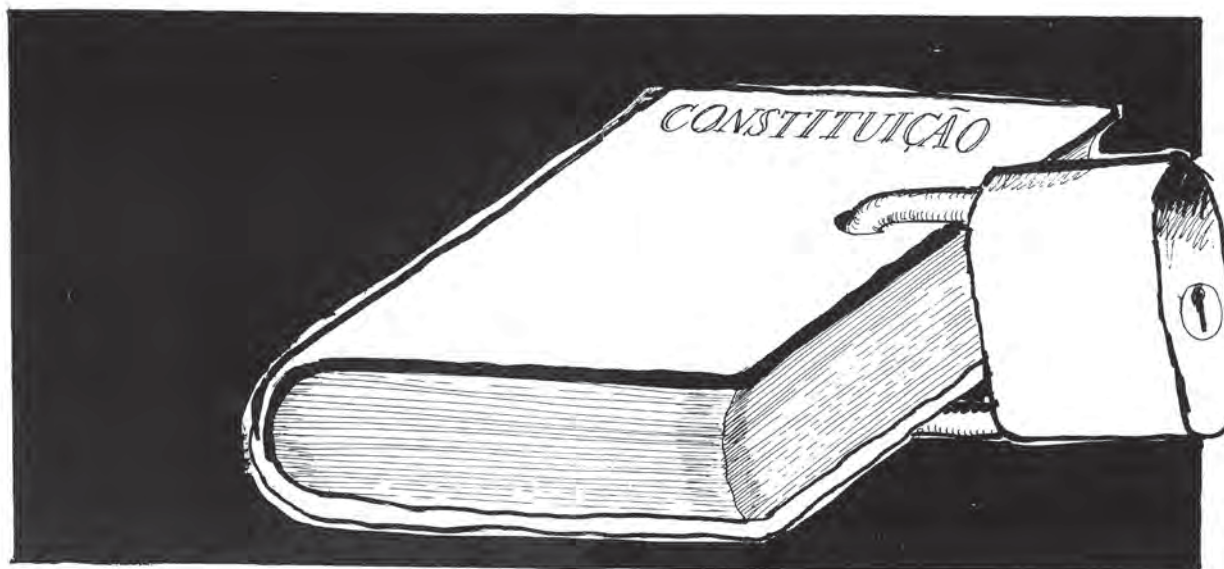
Os setores populares organizados participaram ativamente da Assembleia Constituinte. Foi assim que surgiu o Fórum de Participação Popular na Constituinte, do qual o Inesc era integrante. A instituição passou a intermediar o diálogo entre esses setores e os parlamentares, fazendo chegar à Brasília demandas vindas de todo o Brasil.

Sobre o tema indígena, por exemplo, o Inesc foi fundamental na busca por apoio político e nas articulações para o chamado “Capítulo dos Índios.” Ele foi aprovado integralmente, com exceção do reconhecimento das “nações indígenas.” O Inesc também teve participação intensa na discussão do capítulo da reforma agrária. A instituição era ligada às entidades dessa área e participou de coleta de assinaturas sobre o tema. Foram recolhidas cerca de um milhão de assinaturas em prol da reforma.

O Inesc também informava a sociedade civil sobre o cotidiano da Constituinte, divulgando os votos de cada parlamentar e análises sobre os capítulos votados. Assim surgiu o *Constituinte: informativo Inesc*. Os integrantes da entidade acompanhavam a movimentação, as comissões e os bastidores da Constituinte. À noite, o informativo era enviado por telex às “entidades cabeça de rede”, que reproduziam essas notícias para outras entidades. Numa época sem facilidades como a internet e o fax, o trabalho do Inesc foi crucial para que a informação da Constituinte circulasse no país e para que a sociedade civil se mobilizasse pelas causas populares.



MANIFESTAÇÃO DE MULHERES DURANTE A CONSTITUINTE
FOTO: ARQUIVO INESC



**...e tem leis
que são boas,
mas não são cumpridas**

É isso que está aí em cima: a lei está lá, nossos direitos políticos estão garantidos, nosso acesso à terra é certo, bem como à educação, à saúde, etc. Só que tudo isto está fechado a cadeado, não vem pra fora, não é conhecido porque não é ensinado, não é posto em prática. E a gente fica sem saber quais são as regras do jogo que estão valendo. Tem muita gente fazendo gol com a mão e o juiz faz que não vê, tem time com mais de onze em campo, e a galera sabe que não pode ser assim.



Eu comecei a trabalhar no Inesc em 1985 e me lembro de muita movimentação nossa nessa época.

Achei um barato ter vindo pra cá porque foi bem na época que morreu Tancredo, entrou Sarney, teve o movimento pelas Diretas Já e depois a Constituinte. A gente participou de praticamente quase todos os movimentos da época. A gente ia para o Congresso fazer manifestações. Eu era jovem nessa época, tinha 19 anos, e pra mim foi importante vir para cá porque participei dessas coisas todas.”

Isabela dos Santos

ENTREVISTA CONCEDIDA EM 15 DE AGOSTO DE 2011

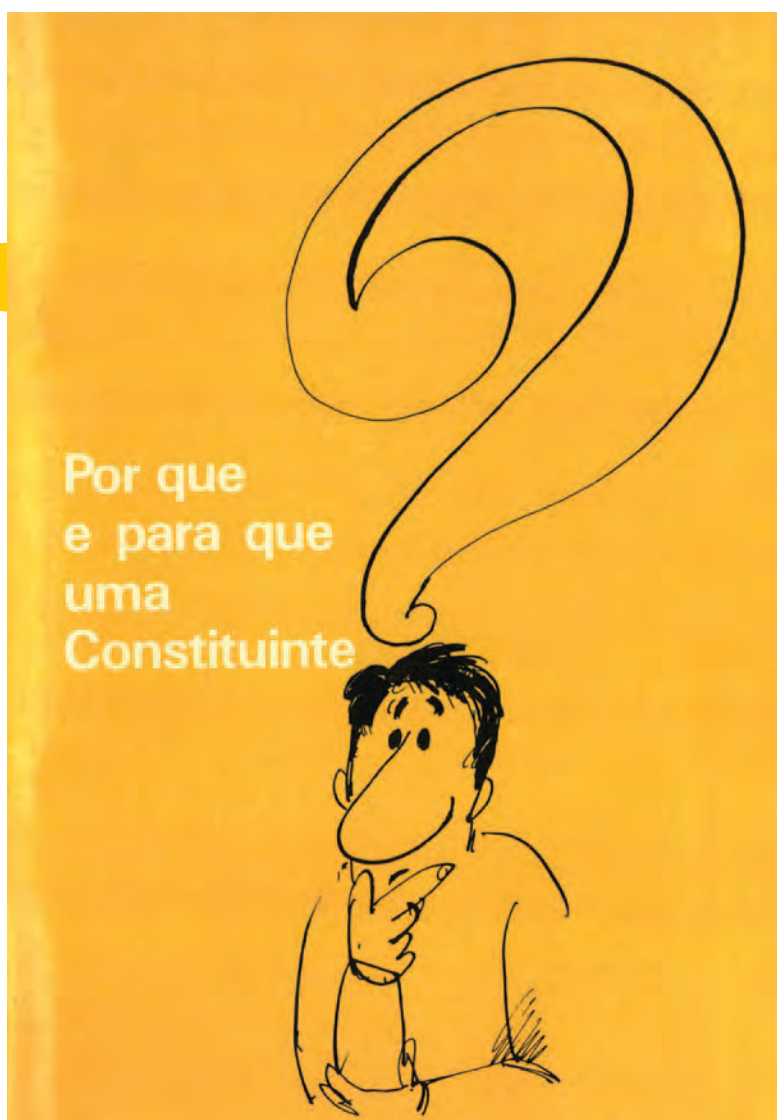
“ Vim trabalhar no Inesc em 1987 pra acompanhar as votações populares na Assembleia Nacional Constituinte.

Eu praticamente dormia no Congresso. A gente chegava pelas 10 horas para fazer negociação nas comissões, nas subcomissões e depois ia para plenária. Nós éramos da Assembleia Pró-constituinte que mapeou nas principais capitais as demandas do povo e colocou grandes painéis em praça pública com o nome dos deputados daquele estado para exhibir como ele votou: se a favor do povo ou contra o povo. Nós acompanhávamos as votações até meia-noite, muito tarde. Quando terminava a votação íamos para o Inesc e naquela época não tinha fax, tinha só o telex de fita.

Durante a Constituinte eu participei das negociações junto com o Betinho do capítulo da reforma agrária. Havia uma campanha nacional da reforma agrária e o Inesc era da coordenação da campanha, o Betinho era o coordenador. Na questão indígena e do meio ambiente o Inesc também participou muito porque não havia ainda uma área ambiental.”

Edécio Vigna

ENTREVISTA CONCEDIDA EM 15 DE AGOSTO DE 2011



CARTILHA “POR QUE E PARA QUE UMA CONSTITUINTE” PRODUZIDA PELO INESC



Estava começando já a movimentação em torno da Constituinte,

e aí um ex-companheiro do Inesc, o Libanio, me convidou para vir para cá porque eu já tinha trabalhado com populações indígenas.

Os processos de debate da constituinte varavam noites e nós elegemos alguns temas que eram fundamentais: reforma agrária, direitos humanos, questão ambiental, questão indígena. Eu especialmente fiquei totalmente focada na questão indígena.

Nós buscávamos dialogar com todos os deputados que pudessem ajudar na articulação desses temas prioritários. Um cara polêmico, de São Paulo, por exemplo, que foi secretário do Meio Ambiente, Fábio Feldman, foi um deputado importante no processo na área ambiental. Outro exemplo é Jarbas Passarinho. Ele foi quem conseguiu equalizar as dificuldades de aprovação do capítulo dos índios de uma maneira bastante próxima daquilo que nós queríamos. Ele era um cara da direita, mas que teve um papel de articulador na defesa da população indígena

O Inesc esteve muito perto de lideranças e referências ligadas a esses temas e na questão indígena, em especial, para poder ganhar um capítulo dentro da Constituição Federal. Então, nós ajudamos a formular propostas que foram incorporadas, emendadas na Constituinte.”

Iara Pietricovsky

ENTREVISTA CONCEDIDA EM 15 DE AGOSTO DE 2011



CONSTITUINTE: INFORMATIVO INESC

BRASÍLIA, 02.09.88

Nº 57

APÓS 18 MESES DE INTENSOS TRABALHOS, FOI CONCLUÍDA NESTA MADRUGADA A NOVA CARTA CONSTITUCIONAL. ENTRE APLAUSOS E CHUVAS DE PAPEL, UMA ETAPA FOI ENCERRADA NA CENA POLÍTICA BRASILEIRA. AVANÇOS DEVEM SER APONTADOS NO QUE DIZ RESPEITO AOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS, DIREITOS DOS TRABALHADORES E SOCIAIS, QUESTÃO INDÍGENA, ENTRE OUTROS. NÃO HÁ DÚVIDA QUE O MOVIMENTO POPULAR AMADURECEU NESSE PROCESSO E CONSEGUIU FAZER VALER ALGUMAS DE SUAS ASPIRAÇÕES. EM CONTRAPARTIDA, TODO O AVANÇO CONSEGUIDO SE TORNA RELATIVO QUANDO NOS DEPARAMOS COM A SITUAÇÃO DO TEXTO DA REFORMA AGRÁRIA. SENDO ESTA UMA QUESTÃO ESTRUTURAL, QUE CARREGA COMPONENTE FORTEMENTE ECONÓMICO E DE INTERESSE DE TODOS OS SETORES DETENTORES DO CAPITAL E LATIFUNDIÁRIOS, REPLETIU CLARAMENTE O CARÁTER CONSERVADOR E TRADICIONALISTA QUE CARACTERIZOU A COMPOSIÇÃO DOS PARLAMENTARES NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. É FUNDAMENTAL, PORTANTO, QUE SE FAÇA UMA PROFUNDA REFLEXÃO DE TODO O PROCESSO, DE MODO A ENCONTRAR AS ESTRATÉGIAS DE LUTA PARA A ETAPA DA LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA. COMPLETAR O PROCESSO DE REGULAMENTARÁ TUDO QUE FOI APROVADO NA CONSTITUINTE, ONDE CRESCEMOS E AVANÇAMOS, MAS SABEMOS QUE A LUTA CONTINUA. PORTANTO, NOSSA

QUESTÃO INDÍGENA

A ATUAÇÃO DAS ENTIDADES DE AGRUPAMENTO INDÍGENAS DO BRASIL NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO FOI COROADO DE SUCESSO. NÃO SEM SOMBRA DE DÚVIDAS FORAM GARANTIDA A REPRODUÇÃO E GARANTIA DESTAS POPULAÇÕES.

“O Inesc está elaborando, semanalmente, o boletim *Constituinte: Informativo Inesc*, remetido às sextas-feiras, via telex, meio de comunicação considerado por nós mais ágil neste momento. Pretendemos com este material possibilitar às entidades acesso a informações e análises – nem sempre veiculadas pela imprensa – que lhes possibilitem uma ação rápida e eficaz em relação à Constituinte, adequada a cada etapa pela qual passará o processo de elaboração da Constituição.”

Carta de Bizeh,

DIVULGANDO O INFORMATIVO, ENVIADA A ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL EM 12 DE MARÇO DE 1987

CONSTITUINTE, INFORMATIVO INEHC

Relação das entidades "cabeças de rede" que recebem o Informativo

por carta

1. Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos Regional Norte 1
RIO BRANCO - ACRE
2. Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos Regional Norte 2
BELÉM - PARÁ
3. Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos Regional Nordeste
FORTALEZA - CEARÁ
4. Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos Regional Leste 1
NOVA IGUAÇU - RIO DE JANEIRO
5. Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos Regional Leste 2
VIÇOSA - MINAS GERAIS
6. Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos Regional Centro-Oeste
GOIÂNIA - GOIÁS
7. Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos Regional Sul 1
SÃO PAULO - SÃO PAULO
8. Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos Regional Sul 2
PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL

9. Prefeitura Municipal de Canarana - MT
10. Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT
11. " " de São Félix do Araguaia - MT
12. " " de Porto Alegre do Norte - MT
13. " " de Paulo Afonso - MT
14. Comissão de Justiça e Paz de Salvador - BA
15. Comitê Municipal da Constituinte - RJ

CONSTITUINTE, INFORMATIVO INEHC

Relação das entidades "cabeças de rede" que recebem o Informativo

por carta

23. Prefeitura Municipal de Cornélio Procopio - PR
24. CEA - Centro de Estudos Alternativos - a/c de Donato Silva - PI
25. CONTAG - DF
26. ABRA - Campinas/SP
27. DIAP - DF
28. CPO - SP
29. CEDEC - SP
30. Comissão de Justiça e Paz - SP
31. Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte - GO
a/c de Sebastião Donizete
32. Paróquia São Tomaz de Cantuária - Camaçari - BA
33. Comitê dos Psicólogos pela Constituinte - RS
34. FETAG - AC
35. FETAG - AM
36. FETAG - PA
37. FETAG - MA
38. FETAG - CE
39. FETAG - PI
40. FETAG - RN
41. FETAG - PE
42. FETAG - PB
43. FETAG - AL
44. FETAG - SE
45. FETAG - BA
46. FETAG - RJ
47. FETAG - ES
48. FETAG - MG
49. FETAG - SP
50. FETAG - PR
51. FETAG - SC
52. FETAG - RS
53. FETAG - MT
54. FETAG - MS
55. FETAG - GO
56. Delegacia da CONTAG em Rondônia
57. ABI - RJ
58. Comissão Pastoral de Direitos Humanos Itapeceira da Serra - SP

Como vai a Constituinte

Informativo Inesc

1) Enquanto os constituintes continuam apresentando uma avalanche de emendas ao projeto da Comissão de Sistematização, nos bastidores iniciam-se conversações sobre a possibilidade de acordos para um novo texto constitucional. Democratas de centro, centro-esquerda e esquerda do PMDB e mais os partidos de esquerda: PC do B, PCB, PDT, PSB e PT, desenvolvem contatos visando um acordo que permita melhorar o atual projeto, principalmente os relacionados com a ordem econômica. O mesmo procedimento está sendo adotado pela ala conservadora da constituinte, representada pelos partidos conservadores e com a ala direita do PMDB.

2) O documento proposto pelo "Grupo do Consenso", amplia a Reforma Agrária com relação ao projeto de Constituição proposto pela Comissão de Sistematização, visto que garante a desapropriação no caso do imóvel rural não cumprir simultaneamente os seguintes itens de sua função social:

- Ser racionalmente aproveitada;
- Conservar os recursos naturais e preservar meio-ambiente;
- Observar as disposições legais que regula as relações de trabalho e produção;
- Propiciar o bem-estar dos proprietário dos trabalhadores e também;
- Garantir a imissão imediata na posse;
- E o pagamento da desapropriação será TDAS.

Entretanto, o documento proposto ainda aquém do Estatuto da Terra, porque não lida com o módulo mínimo, nem se refere às áreas conflitantes.

A campanha nacional pela Reforma Agrária, em reunião do dia 31/07, decidiu continuando sua proposta de emenda popular à Constituinte, mas também, decidiu conversar com o "Grupo do Consenso", embora isso não implique em qualquer compromisso com o grupo sulista.

3) No dia 05/08, o Plenário Pró-Par Popular na Constituinte, a Rede Mulher e as associações de moradores da Bahia Gerais, se reuniram em Brasília, entregando emendas populares, às 15 horas, no Auditório Ramos, na Câmara dos Deputados.

Dia 12/08, será a vez de entrega

JORNAL DO BRASIL DE 13 DE MARÇO DE 1987 NOTICIA QUE SOCIEDADE CIVIL ESTAVA ORGANIZADA PARA INFLUENCIAR NA CONSTITUINTE E DESTACA PARTICIPAÇÃO DO INESC

outras vinte emendas populares; dentre elas: Reforma Agrária, Direito dos Trabalhadores, Reforma Urbana, Ensino Público Gratuito, etc. Atenção: a Reforma Agrária está precisando de uma especial atenção dos movimentos de apoio. Assine a emenda.

4) Na questão indígena, na última avaliação numérica da emenda popular do CNPIC ainda estava na casa das 21 mil assinaturas. É importante ampliar esforços, neste último momento, para ultrapassarmos as 30 mil previstas pelo regimento interno da ANC. É importante, também, encaminhar as assinaturas à UNI, em São Paulo, até o dia 08/08.

5) Com relação às questões vinculadas à garantia dos direitos fundamentais do homem no projeto de constituição, no dia 11/08, o deputado Amaral pronunciou-se em plenário e apresentou proposta favor da instituição

Entidades têm "pool" para influir na Constituinte

Brasília — Um pool de entidades populares está atuando organizada e eficazmente no Congresso, para influir no futuro texto constitucional, e já conseguiu duas importantes vitórias: foi por sua iniciativa, mobilização e capacidade de persuasão que o regimento interno da Constituinte acabou permitindo a apresentação de "proposições populares" assinadas por 30 mil pessoas e a discussão sobre a realização ou não de um plebiscito para ratificar a nova Constituição.

O próximo passo do pool, que, significativamente, se reúne na Comissão de Trabalho da Câmara, será influir na formação das oito comissões temáticas e suas 24 subcomissões para, segundo a socióloga Maria José Jayme, do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), "garantir a participação de constituintes identificados com as causas populares". Além disso, dezenas de entidades vêm se reunindo nos estados para debater temas específicos. O resultado dessas discussões será canalizado para o pool, em Brasília.

Organização

Entre as entidades, destacam-se, pelo nível de organização, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Há, ainda, o Inesc, o Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte (Ceac), vinculado à Universidade de Brasília, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Além disso, há a participação esporádica de entidades trabalhadoras, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Além disso, atua ativamente no pool o Plenário para a Participação Popular na Constituinte, representado em Brasília pelo advogado Francisco Wither, que tem uma rede espalhada por quase todos os estados e forte poder de resposta ao trabalho feito no Congresso.

Na elaboração do projeto de regimento, o pool discutiu e aprovou o texto da emenda, possibilitando a apresentação de "proposições populares", independentemente de patrocínio

por um ou mais parlamentares. Quem acabou assinando essa emenda foram o senador Mário Covas (PMDB-SP) e os deputados Luiz Inácio Lula da Silva, líder do PT, e Brandão Monteiro, líder do PDT. A emenda foi aprovada e incluída no texto final do regimento, já aprovado.

Para a redação da emenda, o pool contou com a preciosa colaboração do ex-deputado do PMDB gaúcho João Gilberto, hoje no Ceac. Foi ele também quem redigiu um texto de seis páginas datilografadas detalhando o processo constituinte, desde a formação das comissões até a votação final em plenário, sugerindo todos os momentos de participação direta das entidades populares. O texto foi discutido na tarde de quarta-feira, também na Comissão de Trabalho.

Fluxo de pressão

A participação do pool começa pelo trabalho das bases de dezenas de entidades nos estados. Ontem, por exemplo, reuniram-se em São Paulo grupos de defesa da causa indígena, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a UNI (União Nacional do Índio). No próximo dia 20, no Rio de Janeiro, será a vez das entidades ligadas à reforma agrária, como a própria Contag e a Comissão Pastoral da Terra da CNBB (CPT). As conclusões dos debates serão encaminhadas ao pool e servirão de base para a pressão sobre as subcomissões e, depois, as próprias comissões temáticas da Constituinte.

Há, também, um fluxo inverso: todas as entidades do pool têm, por exemplo, telefix próprio e mais de um telefone. A CNBB mantém, sob a coordenação do padre Virgílio Ulhôa, uma espécie de agência de notícias que, diariamente, fornece material para mais de cem jornais e rádios e, além disso, produz um boletim semanal com análises sobre as discussões da Constituinte. O papel do Ceac é, segundo João Gilberto, "de meio de campo", pois é quem viabiliza, técnica e regimentalmente, as propostas do pool.

Seminário
Nacional
de
Avaliação

CONSTITUIÇÃO

Secretaria Nacional dos Plenários Pró-Participação Popular na Constituinte

Brasília — junho de 1988

Constituição abre portas para lutas populares

Garantir e ampliar as conquistas democráticas



1988

'Medo de golpe impediu mudanças'

Sociólogo diz que Congresso perdeu chance de mudar regime temendo represália militar

O sociólogo Herbert de Souza, presidente do Ibase (Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômica), fez sua palestra analisando a conjuntura política. Disse que "o Congresso é o espaço onde deve se dar a luta política. A Constituinte, em que pese sua composição conservadora, produziu no 1º turno um texto avançado. Agora é hora dos movimentos populares se organizarem e ocupar mais este espaço institucional".

Herbert de Souza destacou em sua palestra que o Governo Sarney não tem um projeto político, "tem apenas o compromisso com os credores estrangeiros de pagar a dívida externa. Conduz uma política anti-nacional, e o fato dele (Sarney) ter nascido no Maranhão não o torna brasileiro".

Eis algumas definições críticas de Betinho, como é conhecido, sobre o regime, o Governo Sarney, os rumos da economia: "Este governo é a continuação do golpe de 64 em 88. É a continuação do autoritarismo na política e da transnacionalização na economia".

"Somos uma Nação sem estado nacional".

"O governo Sarney não tem



compromisso com a Nação. Manda bilhões e bilhões de dólares para o exterior, dinheiro que daria para combater todas as endemias e executar projetos de desenvolvimento social".

"No Brasil está estabelecido um confronto político com um Governo que não foi eleito por

é retórico. O programa econômico é real, pagar a dívida externa. O que me escandaliza é que seja paga com o silêncio do País."

"Estou convencido que houve dois ou três momentos em que eles contaram com o medo para intimidar o Congresso e a Sociedade. Foi na votação do presidencialismo e do mandato, com a presença dos militares, os fantasmas que rondavam..."

"O Congresso foi antecipadamente vencido na mudança do regime. Se tivesse votado os quatro anos teria decretado o fim real do regime militar".

"No exterior, o presidente diz que a Constituinte é retrógrada". "Vão trabalhar outra vez com a arma do medo. Vão de novo semear a idéia de que democracia e avanço social é o caos e a ordem é seguir o FMI".

"Devemos enfrentar esta situação sem cair no golpe do medo. Chegou o momento de ir com a Carta à população e dizer que o poder não está no homem, mas na sociedade organizada, no respeito ao direito". "Estamos escrevendo a Constituição possível".

nós e que vai ficar no poder até 1990".

"Reduzir o déficit público é reduzir os investimentos na sociedade, que vai pagar a dívida".

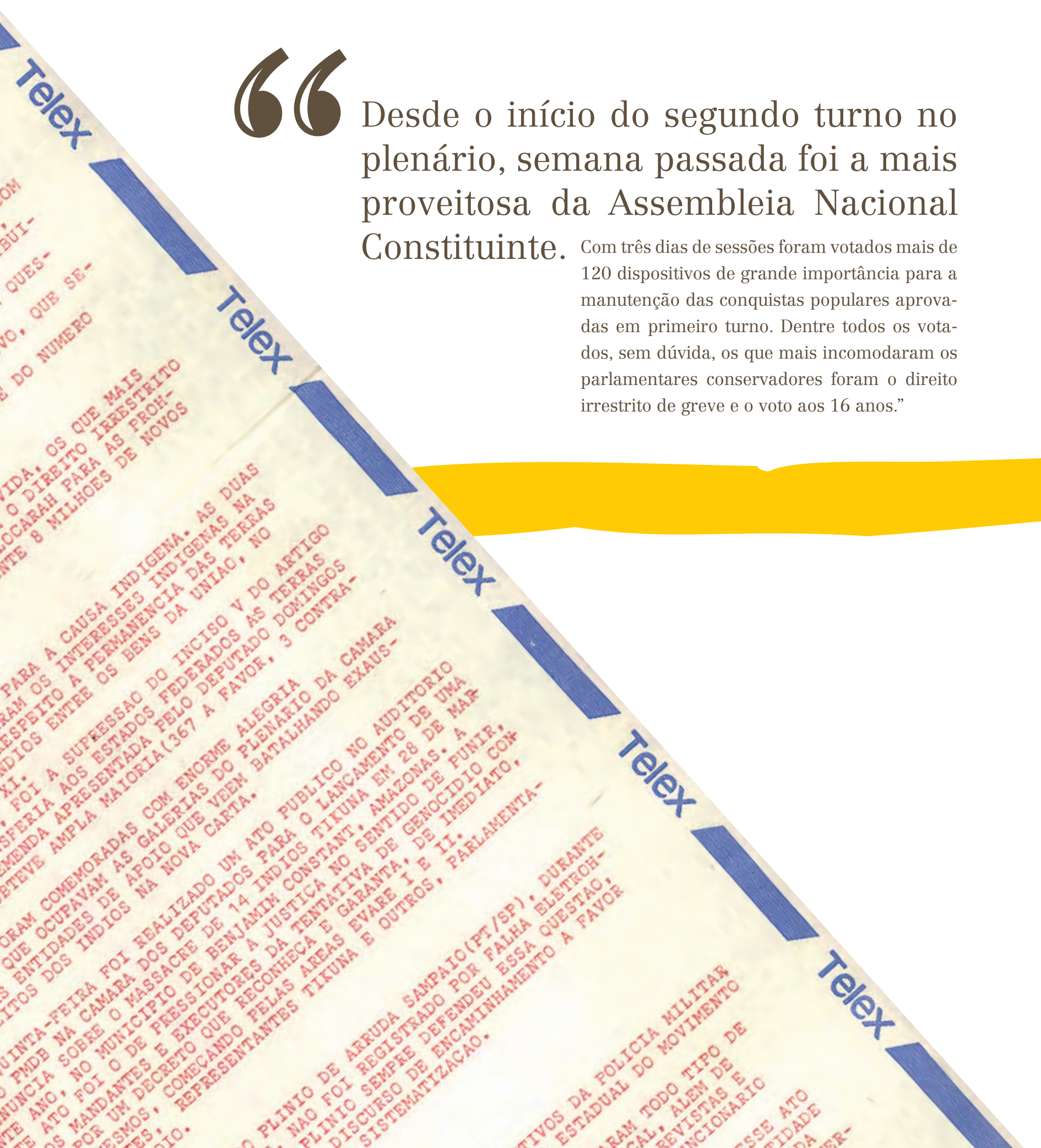
"O único programa político deste Governo é pagar a dívida externa".

"O programa social de Sarney



Desde o início do segundo turno no plenário, semana passada foi a mais proveitosa da Assembleia Nacional Constituinte.

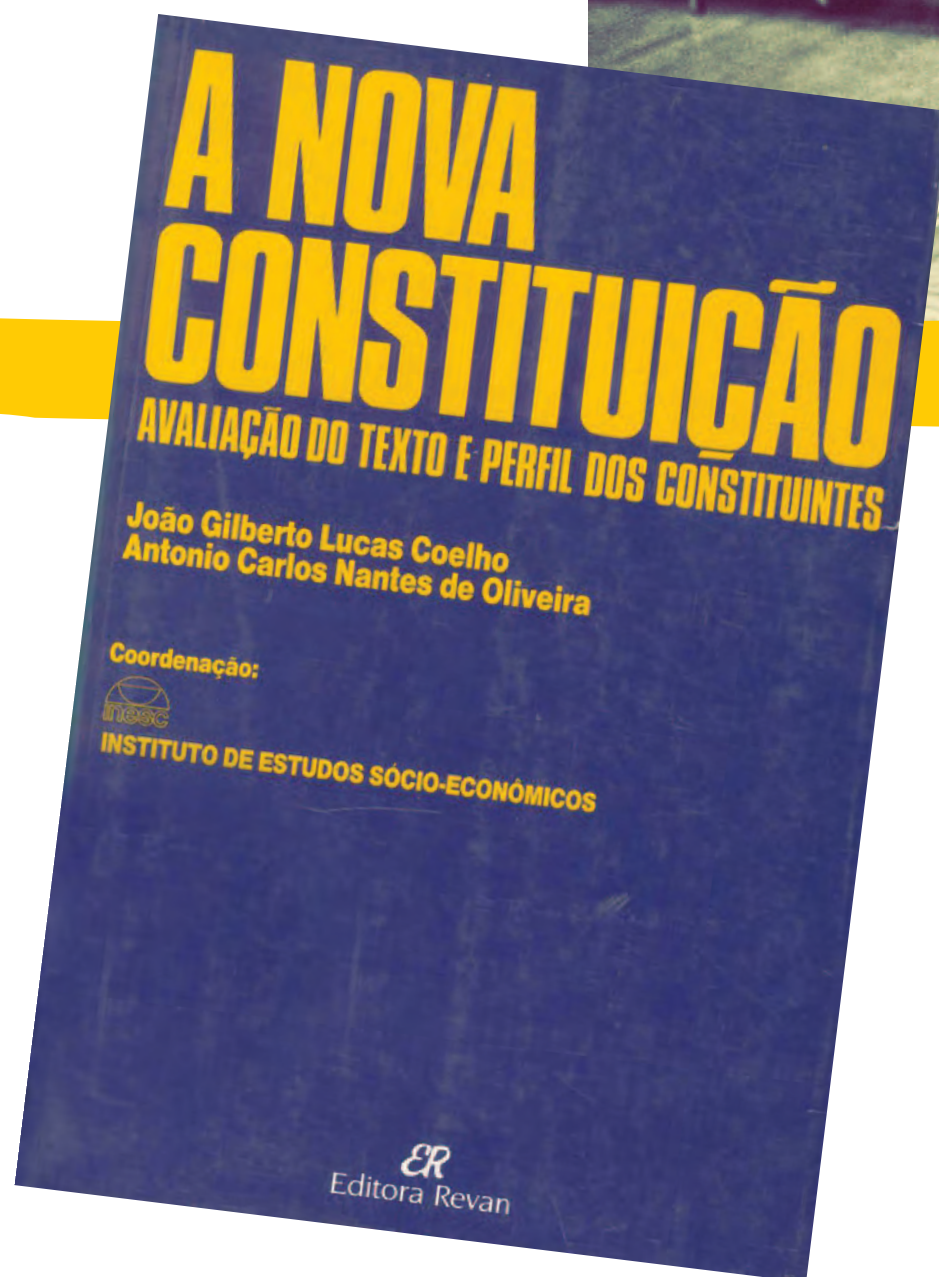
Com três dias de sessões foram votados mais de 120 dispositivos de grande importância para a manutenção das conquistas populares aprovadas em primeiro turno. Dentre todos os votados, sem dúvida, os que mais incomodaram os parlamentares conservadores foram o direito irrestrito de greve e o voto aos 16 anos.”



1989

LANÇAMENTO DO LIVRO “A NOVA CONSTITUIÇÃO”

Ao final da Constituinte, o Inesc lançou o livro “A Nova Constituição” (1989). A publicação reúne um resumo comentado dos principais capítulos da Carta e também um perfil de cada parlamentar da Assembleia.





PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA NACIONAL
CONSTITUINTE, ULYSSES GUIMARÃES,
EM SESSÃO COM DEPUTADOS

FOTO: CÉLIO AZEVEDO_AGÊNCIA SENADO

Convite

O INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - INESC
tem a honra de convidar V. Exa. para lançamento do seu livro "A Nova Constituição
- Avaliação do Texto e Perfil dos Constituintes", elaborado pelos consultores
João Gilberto Lucas Coelho e Antônio Carlos Nantes de Oliveira.

Data: 8 de março de 1989

Local: Livraria Presença - CLS 102 - Bl. C - Loja 05 - Brasília-DF

Horário: 19 horas



BIZEH ENTRE OS DEPUTADOS DA CONSTITUINTE
BETH MENDES E JOSÉ CARLOS SABOYA DURANTE
LANÇAMENTO DO LIVRO "A NOVA CONSTITUIÇÃO"

FOTO: ARQUIVO INESC

agrária

A reforma agrária é uma das linhas estratégicas de atuação do Inesc desde a fundação. Isso fica claro nas diversas correspondências trocadas entre a coordenação do instituto e organizações de trabalhadores rurais. A preocupação com os impactos do tema fundiário na vida econômica do país, bem como com a justiça no campo, pautou o trabalho do Inesc nessa área.

Durante a Constituinte, o Inesc defendeu, em parceria com organizações do setor, um capítulo exclusivo para a reforma agrária. A proposta foi inviabilizada pelo “centrão”, grupo conservador de parlamentares contrários às conquistas sociais aprovadas na primeira fase da Constituinte.

A reforma agrária continua como um desafio no Brasil, e o Inesc segue nessa luta ao lado dos movimentos e entidades que militam na área.

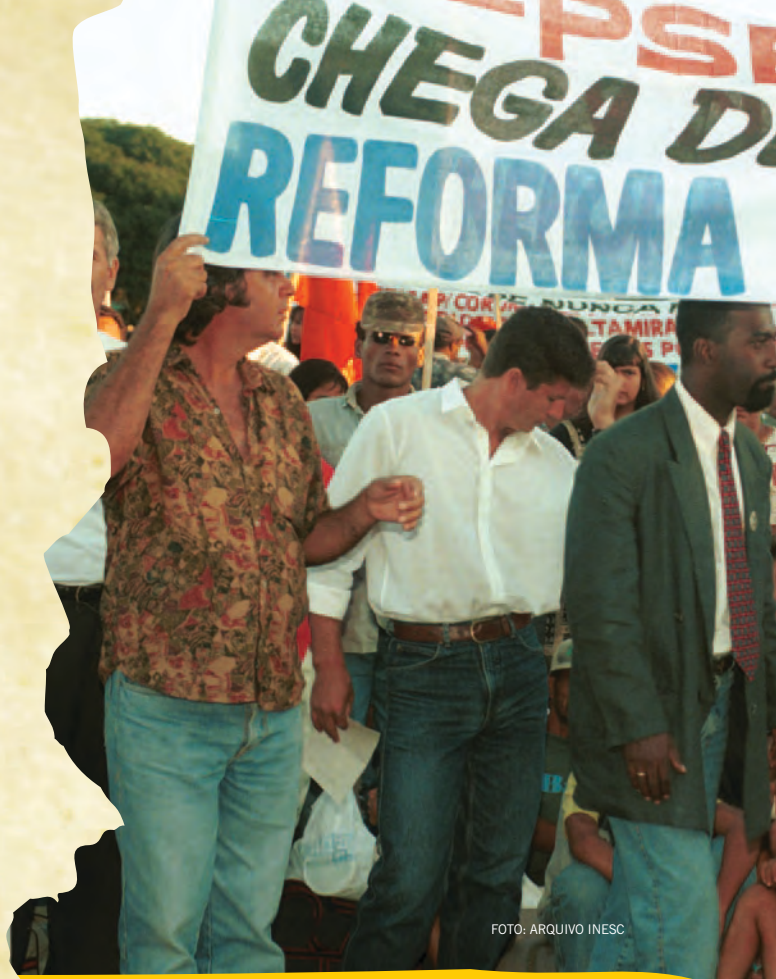


FOTO: ARQUIVO INESC



B/D/E
E VIOLÊNCIA!
AGRÁRIA



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Secretaria Nacional
Rua Ministro Godoy, 1484 — CEP 05015 — SÃO PAULO — SP
Fone: (011) 864-8977 — Telex: (011) 37153 MSTB
Telex n.º (11) 82.153 MSTB-BR


DECLARAÇÃO

BRASIL

A QUEM INTERESSAR POSSA

Gostaríamos de declarar que nosso Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, considera importante as atividades do INESC junto ao congresso nacional e demais órgãos, sendo que em diversas oportunidades temos nos utilizado de seus préstimos, em assuntos que interessam aos trabalhadores rurais sem terra.

São Paulo, 26 fevereiro de 1988


Dulcinéia Pavan
Secretaria Nacional

CARTA DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA (MST) EM 26 DE
FEVEREIRO DE 1988

1988

PUBLICAÇÃO DO LIVRO “REFORMA AGRÁRIA POR QUE?”

Livro publicado pelo Inesc
que defende a reforma
agrária e explica a sua
importância para a redução
das desigualdades.



FOTOS: ARQUIVO INESC

FILME “UMA QUESTÃO DE TERRA”

Inesc apoiou a filmagem de “Uma questão de terra”, do diretor Manfredo Caldas. O filme, sobre o assassinato da líder camponesa Margarida Maria Alves, analisa a violência no campo. O documentário culmina com os dias de votação da reforma agrária na Assembleia Nacional Constituinte.

CH23

400N

H16 657S15

91H



“

Na Constituinte, atuamos intensamente no tema da reforma agrária porque participávamos da campanha nacional pela reforma agrária. O Inesc era da coordenação da campanha, e o Betinho era o coordenador.

Assim que saiu a Constituição, nós sabíamos que tínhamos mais legislação complementar do que artigos e ainda perdemos muitos pontos. O ‘centrão’, que depois se desdobrou na bancada ruralista, queria travar a reforma agrária. Então, articulou a legislação complementar, e nós não conseguimos vários artigos. E nós sempre nos perguntamos: quando é que a gente vai ter um ambiente possível, dentro de um Congresso conservador, de aprovar, de regular, normatizar o capítulo da reforma agrária?

Sáimos da Constituinte atordoados com o capítulo da reforma agrária. Eis que com o (presidente Fernando) Collor, uma janela de oportunidade se abre, porque com o crescimento do movimento pela ética, a direita ficou acuada, perdeu totalmente a base. Então, nós trabalhamos muito nesse período e aprovamos a Lei da Reforma Agrária, com uma série de problemas, mas aprovamos.”

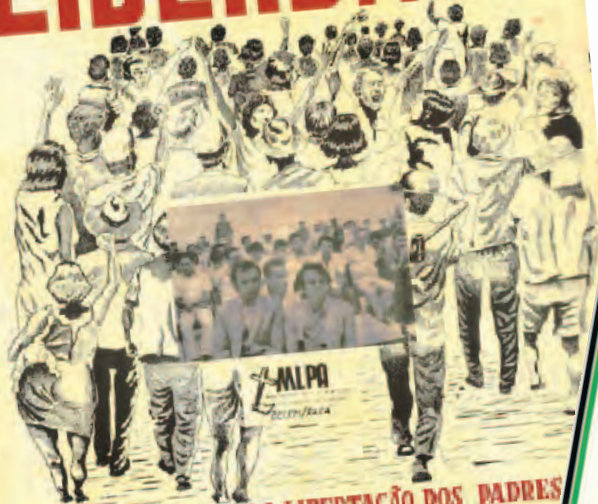
Edécio Vigna

EM ENTREVISTA CONCEDIDA EM 15 DE AGOSTO DE 2011

O líder seringueiro **Chico Mendes** é assassinado em dezembro, em sua casa, após ter anunciado que seria morto por conta da sua luta pela preservação da Amazônia. Ele buscou proteção, mas nada foi feito.



LIBERDADE



**PARTICIPE DA LUTA PELA LIBERTAÇÃO DOS PADRES
AGRICULTORES PRESOS.**
-PELA REFORMA AGRÁRIA RADICAL E IMEDIATA,
-PELA ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA,
-CONTRA A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL.

CARTAZES DA
CAMPANHA NACIONAL
PELA REFORMA AGRÁRIA



LUTE PELA TERRA

CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA

CONTAG - CPT - CIMI - CNBB(LINHA 6)- ABRA - IBASE

COLABORAÇÃO: CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

FOTO: ARQUIVO INESC

VIOLÊNCIA, NÃO REFORMA AGRÁRIA, SIM



DÍVIDA EXTERNA



Durante a década de 1980, o Brasil assistiu à falência do modelo de desenvolvimento que predominava no país desde os anos 60. O governo recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Ao final da ditadura, a dívida externa brasileira e os acordos para o seu pagamento começaram a pesar sobre o país. A dívida e a alta dos juros internacionais resultaram num aumento nunca visto da inflação e contribuíram para piorar a situação social. A dívida externa passou então a ser tema dos movimentos populares, que exigiam que ela não fosse paga.

A dívida externa foi central nas eleições presidenciais de 1989, a primeira direta depois da ditadura. Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), tinha o não pagamento da dívida como uma de suas principais bandeiras.

**NÃO DEVEMOS, NÃO PODEMOS E
NÃO QUEREMOS PAGAR A DÍVIDA**

TÍTULO DO SUBSÍDIO
PREPARADO PELO INESC PARA O
ENCONTRO NACIONAL SOBRE A
DÍVIDA EXTERNA, REALIZADO EM
SETEMBRO DE 1989. O SUBSÍDIO
TRANSFORMOU-SE EM CARTA
DIRECIONADA AO FMI

1988

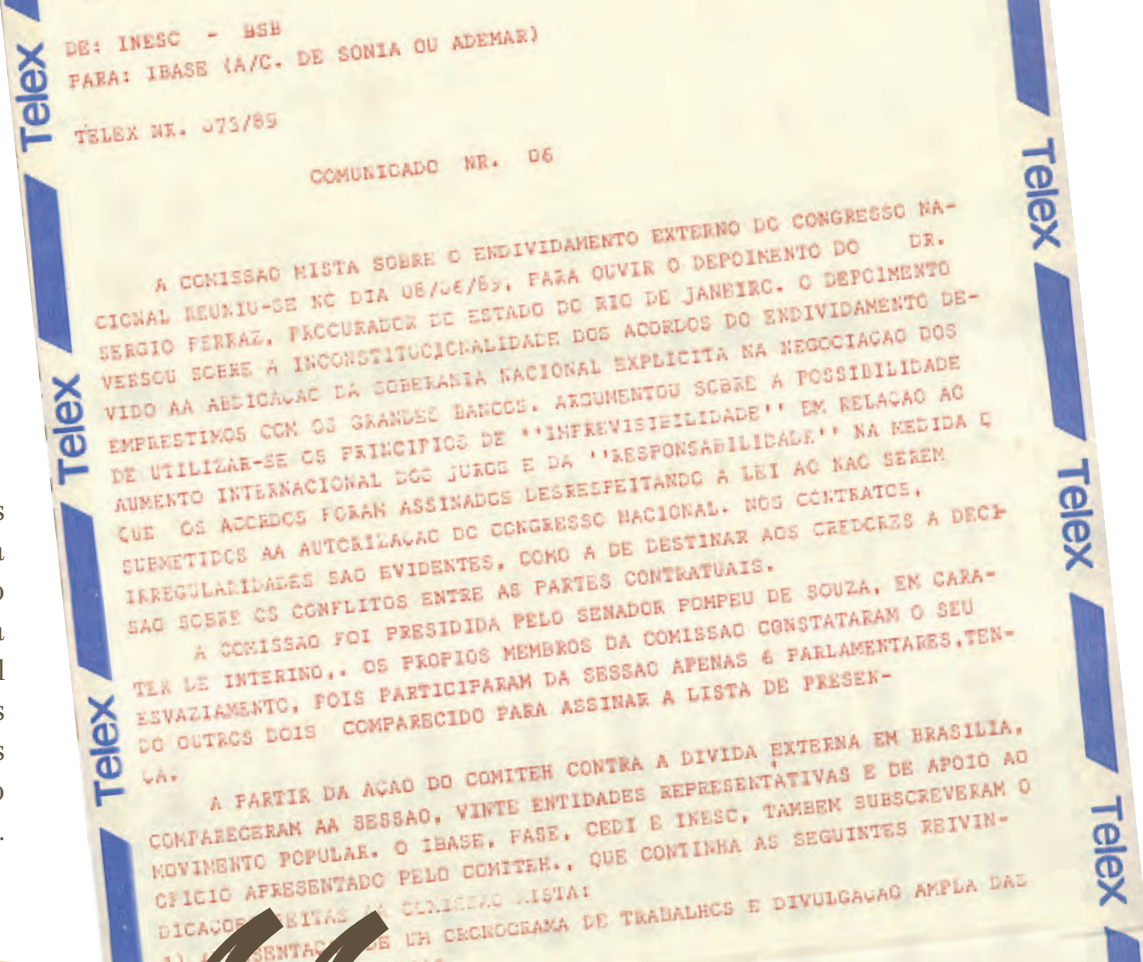
“

**DÍVIDA EXTERNA
TORNA-SE UMA DAS ÁREAS
PRIORITÁRIAS DO INESC**

Por se tratar de uma questão crucial para toda a sociedade brasileira, o Inesc criou mais uma área de atividade, a Assessoria para a Questão da Dívida Externa, cujo titular é Luiz Fenelon P. Barbosa, que há mais de dois anos edita o *Informativo da Dívida Externa*, de reconhecida importância para o movimento popular.”

CARTA ENVIADA PELO INESC A PARLAMENTARES ANUNCIANDO
A NOVA ÁREA DE ATUAÇÃO, EM NOVEMBRO DE 1988

Comunicado emitido por entidades que compunham o Fórum da Campanha Brasil contra a Dívida Externa e o Comitê contra a Dívida, após sessão da Comissão Mista do Congresso Nacional sobre o Endividamento. O telex com as decisões tomadas pelas organizações presentes na sessão foi transmitido do Inesc para o Ibase.



As entidades da sociedade civil presentes à sessão decidiram em reunião depois da mesma, entre outras medidas:

- Iniciar a ação judicial via OAB de embargo dos novos acordos do governo brasileiro com bancos credores e o FMI
- Viabilizar um encontro nacional em Brasília para definir uma estratégia de luta para a dívida externa
- Pressionar partidos e parlamentares a comparecerem e intervi-rem nas sessões representando os interesses dos seus eleitores.”

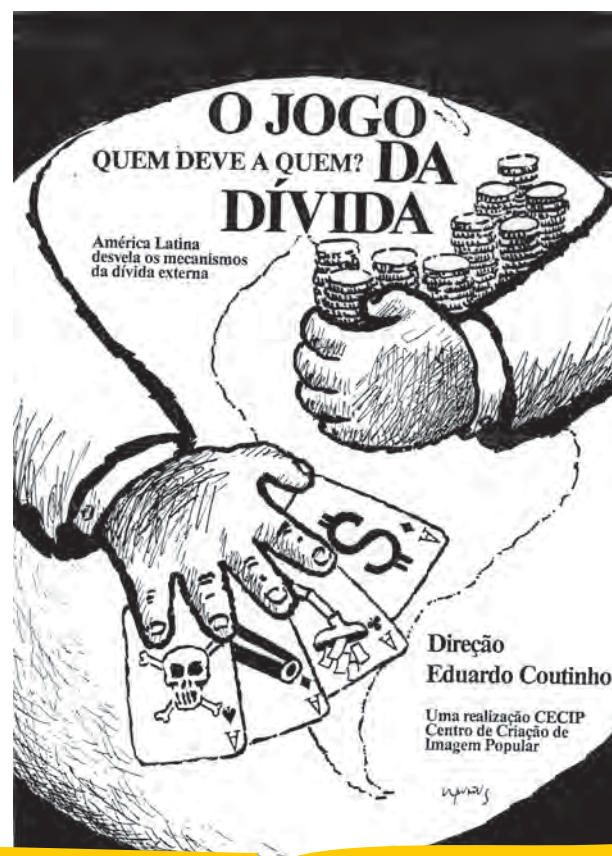
TRECHO DE COMUNICADO EMITIDO PELAS ENTIDADES DO FÓRUM DA CAMPANHA BRASIL CONTRA A DÍVIDA EXTERNA



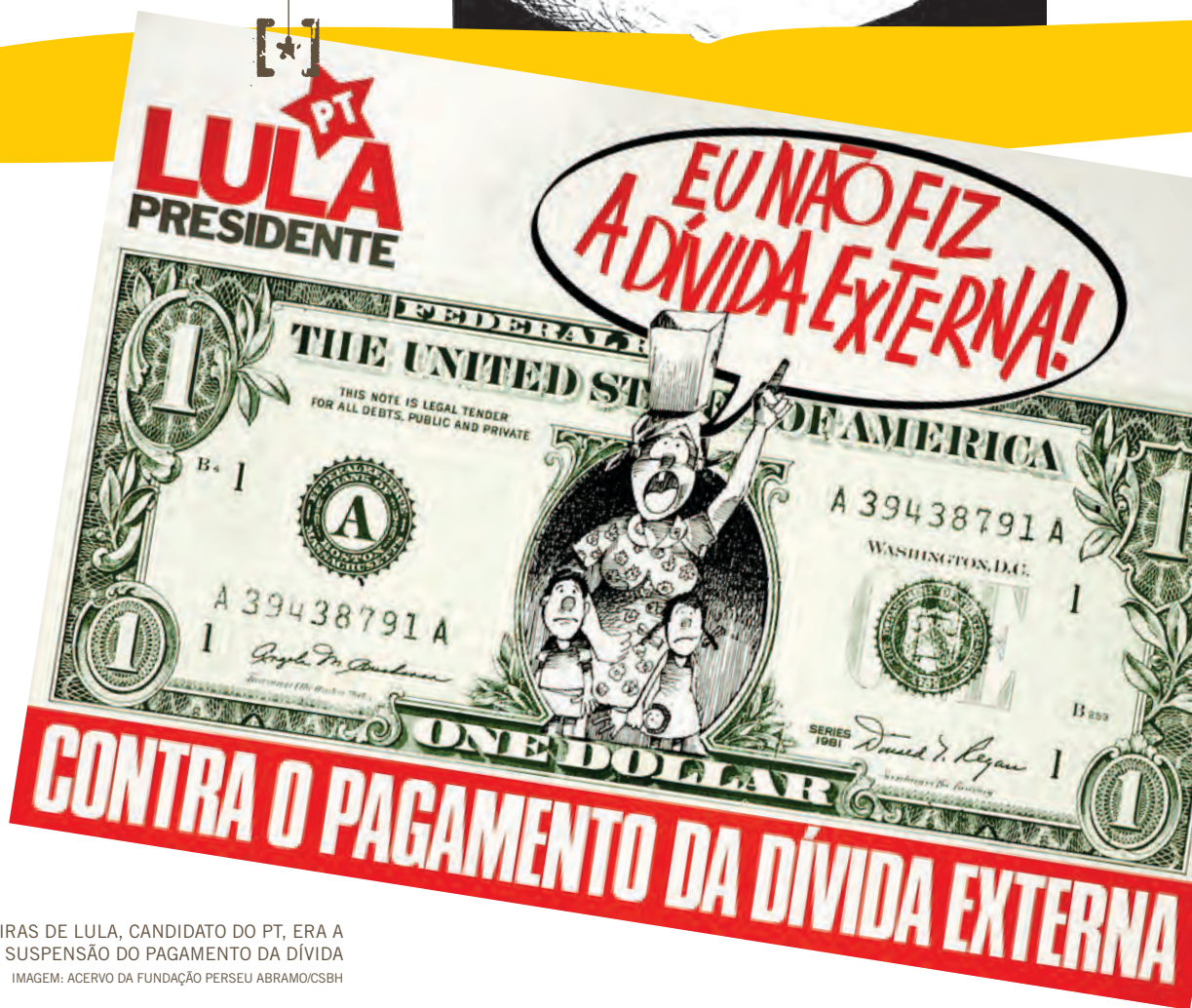
Em junho de 1990 o Inesc promoveu a exibição na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados do filme “O jogo da dívida. Quem deve a quem?” de Eduardo Coutinho, realizado pelo Centro de Criação de Imagem Popular (Cecip).

Fernando Collor de Melo derrota o candidato do PT, Lula, no segundo turno e torna-se o primeiro presidente eleito por voto direto após a ditadura. Collor chegou ao Palácio do Planalto depois de uma campanha que explorou o medo em relação a um governo de esquerda trabalhista e com discurso de combate à corrupção.

1989



Queda do Muro de Berlim.



UMA DAS PRINCIPAIS BANDEIRAS DE LULA, CANDIDATO DO PT, ERA A SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA
IMAGEM: ACERVO DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO/CSBH

O Inesc consolidou-se como importante mediador entre a sociedade civil organizada e o Congresso Nacional. A instituição tinha como foco o “lobby social” e a articulação política em torno de temas centrais para a população brasileira. Como afirma Bizeh, o Inesc passou a trabalhar de forma incansável, como já fizera na Constituinte, para tornar o Congresso mais democrático.



Nossa relação fundamental é com a sociedade civil, cuja organização evoluiu para a criação de fóruns temáticos. E essa relação básica com a sociedade civil tem um objetivo principal: a intervenção no Congresso para aprovação de projetos de lei que correspondam aos interesses desses setores da sociedade com os quais trabalhamos. É um trabalho de discussão política e de fornecimento de subsídios aos parlamentares em torno dessas idéias. Temos uma estratégia de articulação política e de lobby social.

O Inesc procura contribuir para que o Congresso se torne cada vez mais democrático. Mas isso é algo que, obviamente, não tem condições de cumprir sozinho. É uma tarefa de toda a sociedade.”

Bizeh

EM ENTREVISTA À REVISTA PAUTA DE DEZEMBRO DE 1999



1989

SERINGUEIROS E O PREÇO DA BORRACHA

FOTO: SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A atuação do Inesc na mediação entre sociedade civil e Congresso pode ser exemplificada com os casos do repúdio à indicação de embaixador norte-americano e o do Conselho Nacional de Seringueiros, ambos de outubro de 1989.

O Conselho Nacional de Seringueiros, por exemplo, escreveu ao Inesc para pedir apoio por conta da queda do preço da borracha. O Inesc fez a correspondência chegar a 85 parlamentares próximos às causas indígenas e ambientais, que levaram ao Ibama as demandas.

TELEX ENVIADO PELO
CONSELHO NACIONAL DE
SERINGUEIROS AO INESC, EM
26 DE OUTUBRO DE 1989

TELEX

AMAZONIA, RESULTADO DA QUEDA VERTIGINOSA DO PREÇO DA BORRACHA NOS
ULTIMOS CINCO ANOS.
A ATUAL POLITICA DE PREÇO MINIMO PARA A BORRACHA NATURAL PRODUZIDA NO
BRASIL ESTA COMPROMETENDO QUALQUER POLITICA DE PRESERVAÇÃO DA
FLORESTA AMAZONICA, POIS NAO ASSEGURA A PERMANENCIA DE MILHARES DE
SERINGUEIROS NATIVOS.
PELO PROCESSO DE CALCULO DO IBAMA, ORGAO ATUALMENTE RESPONSAVEL PELA
POLITICA DA BORRACHA, O PREÇO MINIMO POR QUILOGRAMA EM OUTUBRO
DEVERIA SER DE NCIS 9.16. POREM, O PREÇO FIXADO PELO CONSELHO
INTERMINISTERIAL DE PREÇOS E DE NCIS 4.37, O QUE REPRESENTA UMA
REMUNERAÇÃO MENSAL INFERIOR AO SALARIO MINIMO, COM UM AUMENTO, EM
SETEMBRO, DO PREÇO DA BORRACHA EM 21.65 E UMA INFLAÇÃO NO ACRE DE
43.52 POR CENTO, NO MESMO MES, OS SERINGUEIROS SAO OBRIGADOS A VIVER
NO LIMITE DE SUBSISTENCIA. EM FACE DO EXPOSTO E CONSIDERANDO OS
INTERESSES DOS SERINGUEIROS QUE PARTICIPARAM DA REUNIAO DO DIA 26 DE
OUTUBRO NO CIP, SOLICITAMOS EM CARATER DE URGENCIA O ENVIO DE
TELEGRAMAS A PARTIR DE HOJE AO IBAMA APOIANDO AS SEGUINTE MEDIDAS:

1. GARANTIA DE PREÇO BÁSICO PARA OS SERINGUEIROS.
2. REPOSIÇÃO DAS PERDAS REGISTRADAS NO ANO DE 89, EQUIVALENTE A 37% SALÁRIOS MÍNIMOS POR FAMÍLIA NA FORMA DE UM BÔNUS E ALIMENTAÇÃO.
3. APLICAÇÃO INTEGRAL DOS RECURSOS ARRECADADOS PELA TORMB SOBRE A IMPORTAÇÃO DA BORRACHA EM UMA POLITICA REAL DE VALORIZAÇÃO DOS SERINGUEIROS (MINI-USINAS, ESCOLAS, POSTOS DE SAUDE E CREDITO AO COOPERATIVISMO).
4. CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO PARA ADEQUAR A POLITICA DA BORRACHA AO PAPEL QUE OS SERINGUEIROS DESEMPENHAM NA CONSERVAÇÃO DA FLORESTA.

NUNERO DO TELEX DO IBAMA- SR. FERNANDO CESAR MESQUITA (612120)

CURITIBA, 26 DE OUTUBRO DE 1989.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS
INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS

Senhor(a) Parlamentar:

Estamos encaminhando a V.Exa. uma cópia do telex do Conselho Nacional dos Seringueiros e do Instituto de Estudos Amazônicos onde é denunciada a dramática situação dos seringueiros, em função da queda dos preços da borracha nos últimos cinco anos e da nefasta política de preço mínimo adotada pelo Conselho Interministerial de Preços.

Solicitamos seu apoio, em caráter de urgência, no sentido de enviar um telegrama ao IBAMA apoiando as medidas de interesse dos seringueiros, conforme telex acima referido.

Sem mais,

Atenciosamente

Witala
Iara Pietricovsky de Oliveira
Assessoria de Questão Indígena

RELACÃO DE PARLAMENTARES PRÓ-ÍNDIO - PPI

DEPUTADOS

ADEMIR ANDRADE
AFFONSO ARINOS
ALCENI GUERRA
ALDO ARANTES
ALEXANDRE PUZYNA
AMAURY MÜLLER
ANTONIO DE BARROS
ARTHUR DA TÁVOLA
BRANDÃO MONTEIRO
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA
CARLOS CARDINAL
CÉLIO DE CASTRO
CHAGAS DUARTE
CHICO HUMBERTO
ANNA MARIA RATTES
BENDITA DA SILVA
BETH AZEVE
CRISTINA TAVARES
IRAM PASSONI
LÍDICE DA MATA
MARIA DE LOURDES ABADIA
MOEMA SÃO THIAGO
MYRIAN PORTELA
RITA CAMATA
ROSE DE FREITAS
SANDRA CAVALCANTI
AUGUSTO CARVALHO
DOMINOGOS LEONELLI
EDMILSON VALETIM
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
FLORESTAN FERNANDES
FRANCISCO RUSTER
GERALDO CAMPOS
HAROLDO LIMA
HAROLDO SABÓIA
HERMES ZANETTI
IBSEN PINHEIRO
IVO LECH
JOÃO CUNHA
JOÃO HERMANN NETO
JOAQUIM BEVILACQUA
JOSÉ CARLOS SABÓIA
JOSÉ DA CONCEIÇÃO
JOSÉ GENOÍNO
KOYU IHA
LÚCIO ALCANTRA
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
LYSANEAS MACIEL
MAURÍCIO FRUET
NELSON AGUIAR
NELSON JOBIM
NELTON FRIEDRICH
NOEL DE CARVALHO
PAULO RAMOS

PAULO CUNHA
PEDRO CANEDO
PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO
RENAN CALHEIROS
ROBERTO FREIRE
RUY NEDEL
SÉRGIO SPADA
SIGMARINGA SEIXAS
TADEU FRANÇA
ULDORICO PINTO
ULYSSES GUIMARÃES
VALTER PEREIRA
VICENTE SOGO
VILSON SOUZA
VIRGÍLDASIO DE SENNA

SENADORES

ALMIR GABRIEL
ALUIZIO BEZERRA
JOSÉ FOGAÇA
JOSÉ PAULO BISOL
MÁRCIO LACERDA
MÁRIO MAIA
NELSON WEDEKIM
POMPEU DE SOUZA
RONA TITO
SEVERO GOMES
TEOTÔNIO VILELA FILHO

TOTAL DE 85 PARLAMENTARES

EXPEDIDO 26/10/89

No mesmo dia, o Inesc enviou carta a parlamentares com cópia do telex, “solicitando, em caráter de urgência, envio de telegrama ao Ibama apoiando medidas de interesses dos seringueiros.”

LISTA DE PARLAMENTARES
QUE RECEBERAM A CARTA
ENVIADA PELO INESC

Brasília, 27 de outubro de 1989

SENADO FEDERAL



GABINETE
DO
SENADOR RONAN TITO

BRASÍLIA

Doutora Iara

De ordem do Senhor Senador RONAN TITO,
encaminho-lhe cópia do expediente que
foi enviado
ao IBAMA

tratando de assunto de interesse
dos seringueiros da Amazônia.

Atenciosamente,

Roberto Moreira Santos
ROBERTO MOREIRA SANTOS
Chefe de Gabinete

Ilma Sra IARA PIETRICOVSKY DE OLIVEIRA
ASSESSORIA DE QUESTÕES INDÍGENA
DO INESC
SCS Q.8 B1.B, nº 50 4º andar s.435
70333 BRASÍLIA DF

Correspondência enviada pelo gabinete do senador Ronan Tito, do PMDB de Minas Gerais, confirmando envio de telegrama para o Ibama. No telegrama o senador exigiu a garantia dos preços da borracha para os seringueiros e medidas para adequar a política da borracha ao papel que os seringueiros desempenham na conservação florestal.

TELEGRAMA DE SERVIÇO

Nº _____ Em 27 de outubro de 1989

Hora de Apresentação	Hora de Transmissão	INICIAL DO OPERADOR

ILMO SR DR FERNANDO CESAR MESQUITA

Nome: DD PRESIDENTE DO IBAMA

End: TELEX: 61.2120

Cidade: BRASÍLIA Estado: DF CEP: 70000

CUMPRIMENTANDO VOSSORIA CORDIALMENTE VG ET EM APOIO
AOS SERINGUEIROS DA AMAZONIA VG ENCAREÇO TOTAL
ATENDIMENTO SEGUINTE REIVINDICAÇÕES:

1. GARANTIA PREÇO BASICO PARA OS SERINGUEIROS
2. REPOSIÇÃO PERDAS REGISTRADAS 1989 VG EQUIVALENTE A 37 SALARIOS MINIMOS POR FAMILIA NA FORMA DE BONUS ET ALIMENTAÇÃO
3. APLICAÇÃO TOTAL RECURSOS ARRECADADOS PELA TRMB SOBRE

A IMPORTAÇÃO BORRACHA EM UMA POLITICA REAL MELHORIA
CONDIÇÕES VIDA SERINGUEIRO

4. CRIAÇÃO GRUPO TRABALHO PARA ADEQUAR POLITICA DA BORRACHA AO PAPEL QUE OS SERINGUEIROS DESEMPENHAM NA CONSERVAÇÃO FLORESTA PT

ATENCIOSAMENTE

SENADOR RONAN TITO

SENADOR RONAN TITO RAMAL: 3038



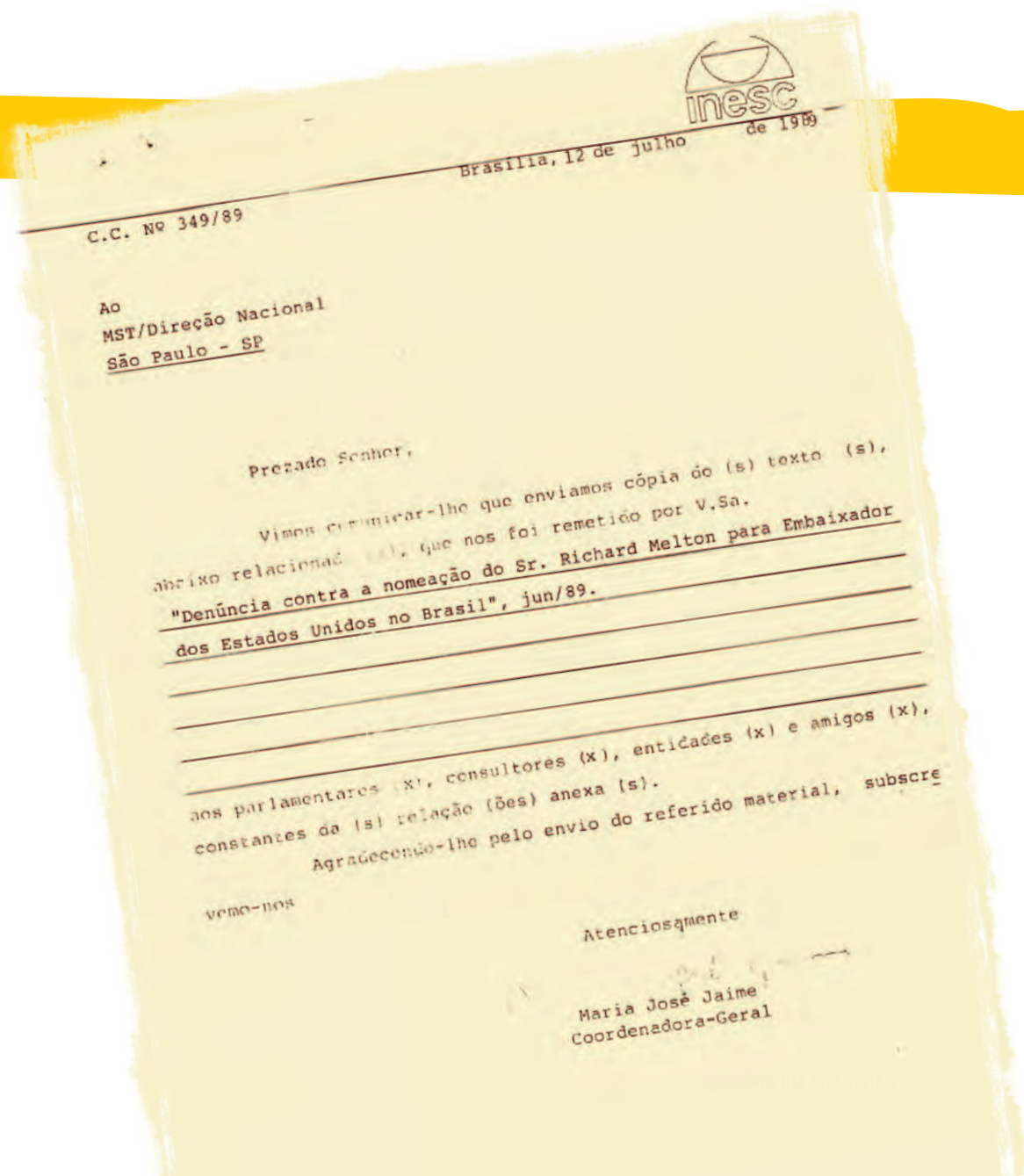
Sugerimos que o Inesc promova uma campanha de repúdio à indicação do novo embaixador norte-americano no Brasil, Sr. Richard Melton, publicamente vinculado à CIA [agência de inteligência dos Estados Unidos] e à repressão no Brasil entre 1964 e 68.”

João Pedro Stédile

CARTA DE JOÃO PEDRO STÉDILE, DA DIREÇÃO DO MST,
AO INESC, EM JUNHO DE 1989

REPÚDIO AO EMBAIXADOR AMERICANO

Inesc responde ao pedido do MST em julho de 1989, comunicando que a denúncia foi enviada a parlamentares, entidades e etc.



MOÇÃO DE REPÚDIO AO SENHOR RICHARD MELTON

Os Deputados Federais abaixo-assinados vêm manifestar de público o seu repúdio à indicação do Senhor RICHARD MELTON para futuro Embaixador dos Estados Unidos da América do Norte no Brasil.

O Senhor RICHARD MELTON tem sido presença obrigatória em todos os atos de ingerência do Governo Norte-Americano nos assuntos internos de outros países: assim foi na invasão da República Dominicana em 1965, na Revolução dos Cravos em Portugal, de 1975 a 1978, e na Nicarágua, de onde foi expulso, pois, esquecendo-se da sua condição de Diplomata, participou diretamente das atividades dos "contras".

Na sua passagem pelo Brasil, onde esteve entre os anos de 1967 a 1969, como funcionário do Consulado Norte-Americano em Recife, em flagrante desrespeito à soberania da Nação Brasileira e aos direitos humanos, durante o regime autoritário, participou de interrogatórios, em local onde se praticava torturas, sendo então reconhecido pelo ex-preso político Engenheiro RICARDO ZARATINI.

Assim, no momento em que o povo brasileiro se prepara para eleger o futuro Presidente da República, depois de longa e sofrida transição política, desejamos expressar claramente que a presença do Senhor RICHARD MELTON em nosso solo pátrio será indesejável e inconveniente.



Os deputados abaixo-assinados vêm manifestar de público o seu repúdio à indicação do senhor Richard Melton para futuro embaixador dos Estados Unidos da América do Norte no Brasil.”

MOÇÃO DE REPÚDIO ASSINADA POR DEPUTADOS FEDERAIS APÓS MOBILIZAÇÃO LIDERADA PELO INESC



VISITA DA FARABUNDO MARTÍ

Em dezembro de 1989 o Inesc organizou a ida à Brasília de um membro da direção da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional, de El Salvador. O objetivo da visita era colocar a Frente em contato com parlamentares brasileiros na expectativa de que o Brasil se posicionasse em prol da paz em El Salvador, que já há dez anos vivia em guerra civil. A agenda organizada pelo Inesc previa encontros com parlamentares, representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Itamaraty.

Brasília, 06 de dezembro de 1989

Prezados amigos:

O INESC agendou a vinda a Brasília de um membro da direção da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional, de El Salvador, que faz parte, também, da Comissão Negociadora da Paz, em diálogo com o Governo desse país.

Aquela organização pretendeu, como objetivo da visita ao Brasil e a outros países da América Latina e os Estados Unidos, mostrar aos parlamentares brasileiros e ao Itamaraty sua proposta política para alcançar a democratização e a paz em El Salvador. A FMLN espera que o Governo brasileiro e o Congresso Nacional se posicionem diante desta questão junto ao Governo salvadoreño, pressionando-o para que participe nas reuniões negociadoras com a determinação clara de iniciar, realmente, o diálogo e os acordos visando colocar fim a uma guerra que completa 10 anos e que já matou mais de 70.000 salvadoreños. Até o presente momento, aquele Governo se nega a definir uma posição frente à proposta política da FMLN e a estabelecer medidas efetivas para o início do desarmamento.

A agenda organizada constou de audiências com:

- 1) Deputada Benedita da Silva (PT/RJ) e Domingos Leonelli (PSDB/BA), que se prontificaram a apresentar na Comissão de Relações Exteriores (CRE) da Câmara dos Deputados a proposta de paz da FMLN.
- 2) Deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), Presidente da Comissão acima referida, que, após o conhecimento da proposta política apresentada pelo representante da Frente, intercedeu junto ao Itamaraty para marcar uma reunião entre a FMLN e aquele Órgão; Posteriormente, o Deputado Bernardo Cabral convidou o membro da Frente a participar da reunião ordinária da CRE, onde foi aprovada a proposta de paz e a sugestão de que uma cópia, contendo a aprovação, fosse encaminhada ao Governo brasileiro; foi aprovado, também, um requerimento condenando o massacre dos padres jesuítas e um documento do "Grupo dos 8" (Brasil, Argentina, Colômbia, México, Peru, Uruguai, Venezuela e Panamá - este último atualmente fora do grupo) que se posiciona frente à situação política atual de El Salvador, exortando o Governo desse país a negociar a paz.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 24 de outubro de 1989.

Ilma. Sra.
MARIA JOSÉ JAIME
M.D. Coordenadora Geral do INESC
Brasília - DF

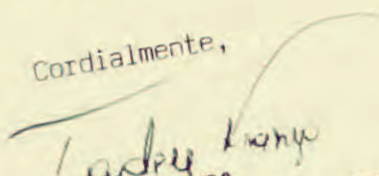
Senhora Coordenadora

Estou lhe enviando o material em anexo para uma avaliação crítica.

Gostaria de receber novo parecer do INESC sobre o assunto, bem como avaliação crítica sobre Noriega e a crise no Panamá.

Antecipando meus agradecimentos pela atenção que puder ser dispensada, renovo a V.Sa. a segurança do meu apreço.

Cordialmente,


TADEU FRANÇA
Deputado Federal - PDT/PR

Em outubro de 1989, no Panamá, o general **Manuel Noriega** superou a segunda tentativa de golpe contra seu governo.



Carta enviada em 24 de outubro de 1989 pelo deputado federal Tadeu França, do PDT do Paraná, pedindo ao Inesc que lhe mandasse um parecer a respeito da situação do Panamá e do general Manuel Noriega.

DEZ ANOS do Inesc

Cedo 26 de Agosto de 1989
Prezado Sr. do INESC

Benho por meio desta a este Orgão
pedir desculpa pelo meu atraso em
responder este questionário, tive fora
de Cedo mais de seis meses, chegando
encontrei e so agora tamor respon
muito queremos a agradecer aos Se
pelo que sabemos através de voces,
acabamos de fundar uma Associação
morador aqui em Cedo ainda n
Cede em qualquer
de ser fundado n

1989

Em 1989 o Inesc completou dez anos e promoveu uma ampla avaliação do seu trabalho. Essa avaliação contou com a participação de organizações e movimentos populares de todo o Brasil. O Inesc enviou a dezenas de entidades um questionário para que elas opinassem sobre a parceria e a atuação do instituto.

4.2 - Quantas pessoas da instituição têm

- menos de 5
- de 5 a 10
- mais de 10
- mais de 50

4.3 - Esse material contribui efetivamente para as atividades desenvolvidas por essa instituição:

- como complemento informativo
- como fonte de informação

Como subsídio para:

- a) debates/análise de conjuntura
- b) repasse/divulgação

4.4 - Aos efeitos de detectar supérfluos, gostaríamos que nos informasse se esse material costuma chegar a tempo:

- Sim
- Não

a) Quais os documentos:

diversos
diferentes
como criar u
nova cent

b) De que fonte:

RESÍDIOS

Nome da entidade:

Associação de Moradores de Codó

Quando e como começou a ter contato com o INESC?

Após a proposta que assinamos no início da criação de nossa constituição da Inesc nas folhas de proposta. A entidade recebe os documentos distribuídos pelo INESC?

Não

positivo:

prioridade:

regularmente. Com que

.02.

- semanal
- mensal
- trimestral

acesso a esse material:

“ O material enviado pelo Inesc foi e continua importante para nós. Chegamos a saber de coisas que através de outras fontes nós nunca iríamos saber. Obrigado, senhores.”

RESPOSTA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CODÓ (MA)
AO QUESTIONÁRIO ENVIADO PELO INESC

4.5 - Por favor, faça uma avaliação do material enviado pelo INESC, apresentando críticas e sugestões. .03.

Todos os materiais são de grande importância para nós

4.6 - Durante a Constituinte recebeu material informativo do INESC ?
 Sim
 Não

4.7 - Como avaliar esse material? Foi importante para seu trabalho ?
 foi e continua importante para nós chegamos a saber de coisas que através de outras fontes nunca nós iria saber obrigado Senhores
 Temos confiado que continuamos ligados de Senhores

I N E S C
QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

I - SUBSÍDIOS

1. Nome da entidade:

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

2. Quando e como começou a ter contato com o INESC?
Com a criação do Departamento em 1983, ampliaram-se os contatos
e intercâmbios de conhecimento com entidades afins.

Nome da entidade

documentos distribuídos pelo INESC?

FRAGMENTOS DO QUESTIONÁRIO
RESPONDIDO PELA SEÇÃO DO
RIO DE JANEIRO DA ORDEM DOS
ADVOGADOS DO BRASIL (OAB)

.03.

4.5 - Por favor, faça uma avaliação do material enviado pelo INESC, apresentando críticas e sugestões.
Todo o material fornecido pelo INESC tem um valor expressivo no trabalho que desenvolvemos, tanto no setor de Pesquisa como no de Documentação. Entretanto, a título de sugestão, não sabemos se vocês têm um cronograma de publicações previamente elaborado, mas talvez fosse interessante individualizar os temas e princípios constitucionais, fazendo publicações mais densas acerca dos assuntos, a exemplo da reforma agrária. Ou seja, priorizando principalmente as vias e mecanismos jurídicos que as entidades afins possam lançar mão para terem seus direitos assegurados.

4.6 - Durante a Constituinte recebeu material informativo do INESC ?
 Sim
 Não

4.7 - Como avaliar esse material? Foi importante para seu trabalho ?
Sim, pois contribuiu para o acervo, tanto como fonte de informação quanto complemento.

Raio de alcance dos trabalhos desenvolvidos pelo Inesc . O mapa foi produzido em 1989 a partir da avaliação realizada naquele ano. A legenda indica atividades realizadas pelo Inesc em diversas cidades brasileiras.



LEGENDA
○ - 500 OU MAIS
○ - 100 A 499
○ - 50 A 99
○ - 1 A 49

1990

WWW.CERINO.COM.BR



“

**PROMULGAÇÃO DO
ESTATUTO DA
CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE
(ECA)** que regulamenta o artigo
constitucional sobre direitos da
criança no Brasil.

No ECA, o Inesc teve papel
protagonista na formulação.
Nós mobilizamos lideranças do Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua e tivemos incidência política na redação de propostas.”

Iara Pietricovsky

EM ENTREVISTA CONCEDIDA EM 15 DE AGOSTO DE 2011



O enfraquecimento do governo da **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas** (URSS) causou a sua dissolução em dezembro de 1991. Líderes de 11 repúblicas soviéticas se reuniram no Cazaquistão e oficializaram a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

1991

1992

FUNDAÇÃO DA ABONG

Inesc participa, em 10 de agosto de 1991, da fundação da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - ABONG, que reúne organizações que lutam contra todas as formas de discriminação e de desigualdades.



A **ECO 92**, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, se realiza no Rio de Janeiro. Ela fez parte do chamado ciclo social de conferências da ONU.

O Inesc participou ativamente das conferências. Foi um dos fundadores do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

na política

O início dos anos 1990 foi marcado por um “certo desânimo” nas lutas populares. No cenário internacional, o mundo assistiu à derrocada do socialismo. No Brasil, não havia mais a mesma mobilização. Nas palavras de Bizeh, “houve um certo desânimo na sociedade organizada. Nos animamos com a possibilidade de ganharmos as eleições com Lula. A vitória de Collor foi o golpe de misericórdia.”

Fernando Collor de Mello iniciou o seu governo com o confisco de poupanças e investimentos da população. Em maio de 1992, ele foi acusado de corrupção pelo próprio irmão. As denúncias de Pedro Collor contra o presidente e o tesoureiro da sua campanha eleitoral, Paulo César Farias, foram feitas à revista *Veja*. O Congresso instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias.

No dia 24 de agosto, a CPI divulgou o seu relatório final. O documento sustentava que Fernando Collor estava ligado a um esquema de corrupção. Uma semana depois, Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e Marcelo Lavenère, presidente da OAB, entregaram o pedido de impeachment no Congresso.



Impeachment, já.

1992

Impeachment Já! — FORA COLLOR

**Mostre toda a sua indignação
contra a Corrupção.**

**Venha participar do Barulhaço na
Praça (traga panela, apito, lata, o que
você quiser para fazer barulho).**

09 às 16 hs. Prç. do Congresso

Foi numa reunião na sede do Inesc que o ex-deputado José Carlos Saboya, do PSB do Maranhão, lançou a proposta de uma mobilização social contra o governo Collor, por conta das denúncias de corrupção que já surgiam e das políticas adotadas pelo presidente.

Essa reunião no Inesc se deu dias antes da acusação de Pedro Collor à *Veja*. O encontro marca a origem do Movimento pela Ética na Política, que ganhou força na sociedade, paralelamente às investigações da CPI.



O José Carlos Saboya questionou por que uma entidade respeitada como o Inesc

não tomava a iniciativa de convidar algumas organizações para discutirmos juntos o que fazer para enfrentar a situação caótica do país. Aceitamos o desafio e organizamos um primeiro encontro, junto com Dom Luciano Mendes de Almeida, então presidente da CNBB, Marcelo Lavenère, que presidia a OAB, e pouquíssimos parlamentares. Nessa reunião surgiu a discussão sobre a ética e sobre como inspirar a sociedade a se organizar de novo. Fizemos um primeiro documento, mandamos para diversas entidades nacionais e fizemos uma segunda reunião na CNBB, quando o salão ficou lotado. Nessa reunião da CNBB, foi criado o Movimento pela Ética na Política.

Convocamos uma outra reunião com um abaixo-assinado que teve grande adesão. Foi como acender fogo em um barril de pólvora. A sociedade estava esperando alguma proposta séria para evidenciar sua indignação.”

Bizeh

EM ENTREVISTA À REVISTA PAUTA DE DEZEMBRO DE 1999

VIGÍLIA PELA ÉTICA NA POLÍTICA CONVITE

Diante das dificuldades crescentes do povo brasileiro - econômicas, profundamente na ordem ética comprometendo a credibilidade das instituições - não podemos. Urge nos unirmos para refletir sobre o nosso próprio destino. A ninguém é dado alheamento. Comparecer e discutir é necessário.

- Data - 23/06/92
- Horário - das 16h às 21h
- Local - Salão Negro do Congresso Nacional - Brasília/DF

ENTIDADES PARTICIPANTES

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Nacional de Ética, CUT - Central Única dos Trabalhadores, Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Defesa dos Sistemas PETROBRÁS e TELEBRÁS, DIAP - Departamento de Defesa dos Sistemas PETROBRÁS e TELEBRÁS, CFM - Conselho Federal de Medicina, MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos, FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas, CPM - Conselho Federal de Economia, MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos, Justiça e Paz, CJP/DF - Comissão de Justiça e Paz, CPI/DF - Comissão de Inquérito do Congresso Nacional, ANDES - Associação Brasileira de Imprensa.



Severo, Erundina, Plínio, Christóvam e Dallari abriram a vigília no Senado

Oposicionistas dão respaldo à comissão

Entidades civis e partidos de oposição desencadearam ontem um movimento para neutralizar a contra-ofensiva do governo que quer evitar que a CPI do caso PC direcione suas investigações contra o Palácio do Planalto. Reunidos no auditório Petrólio Portella, no Senado Federal, representantes de 18 entidades, entre elas OAB, CNBB, Contag, CUT e SBPC fizeram a *Vigília pela ética na política*, tentando mobilizar a sociedade na fiscalização dos trabalhos da CPI, exigindo a punição dos "homens públicos que se desviarem da legalidade".

Depois de lançarem o *Movimento democrático pela impunidade*, no dia 11 de junho passado, os organizadores convidaram intelectuais, políticos e artistas para uma série de painéis sobre a situação econômica, a missão do Legislativo e sobre a CPI do caso PC. Entre os políticos, participam o presidente do PT, Luis Inácio Lula da Silva; o senador Mário Covas (PSDB-SP), os deputados José Serra (PSDB-SP) e Ulysses Guimarães (PMDB-SP).

Para uma platéia formada ba-

sicamente por sindicalistas vinculados à CUT, o deputado Ulysses Guimarães usou um tom firme para defender a apuração da verdade pela CPI. "Custe o que custar a CPI chega lá. A comissão representa as instituições, o Congresso Nacional e a democracia", disse, arrancando aplausos dos presentes. Também participaram da abertura da vigília o jurista Dalmo de Abreu Dallari, o professor Christóvam Buarque, a prefeita Luiza Erundina, o ex-senador Severo Gomes e o ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio.

VIGÍLIA PELA ÉTICA NA POLÍTICA



Para a plateia formada basicamente por sindicalistas vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), o deputado Ulysses

Guimarães usou tom firme para defender a apuração da verdade pela CPI.

'Custe o que custar a CPI chega lá'."

Jornal do Brasil

EM 24 DE JUNHO DE 1992, SOBRE A VIGÍLIA PELA ÉTICA NA POLÍTICA, ESTOIM DO MOVIMENTO QUE LEVOU O MESMO NOME

**PELA DEMOCRACIA
CONTRA A IMPUNIDADE**

MANIFESTE-SE

**DIA 07 - JULHO - (Terça-Feira)
16:00 horas**

NA RAMPA DO CONGRESSO NACIONAL

**PRESENCAS: LULA - ROBERTO FREIRE - HORÁCIO MACEDO -
JOÃO AMAZONAS - JAMIL HADDAD -
JAIR MENEGUELLI**

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO CONTRA A IMPUNIDADE:
PT - PMDB - PSB - PSDB - PCdoB - PDT - PC - PPS - CUT - RODOVIÁRIOS
- SINDSEP - SINDLEGIS - SINTEL - ODONTÓLOGOS - JORNALISTAS -
MÉDICOS - RADIALISTAS - SINDICATÃO - SINDPD - SINDSER -
AEROVIÁRIOS - UNE - FAMIBRE - PRO-CENTRAL - CONAM - UBES -
UMESB - SINPRO - BANCÁRIOS - VIGILANTES - SINDPREV-DF - FENASPS -
SAE-DF - CDR-DF.

INESC

Subsídio

Betinho, com a colaboração de Bizeh, preparou um texto com os pontos que o Movimento pela Ética na Política gostaria de pautar no Congresso Nacional e nas ruas. Em seguida, enviaram para todos os que participaram da primeira reunião do movimento.

Título: ÉTICA NA POLÍTICA E UM NOVO RUMO PARA O DESENVOLVIMENTO
-Texto para discussão-

Autor: HERBERT DE SOUZA
(BETINHO)

Data: 08.07.1992

SCS Quadra 08 Bloco B-50 Salas 435/7/9/441
Supercenter Venâncio 2.000
Brasília - DF
70.333-900
Telex: 61-4837 IEFÉ-BR
Fax:(061) 226-8042
Telefones: (061) 226-8131/226-8093

“Prezado Parlamentar,
Como foi acertado na reunião
realizada em 09 de junho na CNBB,
o Herbert José de Souza preparou o texto
‘Ética na política e um novo rumo para o desenvolvimento’, que
segue em anexo. O Betinho pede que as observações a seu trabalho
sejam enviadas ao Inesc durante o mês de julho.”

Bizeh

EM CARTA ENCAMINHANDO O TEXTO PARA DISCUSSÃO
DO MOVIMENTO ÉTICA NA POLÍTICA EM 8 DE JULHO DE 1992

São Paulo, 28/7/92

Prezada Bize

Citamos no dia 28 Mar, ainda é julho de modo que estou deuto do prazo. Ai vão meus comentários sobre o texto de Betinho. Espero que sejam úteis. Um abraço - Plínio

São Paulo, 22 de julho de 1992

Prezado Betinho

Escrever é sempre difícil. Escrever sobre assuntos difíceis, mais ainda. Sinto-me, porém, obrigado a enviar-lhe meus comentários, até porque foi sob essa condição que você aceitou a incumbência de produzir o texto sobre a ética na política.

A síntese dos objetivos a serem atingidos e a lista das reformas estruturais que precisam ser feitas, parecem-me excelentes. Não há o que tirar ou acrescentar.

Mas, se estou bem lembrado, o texto destina-se a iniciar um esforço de unificação das forças socialistas, populares, democráticas em torno de uma plataforma comum, capaz de oferecer ao povo uma saída distinta da proposta neo-liberal. Se assim for, creio que estaria faltando elaborar mais o aspecto estratégico, ou seja, o caminho para atingir os objetivos que você coloca.

Explico-me: proclamamos, por exemplo, a necessidade de realizar uma reforma agrária, mas não deixamos muito claro que segmentos serão penalizados e que segmentos serão beneficiados com essa medida. Não indicamos também como serão conseguidos os recursos para executá-la. Declaramos que nossa opção será a de não atender às prioridades internacionais se isto implicar em não pagar os banqueiros internacionais. Ora, todos sabemos que tal atitude provocará retaliações. Como reagiremos a elas? Defendemos o ensino público. Como ficará o ensino privado? Em perguntas deste tipo que o carro pega. E se não dermos ao menos algumas indicações acerca das respostas, a mera enumeração dos objetivos e das reformas tenderá a convencer apenas os que já têm uma idéia formada acerca de um modelo alternativo. Os demais ficarão receosos. E mesmo aqueles simpáticos aos nossos valores, não terão elementos para defender a proposta na hora em que tiverem de enfrentar os silogismos da argumentação neo-liberal.

Sei que não é nada fácil entrar nesse terreno. Você, aliás, não se propoz a elaborar sozinho um plano completo de transformação e recuperação da nossa economia. Mas, creio que necessitaríamos acrescentar ao texto uma sucinta indicação acerca dos elementos básicos de um modelo econômico -lógico, coerente e viável- a partir de pressupostos mais igualitários. Há explorações preliminares nessas áreas. Quem sabe seja possível estiaular a gente que anda metida nisso a elaborar um pouco mais a idéia de que o Brasil pode voltar a crescer (moderadamente), se adotar uma política efetiva de redistribuição de renda e incluir uma ou duas páginas sobre isto no seu texto.

Insisto, contudo, na correção e pertinência de tudo quanto foi nele incluído.

Plínio

ACIMA, BILHETE DE PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO PARA BIZEH, ENCAMINHANDO SEUS COMENTÁRIOS. À ESQUERDA, SEUS APORTES AO TEXTO

MANIFESTO PELA ÉTICA NA POLÍTICA

As entidades e pessoas que aderem a este movimento buscam, em conjunto, alternativas eficazes para superar a crise. O movimento tem como pressuposto básico articular os setores organizados da sociedade civil unidos na convicção de que a ética é pedra angular das relações humanas em todos os níveis. A ética supõe a co-responsabilidade de todos os cidadãos e por isso a lei não admite exceção, nem impunidades.

Proclama-se a necessidade básica de se criar uma sociedade verdadeiramente humana onde o egoísmo, os privilégios, o tirar vantagem, a impunidade, cedam diante da probidade, da solidariedade e do progresso social.

Os danos sociais provocados pelo modelo econômico que se impõe ao país e que não passa de nova roupagem para antigas idéias que já mostraram sua face cruel de exploração do homem, evidenciam a urgência em se buscar uma verdadeira democracia que possibilite a participação de todos, nas riquezas, na cultura e no bem estar.

Esta vigília cívica é um alerta. Cabe a todos e, especialmente, ao Congresso Nacional, neste momento, defender a ética na política, para que sua violação sistemática não acabe com as conquistas democráticas que levamos tantos anos para escrever como Constituição e viver, como prática, no cotidiano.

Estamos em vigília pela ética e pela democracia, para dizer que numa democracia a lei não admite exceção e a lei de exceção não passa de arbítrio. Assim como estamos em vigília para reafirmar que numa democracia não se condena sem provas, ninguém está acima da ética e da lei.

ENTIDADES QUE JÁ SUBSCREVERAM O MANIFESTO:

OAB-Ordem dos Advogados do Brasil, CNBB-Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CUT-Central Única dos Trabalhadores, CONTAG-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, ABI-Associação Brasileira de Imprensa, ANDES-Associação Nacional de Ensino Superior, CFM-Conselho Federal de Medicina, CJP/DF-Comissão de Justiça e Paz do Distrito Federal, CJP/SP-Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, COFECOM-Conselho Federal de Economia, CPT/DF-Comissão Pastoral da Terra do Distrito Federal, CESE-Coordenadoria Ecumênica de Serviços, DIAP-Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, FENAJ-Federação Nacional dos Jornalistas, IBASE-Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, INESC-Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, MNDH-Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, Movimento em defesa dos sistemas PETROBRAS E TELEBRAS, MST/DF-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Distrito Federal, SBPC-Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

ED. DE ESPORTES
Senna: "Corro de graça"
Se for na Williams... (Veja também o futebol)

jornal da tarde

Segunda-feira, 17 de agosto de 1992. Número 8.216 Ano 27 Cr\$ 2.500,00

◀ O POVO COLLORIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO ▶
(Do próprio presidente Collor, ao receber manifestações de apoio nos Jardins da Casa da Dinda.)

◀ DESCULPE, SUPLICY, MAS A PASSEATA É ESPONTÂNEA E APARTIDÁRIA. ▶
(De uma estudante de Guarulhos ao candidato do PT, pedindo que ele não fizesse discurso no Ibirapuera.)

◀ A NAÇÃO ESTÁ DE LUTO PARA EXIGIR A RENÚNCIA ▶
(Do portuário Roberto Marino, na passeata em Santos.)

DEU PRETO

Os defensores do preto acabaram se apossando até do verde-amarelo.

O COMBATE

O INESC E A ÉTICA

O INESC convida a todos para que telegrafem aos deputados da CPI do PC com o seguinte texto: "Brasil confia CPI cumpre seu dever. Basta de Imoralidade. Pela ética na política". E envie cópia para a OAB. O endereço é: Deputado Fulano de tal, Câmara dos Deputados-Brasília-DF. CEP 70169-970. O INESC pede que cada um "divulgue entre seus amigos esta corrente de força pelo Brasil".

O INESC é um Instituto de Estudos Sócio-Econômicos de Brasília que edita um informativo gratuito sobre as atividades do Congresso Nacional. Quem desejar recebê-lo basta escrever para: Informativo do INESC-SCS, Q.8-B1, B-N, 50-Sala 435/7/9/41 - Supercente Venâncio 2000-CEP 70.333-Brasília-DF.



Em 16 de agosto, nas principais capitais do país, o povo foi às ruas vestido de preto contra a corrupção, em resposta ao presidente Fernando Collor, que havia convocado a população a ir às ruas de verde e amarelo para apoiá-lo. No mesmo mês, dia 23, o jornal *O Combate*, de João Pessoa (PB), publicava nota com o chamado para que a população telegrafasse mensagens aos parlamentares da CPI.

FOTO À ESQUERDA: CÉLIO AZEVEDO, AGÊNCIA SENADO



No dia da votação do impeachment, o Movimento pela Ética na Política convocou a sociedade brasileira a pressionar os parlamentares em um ato na rampa do Congresso Nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO INTERPARLAMENTAR

"PRO-IMPEACHMENT"



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em termos de organização, estamos encaminhando as seguintes sugestões aos filiados e simpatizantes de nossos Partidos:

1. Organizar uma "Comissão Interpartidária Pró-Impeachment" em cada Assembleia Legislativa;
2. organizar uma "Comissão Interpartidária Pró-Impeachment" nas Câmaras Municipais;
3. articular uma "Comissão Interpartidária Pró-Impeachment" com o Movimento pela Ética na Política, com o Movimento Democrático Contra a Impunidade e com todas as entidades da sociedade civil que quiserem participar deste processo.

Brasília, em 03 de setembro de 1992

Roseana Sarney PFL
 Roberto Freire PPS
 Aldo Rebelo PCDOB
 Luitão Havelly PST
 Eitor Facchini PDS
 Eduardo Jorge PT
 Celso de Castro PSB
 Jackson Ferreira PSB

Para enfrentar e resolver a atual crise ética e moral, deputados federais e senadores uniram-se numa Comissão Interpartidária Pró-impeachment, que conta com o respaldo de presidentes nacionais de partidos e líderes partidários na Câmara Federal e Senado.

Nossa articulação visa coordenar nossas ações em uma situação jurídica e técnica competente no processo de "impeachment", manter aliança política ampla, com manifestações populares e da sociedade civil.

Em termos de mobilização estamos encaminhando as seguintes sugestões aos filiados e simpatizantes de nossos partidos:

Manifestações públicas devem ter um caráter partidário;

Manifestações unitárias evitar-se a conotação partidária;

Evitar-se manifestações de grandes manifestações unitárias já realizadas nos últimos dias: Curitiba, São Paulo, Salvador e



Para enfrentar e resolver a atual crise ética e moral, os deputados e senadores uniram-se numa "Comissão Interpartidária Pró-impeachment", que conta com o respaldo de presidentes nacionais de partidos e líderes partidários na Câmara Federal e no Senado.

CARTA DE PARLAMENTARES PRÓ-IMPEACHMENT A MOVIMENTOS SOCIAIS, PEDINDO A MOBILIZAÇÃO PELA SAÍDA DE COLLOR. ASSINAM A CARTA ROSEANA SARNEY (PFL-MA), ROBERTO FREIRE (PPS-PE), ALDO REBELO (PCDOB-SP), ENTRE OUTROS.

Jornal do Brasil de 3 de setembro de 1992 informava sobre a mobilização organizada pelo Movimento pela Ética na Política.

Informe JB

O Movimento pela Ética na Política está discutindo a convocação de um *panelaço* nacional todas as segundas-feiras, até a votação do *impeachment*. No *panelaço*, a população sai às ruas batendo em panelas. É um barulho de deixar tonto qualquer governante.

Os representantes das 22 entidades do Movimento que se reuniram ontem em Brasília decidiram propor que todas as atividades do país sejam paralisadas no dia da votação do *impeachment* — que elas prevêem cair em 30 deste mês.

Hoje, as mesmas entidades aprovam um documento em que se mostram intransigentes em dois pontos:

- A votação do *impeachment* deve ser aberta, e não secreta.
- Ética é ética mesmo, e exige apuração e punição. Não há hipótese de aceitar a renúncia do presidente Collor em troca de indulto ou anistia para ele.

Essas entidades se articularão hoje com os dirigentes de partidos políticos para combinar um calendário comum de manifestações de rua contra o presidente.

O Movimento pela Ética na Política nasceu em maio de uma idéia da CNBB para combater o social-liberalismo do presidente Collor.

Com as acusações de Pedro Collor de Mello contra seu irmão presidente e o empresário Paulo César Farias, tornou o bonde dos escândalos e se tornou principal motor dos protestos de rua.

O Movimento é não deixar o presidente da próxima semana, se verá quem de fato o país — o presidente que jogou pelo ralo 35 milhões de votos e está sitiado no Palácio do Planalto ou no Congresso — tem como sede as ruas.



ADUSP - Associação dos Docentes da Universidade
Av. Prof. Luciano Gualberto - Trav. J nº 374 - CEP 05305 - Cidade U.
TELS: (011) 813-5573 e 813-3222 R. 2785

Excelentíssimo Senhor Presidente
Senhoras Deputadas e Senhores Deputados

Pela ética na política, os cidadãos brasileiros abaixo assinados vêm pelo presente, manifestar seu apoio à *impeachment* do Senhor Presidente da República, que foi apresentada a esta Casa pelos senhores Barbosa Sobrinho e Marcello Lavenère Machado. Reforçam, ainda, que a transparência da moralidade exige o voto

Nome	Assinatura	R.G. ou T.E.
Leonardo José S. Aquino	[Assinatura]	19.235.209-0
Darcio Martins Junior	[Assinatura]	38.412.049
Claudia Brito Lato	[Assinatura]	22.348.281-X
Carlo Gonçalves	[Assinatura]	24.174.882-9
Manoel Trindade Jord	[Assinatura]	15.837.091

Excelentíssimo Senhor Presidente
Senhoras Deputadas e Senhores Deputados

Pela ética na política, os cidadãos brasileiros abaixo assinados vêm pelo presente, manifestar seu apoio à petição de *impeachment* do Senhor Presidente da República, que foi apresentada a esta Casa pelos senhores Barbosa Lima Sobrinho e Marcello Lavenère Machado. Reforçam, ainda, que a transparência da moralidade exige o voto aberto.

Nome	Assinatura	R.G. OU T.E.
ANA CANDIDA SANTRADE	[Assinatura]	2.952.845
ELY VIREZ DE LAMARCA	[Assinatura]	1.444.316
ANITA LARA M. PERRELLI	[Assinatura]	4.656.579
EDUARDO DA PEREIRA	[Assinatura]	12.747.868
RASUEL JANUZZI	[Assinatura]	1.945.412
EMILIANA F. FELSBERG	[Assinatura]	5.484.712
Guilherme B. Linsberg	[Assinatura]	7.151.717
Sergio R. Toledo	[Assinatura]	2.799.042
Marcello Barros	[Assinatura]	1.075.739
CLAUDIA H. DUEIROZ	[Assinatura]	19.457.771
Gerson M. Ferreira	[Assinatura]	4.408.755
Marcelo Barros	[Assinatura]	13.272.977
ANUARIA LATTES	[Assinatura]	4.150

O Inesc liderou o processo de recolhimento de assinaturas pró-*impeachment*, enviando pedidos e formulários para entidades de todo o país.





Em 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados aprovou a abertura do processo de impeachment contra o presidente Collor. Dos 480 deputados presentes, 441 votaram a favor. O presidente renunciaria ao cargo antes que o Congresso, uma vez aberto o processo, votasse pela sua saída. Assumiu a Presidência o seu vice Itamar Franco. Na foto, o último voto a favor do impeachment no Congresso Nacional.

FOTO: ARQUIVO IBASE

da Cidadania

Em 1993, cerca de 30 milhões de brasileiros viviam abaixo da linha da miséria, e a luta para transformar essa realidade seria o principal desdobramento do Movimento pela Ética na Política. A “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, rapidamente ganhou o país inteiro e, nas palavras de Bizeh, “provou que a sociedade brasileira é solidária.” O presidente Itamar Franco convidou Betinho para dirigir o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), formado por oito ministros e 21 representantes da sociedade civil. Betinho preferiu ser apenas um conselheiro e indicou para o cargo o nome de Dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias (RJ) e um dos fundadores da Ação da Cidadania. Assim como Betinho, Bizeh fez parte do Consea, e o conselho foi importante para mostrar à população que a sociedade civil pode e deve influenciar nas políticas públicas.

POSTAL DE ALIEDO PARA
A INICIATIVA “ARTISTAS
GRÁFICOS X FOME”

**AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME,
A MISÉRIA E PELA VIDA**

DOM MAURO MORELLI (DISCURSANDO) E BETINHO
(NO CANTO ESQUERDO) DURANTE A I CONFERÊNCIA
NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR
FOTO: ARQUIVO IBASE



1993

“

No início da campanha, houve um debate político muito intenso. A ideia de desenvolver ações emergenciais de distribuição de alimentos era vista por muitos como “assistencialismo” e como contraditória à tese de que só mudanças estruturais resolveriam o problema da fome. Nas grandes reuniões, esse tema foi um quebra-pau danado, até que se chegou a um consenso de que ninguém estava dando esmola, mas fazendo solidariedade e defendendo o direito mais elementar do todo ser humano que é o direito à vida. Que a fome deixaria de existir com mudanças mais profundas, mas que os famintos não tinham condições de esperar por elas vivos. A comida tinha de ser dada já.”

Bizeh

EM ENTREVISTA À REVISTA PAUTA DE DEZEMBRO DE 1999

Em março de 1993, o Movimento pela Ética na Política buscava mobilizar outras entidades para apoiar a luta contra a fome. Em fax para Lindbergh Farias, presidente da União Nacional do Estudantes (UNE), Betinho o convida para “redefinir rumos e perspectivas do movimento e tratar, sobretudo, desta questão da fome, da miséria.”

Prezado Lindemberg

Estou aqui em Brasília hoje, em reunião com o presidente da República e assessores, para tratar da criação da Secretaria de Combate à Fome. Por isto, envio-lhe este fax, via INESC.

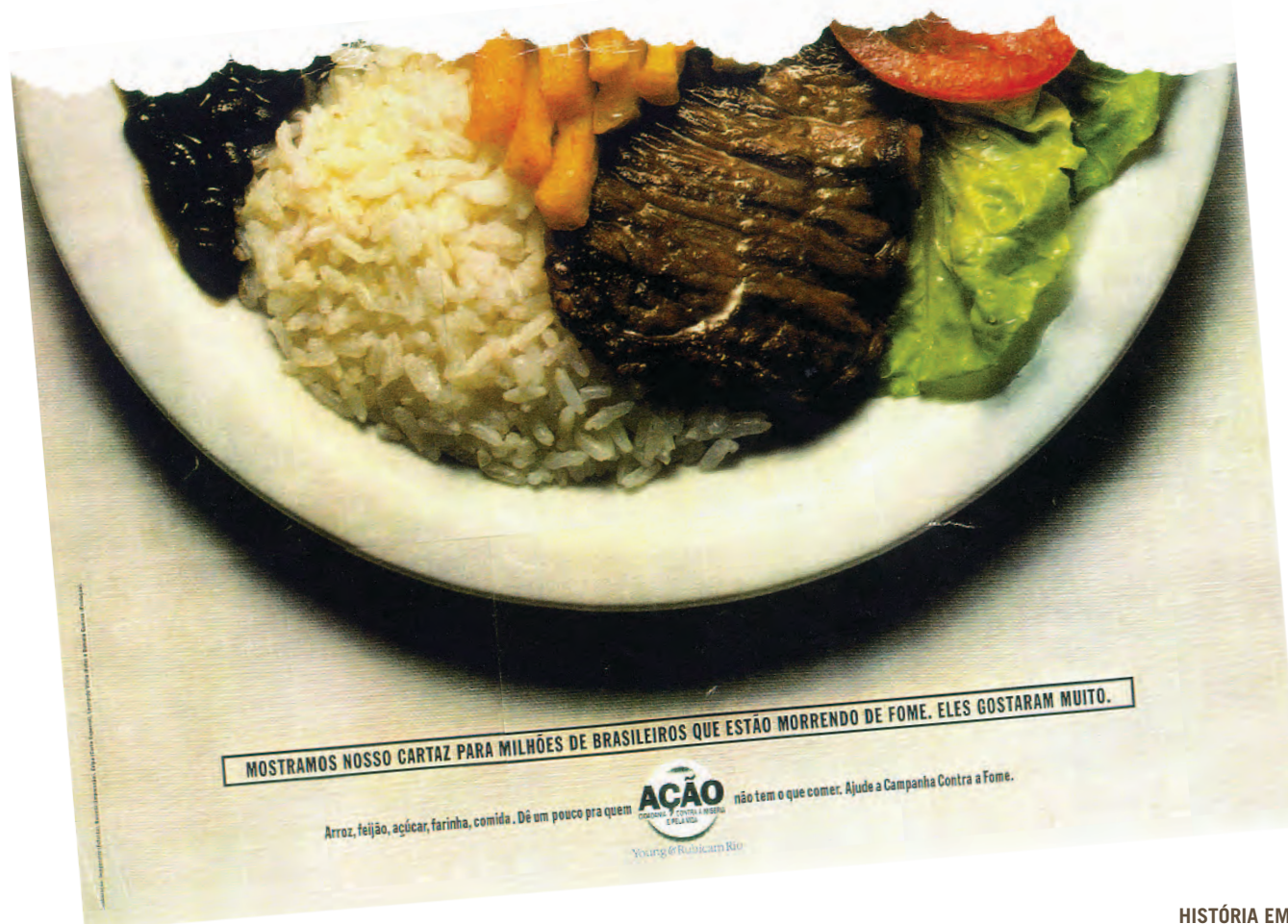
Gostaria de insistir, em nível pessoal, para você não deixar de comparecer à reunião do Movimento pela Ética na Política, dia 8 de março, na OAB, das 9 às 17 horas. O convite formal já foi remetido.

Esta reunião é fundamental, pois vamos redefinir os rumos e perspectivas do Movimento e tratar, sobretudo, desta questão da fome, da miséria.

Um abraço amigo.

Betinho.

CARTAZ DA CAMPANHA CONTRA A FOME



Carta da Ação da Cidadania - 1993

Chegou a hora de colocar um basta nesse processo insensato e genocida gerador da miséria absoluta que coloca milhões de pessoas nos limites insuportáveis da fome e do desespero.

Não podemos mais aceitar que seu drama será resolvido após a realização de um programa de estabilização da economia que criaria as condições para amenizar a crise social que parece existir por conta própria.

O tempo da miséria absoluta e da resignação com esse quadro acabou. O tempo da conciliação e o conformismo acabou. A sociedade brasileira definiu a erradicação da miséria como sua prioridade absoluta. Esse é o clamor ético de nossos tempos, ao qual tudo o mais deve se subordinar. Essa deve ser a prioridade da sociedade e do Estado. Essa é a obrigação de cada um e de todos. Do governo federal e do Congresso. Dos governos estaduais e municipais. Das entidades da sociedade civil. Dos trabalhadores e dos empresários. Esse é hoje o grande divisor de águas entre nós: entre os que querem erradicar a miséria ainda nessa geração e dos que insistem em ficar indiferentes diante de uma tragédia que ameaça nossa própria existência como Nação e como Humanidade.

Tudo deve responder a essa questão: o orçamento público, as políticas públicas, as ações governamentais e não governamentais, as atividades produtivas, comerciais e financeiras, as atividades de ensino, pesquisa, promoção social e cultural, em que medida dão prioridade à solução dessa questão? Ou em que

medida ajudam a aprofundar esse fosso que nos separa e divide entre os que têm e os que vivem na mais profunda miséria?

Não se pode viver em paz em situação de guerra. Não se pode comer tranquilo em meio à fome generalizada. Não se pode ser feliz num país onde milhões se batem no desespero do desemprego, da falta das condições mais elementares de saúde, educação, habitação e saneamento. Não se pode fechar a porta da consciência, nem tapar os ouvidos ao clamor que se levanta de todos os lados.

A insanidade de um país que marginalizou a maioria deve terminar agora. O modelo de desenvolvimento que produziu a miséria está condenado.

Por isso, nós, abaixo assinados declaramos que essa é a nossa prioridade e o nosso apelo. O Brasil precisa mobilizar todas as suas energias para mudar de rumo e colocar um fim na miséria. Deve criar em todos os lugares e com a participação de todas as pessoas a ação da cidadania em luta contra a miséria e pela vida.

Conclamamos a todos a constituir esse movimento. Podemos ainda produzir o encontro do Brasil com sua própria sociedade. Democracia e miséria não são compatíveis.

Que 1993 seja um ano de mudança de rumo de nossa história a partir da ação de cada um, da Ação da Cidadania.

Movimento pela Ética na Política

Lançamento da Campanha
Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida
Auditório Petrônio Portela, Senado Federal
Brasília, 23 de junho



Lançamento da Campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Auditório Petrônio Portela, Senado Federal. Brasília, 23 de junho.”

MOVIMENTO PELA ÉTICA NA POLÍTICA MANIFESTO À NAÇÃO

O Movimento pela Ética na Política exige a imediata e cabal apuração das acusações que pesam sobre membros do Congresso Nacional, ministros, ex-ministros e governadores, a fim de que os culpados pelas fraudes sejam punidos, inocentando-se as pessoas honestas envolvidas na denúncia.

Para que esta apuração se faça de modo transparente, é necessário:

- que os trabalhos da CPI sejam acompanhados pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e sociedade civil. O Movimento sugere que a Ordem dos Advogados do Brasil requeira ao Presidente da C.P.I., o credenciamento de uma Comissão de Juristas para acompanhar todos os atos e prestar informações à população sobre o andamento dos trabalhos;
- que as pessoas envolvidas afastem-se imediatamente das suas funções, autorizando-se a quebra do sigilo de suas contas bancárias e declarações de renda e patrimônio.

CPI do Orçamento

Após denúncias publicadas na imprensa, o Congresso instaurou em 1993 uma CPI para investigar irregularidades na elaboração do Orçamento da União. A CPI comprovaria a existência de um esquema de enriquecimento ilícito, em que parlamentares e funcionários de alto escalão desviavam verbas públicas.

Os “Anões do Orçamento”, como ficaram conhecidos os parlamentares envolvidos no esquema, remetiam verbas do Orçamento para entidades filantrópicas ligadas a parentes ou “laranjas.” Acertava-se com empreiteiras comissões em troca de grandes obras e cobrava-se propinas de prefeitos para o financiamento de uma obra ou liberação de uma verba.

VIGÍLIA

Vamos repetir 92.

Atinja a quem atingir no Legislativo,
Executivo e meio empresarial...
exigimos apuração das denúncias
da CPI do Orçamento até o fim.

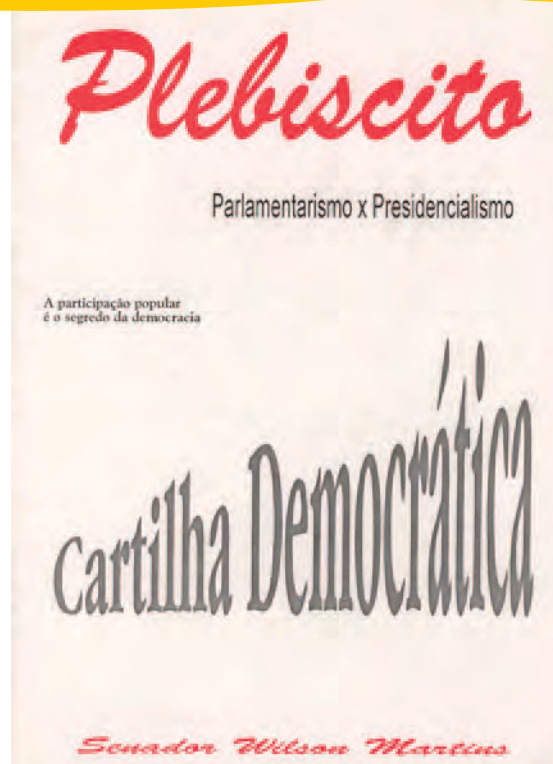
Mobilização outra vez!



Depois do impeachment de Collor, o Movimento pela Ética na Política seguiu organizado e participou ativamente da CPI do Orçamento. Neste período, o Inesc já era uma organização de referência sobre o tema do Orçamento.

1993

[*]



Plebiscito presidencialismo x parlamentarismo. Em 21 de abril de 1993, a população brasileira foi às urnas para votar em um plebiscito que escolheria o sistema de governo do país. Como determinava a Constituição de 1988, os brasileiros deveriam escolher entre a República e a Monarquia e também entre o presidencialismo e parlamentarismo. A República (66% dos votos) presidencialista (55% dos votos) foi o sistema eleito.

INESC PRODUZIU UMA CARTILHA SOBRE O PLEBISCITO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias

Diretrizes de Ação para o Meio Ambiente no Brasil Relatório Final

1º SEMINÁRIO
BRASÍLIA, 24 e
25-11-92

2º SEMINÁRIO
BRASÍLIA, 4 e
5-5-93

APOIO:

- IEA — Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais
- INESC — Instituto de Estudos Sócio-Econômicos
- ISPN — Instituto Sociedade População e Natureza
- NDI — Núcleo de Direitos Indígenas
- Konrad-Adenauer-Stiftung
- OXFAM
- Christian Aid
- WWF — Fundo Mundial para a Natureza

BRASÍLIA — 1994



1º SEMINÁRIO "DIRETIVAS
PARA O MEIO AMBIENTE"
COMISSÃO DE DEFESA DO
MEIO AMBIENTE

constitucional

REVISÃO

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 5 de outubro de 1988, previa a realização do processo de revisão constitucional após cinco anos da promulgação da Constituição. A revisão teve início em 7 de outubro de 1993, presidida pelo senador Humberto Lucena, do PMDB da Paraíba. A revisão teve como relator o deputado Nelson Jobim, do PMDB gaúcho. Em 237 dias de trabalho, foram apresentadas quase 30 mil propostas de emendas.

O Inesc, assim como no processo da Constituinte, buscou recolher as reivindicações dos movimentos sociais e levá-las até o Congresso. O instituto produziu ainda diversas publicações sobre o tema. O processo revisional encontraria muita oposição e não vingaria.

SEMINÁRIO "DIRETRIZES DE AÇÕES PARA O MEIO AMBIENTE NO BRASIL", ORGANIZADO PELO INESC E OUTRAS ENTIDADES

FOTO: ARQUIVO INESC



“Antecipando-se aos demais setores da sociedade, os ambientalistas e representantes dos movimentos sociais sentarão à mesa com autoridades do Executivo, do Judiciário e Legislativo para discutir os principais pontos que vão defender na revisão constitucional, prevista para outubro.”

TRECHO DO JORNAL DE BRASÍLIA DE 2 DE SETEMBRO DE 1993, SOBRE O SEMINÁRIO "DIRETRIZES DE AÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE NO BRASIL", ORGANIZADO PELO INESC E OUTRAS ENTIDADES, EM BRASÍLIA

ONGs preparam tese para rever a Constituição

Cerca de 100 organizações não-governamentais (ONGs) vão participar do II Seminário sobre Diretrizes de Ação para o Meio Ambiente no Brasil, que será realizado no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, nos dias 4 e 5 de maio. Antecipando-se aos demais setores da sociedade, os ambientalistas e representantes dos movimentos sociais sentarão à mesa com autoridades do Executivo, do Judiciário e Legislativo para discutir os principais pontos que vão defender na revisão constitucional, prevista para outubro.

De olho na reforma constitucional e, sobretudo, na defesa das conquistas da Constituição de '88, os ambientalistas vão debater, nesses dois dias, como devem se articular para influir na elaboração da futura Constituição e na execução de políticas públicas integradas. Além da implantação de uma política de meio ambiente voltada para o desenvolvimento, será discutida também a necessidade de integrar as ONGs e o Governo.

Promovido pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, o II Seminário sobre Diretrizes e Ação para o Meio Ambiente é um desdobramento do encontro que aconteceu nos dias 24 e 25 de novembro do ano passado, quando se alinhavou as diretrizes de ação para o curto médio e longo prazos e a necessidade de uma participação ativa do setor na revisão constitucional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 25 de novembro de 1993.

Ilma. Sra.
MARIA JOSÉ JAIME
INESC - Instituto de Estudos Sócio-Econômicos
SCS - Ed. Venâncio 2.000, Bl. B-50, Salas 433/5/7/9
Brasília - DF
70333-900

Prezada Senhora,

Temos o prazer de encaminhar cópia de emenda revisional sobre matéria orçamentária, de nossa autoria, a qual apresentamos ao Congresso na data de ontem.

Trata-se de uma forma de garantir constitucionalmente o direito da sociedade e, particularmente de qualquer cidadão, de fiscalizar as aplicações e gastos dos recursos públicos.

Cordialmente,

Roberto Freire
Roberto Freire

Carta do deputado Roberto Freire para Bizeth, encaminhando emenda revisional proposta por ele sobre o Orçamento. O deputado reconhecia o Inesc como uma entidade ligada ao debate sobre a fiscalização dos recursos públicos.

O Inesc lançou duas publicações sobre os direitos dos cidadãos. Em “Seu direito está em jogo” foram divulgados os principais direitos contidos na Constituição de 1988 e também dicas sobre como e onde reclamar por direitos. Em “O poder do seu voto” os leitores puderam conhecer a função dos governos e a importância do voto.



O Inesc participou da fundação da **Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais**, que reunia organizações com o objetivo de acompanhar e monitorar projetos apoiados por agências multilaterais de financiamento.

1994

Em 27 de fevereiro de 1994, entrou em vigor a medida provisória que estabelecia o **Plano Real**, estratégia econômica que tinha como objetivo controlar a inflação. O plano, entre outras medidas, estabeleceu o Real como moeda nacional. O conjunto de reformas econômica e monetária foi idealizado por diversos economistas e dirigido pelo então ministro da Fazenda, **Fernando Henrique Cardoso**. FHC viria a ser eleito presidente do Brasil em outubro do mesmo ano e daria sequência às políticas neoliberais, com privatizações e quebras de monopólio estatal.



INDÍGENAS

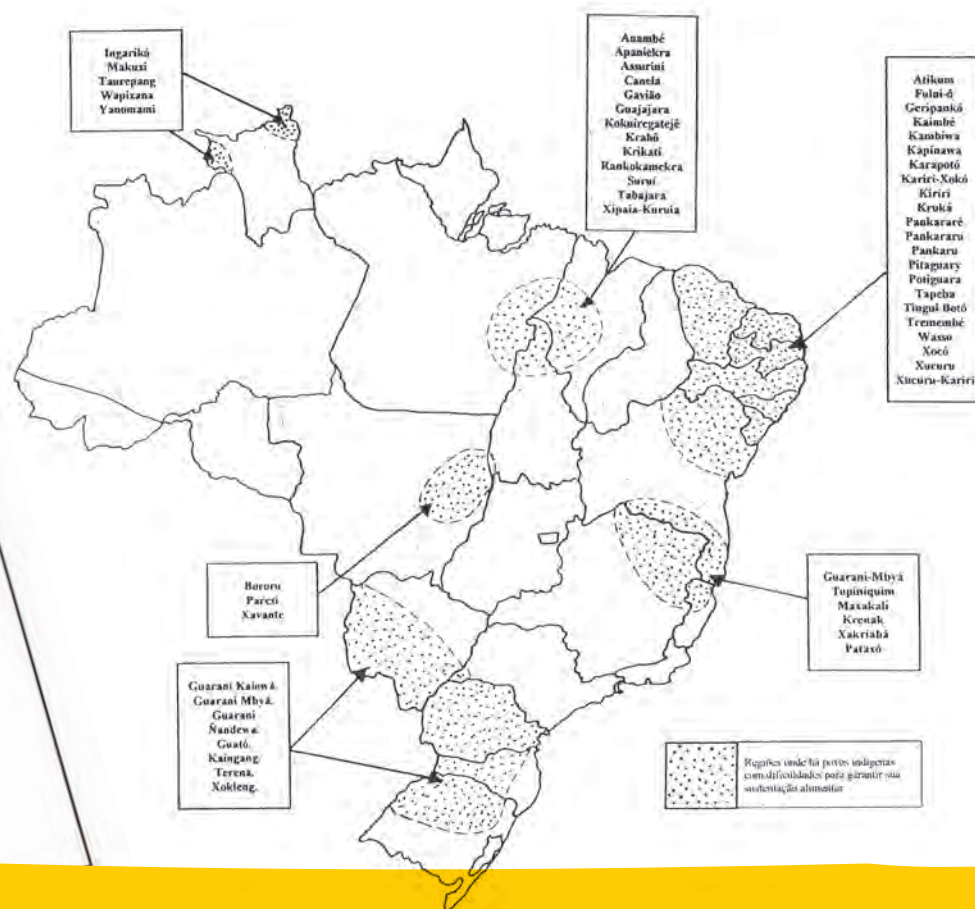
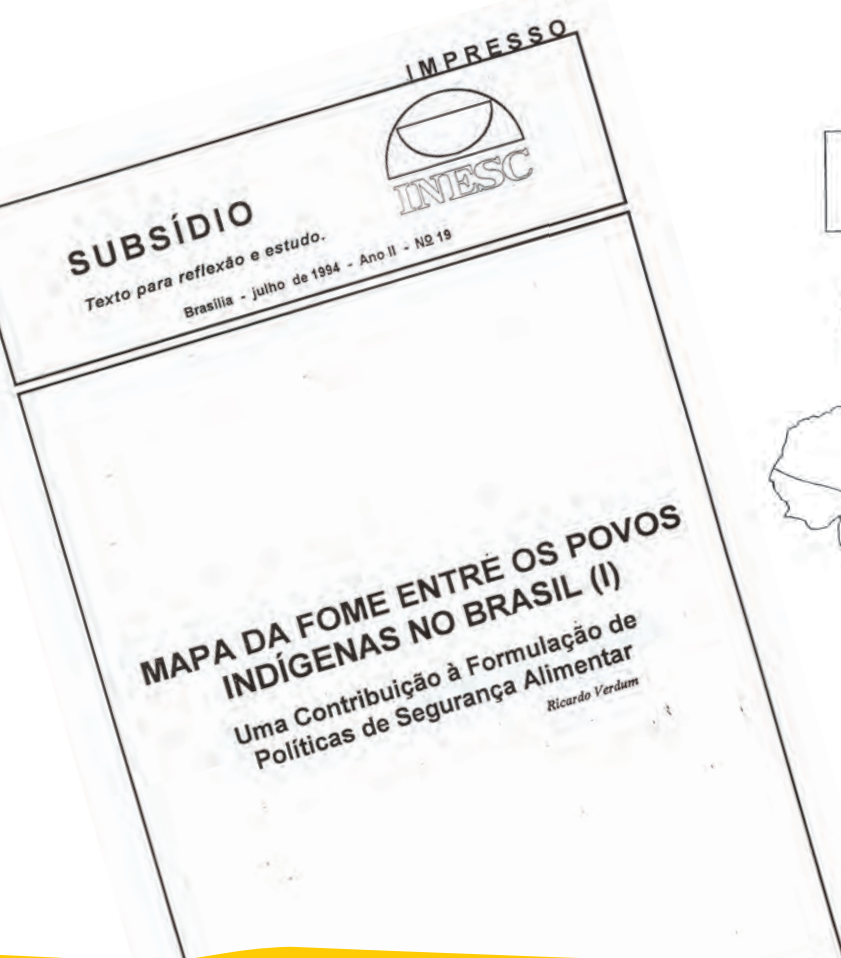




Em 1994, com o objetivo de colocar as sociedades indígenas na pauta dos debates relacionados à pobreza e desenvolvimento nacional, o Inesc elaborou o “Mapa da fome entre os povos indígenas no Brasil”. No mesmo ano, seria realizada a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, e o mapa constituiu uma importante contribuição para esse processo.

Realizado em 128 áreas indígenas, o estudo constatou que 29% da população indígena estava com “dificuldades para garantir com segurança um bom padrão alimentar e de saúde.” Do total de 76.272 indígenas que viviam em situação de miséria, as situações mais críticas foram encontradas na região Nordeste e nos Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Mapa da fome dos povos indígenas é até hoje referência para o tema no Brasil.



“

No Mapa da fome, foi a primeira vez que se registrou soropositividade em população indígena.

Nós conseguimos mostrar todo um processo de depredação ambiental vinculada diretamente com a fome crônica nos povos indígenas. Tivemos que definir um conceito de fome para populações indígenas que é uma coisa muito específica, não é o mesmo padrão que a gente usa. Trabalhamos com a Fiocruz na época nessa formulação. Muita coisa importante que veio à luz nesse Mapa da fome.”

Iara Pietricovsky

EM ENTREVISTA CONCEDIDA EM 15 DE AGOSTO DE 2011





A primeira área de atuação do Inesc foi a indígena. Eu tinha muitos amigos e consultores antropólogos. E era muito sensível ao genocídio 'de tipo novo' que ocorria com os índios. Daí começamos a trabalhar com a questão indígena juntamente com os antropólogos, a Associação Brasileira de Antropologia, o Cimi [Conselho Indigenista Missionário], e entidades de apoio à causa indígena.”

Bizeh

EM ENTREVISTA À REVISTA
PAUTA DE DEZEMBRO DE 1999

Números da fome por região e unidade da federação						
Região	UF	Terras Indígenas		População		No. da Fome
		No. total*	c/ inf.	No. total*	c/ inf.	
Sul	Paraná	20	14	7176	7902	7782
	Rio Grande do Sul	24	33	9234	15088	2400
	Santa Catarina	12	1	4947	1130	1130
Subtotal		56	48	21357	24120	11312
Sudeste	Espírito Santo	4	2	1190	1303	740
	Minas Gerais	6	5	5961	6930	3280
	São Paulo	16		1551		?
	Rio de Janeiro	3		173		?
Subtotal		29	7	8875	8233	4020
Centro-Oeste	Goias	4		137		?
	Mato Grosso	57	10	24121	4329	1376
	Mato Grosso do Sul	40	19	28828	19027	18601
Subtotal		101	29	53086	23606	19977
Nordeste	Alagoas	8	4	4019	3137	2420
	Bahia	17	6	8355	3192	3192
	Ceará	3	3	4200	9700	5500
	Maranhão	16	6	5169	6272	6272
	Paraíba	3	2	6156	6220	6220
	Pernambuco	9	8	12667	19053	16326
	Piauí	-	-	-	-	-
	Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-
	Sergipe	1	1	166	250	200
	Subtotal		57	30	40732	47824
Norte	Acre	28		7167		?
	Amazonas	176		74256		?
	Amapá	4	3	4250	3319	?
	Pará	37	4	23000	618	618
	Rondônia	33	4	5840	1375	75
	Roraima	29	2	24273	19643	?
	Tocantins	7	1	7000	1370	140
Subtotal		314	14	145786	26325	833
TOTAL GERAL		567	128	269836	129858	76272

(*) Não estão incluídos os "índios isolados" e os que vivem no perímetro urbano. Fonte: Funai, jul/94.



SENADO FEDERAL
Consultoria de Orçamentos

OF/CONORÇ/ADM/087/95

Brasília, 11 de dezembro de 1995.

Senhora Coordenadora,

Após assumirmos a direção da Consultoria de Orçamentos do Senado Federal, reunimos nossa equipe técnica e de apoio e planejamos nossas diretrizes de trabalho.

Uma das linhas aprovadas foi a promoção de intercâmbio de informações e a troca de idéias com organizações não-governamentais que procurassem levar a sociedade civil a importância do processo de elaboração, aprovação, execução e controle orçamentário, matéria-prima de nosso trabalho.

Temos, dentro de nossa esfera técnica de atuação, por vezes, em colaboração com a Assessoria de Orçamentos e Fiscalização Financeira-AOFF/Câmara dos Deputados, procurado realizar esforço no sentido de fornecer maiores segurança, racionalidade e transparência ao processo orçamentário.

Tendo lido algumas publicações elaboradas pelo Instituto desenvolvido por V. Sa. e realizado contatos informais com alguns de seus colaboradores, percebemos que poderíamos nesses campos específicos somarmos esforços para realizarmos objetivos comuns.

Ilma. Sra.

Dra. MARIA JOSÉ JAIME

M.D. Coordenadora do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos-INESC
SCS Q. 8, Ed. Venâncio 2000, Bloco B 50, sala 441
CEP 70333-970 - BRASÍLIA - DF

ORÇAMENTO



Possuímos a informação, vivência e conhecimento técnico; vocês o *know-how* de distribuição junto à sociedade civil.

Temos hoje vários processos que cremos ser do interesse imediato da organização que V. Sa. coordena, a exemplo do levantamento que processamos acerca de obras inconclusas.”

CARTA DE 11 DE DEZEMBRO DE 1995 DO CONSULTOR-GERAL DE ORÇAMENTOS DO SENADO FEDERAL PARA BIZEH, EM QUE CONVIDA O INESC A CONTRIBUIR COM A CONSULTORIA-GERAL, RECONHECENDO O TRABALHO DA INSTITUIÇÃO

Foi no início da década de 1990 que o Inesc começou a trabalhar com o tema do Orçamento. O assunto era relacionado às várias faces da desigualdade e, portanto, a áreas estratégicas da instituição, de dívida externa a criança.

O Inesc desenvolveu uma metodologia inovadora e pautada pelas principais demandas sociais para acompanhar e analisar o processo orçamentário federal. A ação foi fundamental na luta pela ampliação da transparência dos gastos públicos.

“

Em 1991, eu e companheiros aqui do Inesc ganhamos uma bolsa para irmos conhecer organizações norte-americanas.

Lá a gente entrou em contato com uma organização que atuava na área de Orçamento público. Aquilo nos deixou muito entusiasmados e quando retornamos ao Brasil começamos a nos formar nesse assunto. Foi quando o Inesc começou a trabalhar com orçamento público.

Ao longo do tempo a gente passou por várias fases até conseguir chegar a um modelo metodológico. Num primeiro momento, fazíamos o que a gente chama de ‘análise de elevador’. Tem R\$ 10 bilhões para criança e adolescente num ano, para uma política que nem sabemos qual é. Daí no ano seguinte passa para R\$ 8 bilhões. O governo diminuiu o dinheiro. E a gente reclamava sem qualificar essa exigência. Mas o que significa ter R\$ 10 bilhões hoje e ter R\$ 8 bilhões no ano seguinte? Nós não sabíamos e descobrimos que não podíamos ficar só nessa avaliação, era preciso ter um olhar qualificado, porque diminuir o valor nem sempre significa a piora de qualidade da política.”

Iara Pietricovsky

EM ENTREVISTA CONCEDIDA EM 15 DE AGOSTO DE 2011

1996

[*]

Em 17 de abril de 1996, uma ação da Polícia Militar do Pará resulta na morte de 19 integrantes do MST e fica conhecida como **Massacre de Eldorado dos Carajás**.



FOTO: JOAO ROBERTO RIPPER_IMAGENS HUMANAS



O maior marco do nosso trabalho nessa área foi justamente colocar na agenda política da sociedade a discussão sobre o Orçamento.

Me lembro que quando o Inesc começou a trabalhar o Orçamento muitas organizações achavam um absurdo. Diziam que o Inesc estava saindo da área do debate público para uma questão técnica. O Orçamento era uma coisa técnica que ninguém entendia, apenas números. Eu acho que a função do Inesc, em um processo que depois agregou outras instituições, foi colocar para a sociedade que o Orçamento é uma questão política, e não técnica.”

José Antônio Moroni

DO COLEGIADO DO INESC, EM ENTREVISTA
CONCEDIDA EM 15 DE AGOSTO DE 2011



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA

Brasília, 14 de agosto de 1996.

Cara Coordenadora,

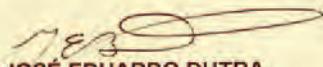
Estou enviando para o conhecimento e apreciação da equipe do INESC, cópia do Projeto de Lei de minha autoria apresentado no Senado Federal, que estabelece normas de acesso ao SIAFI e outros sistemas de informações públicos.

O Projeto de Lei propõe a abertura destes sistemas de informações à sociedade e às instituições públicas, inclui a execução financeira e orçamentária das empresas públicas da União no SIAFI e obriga os Estados e Municípios a disponibilizarem aos cidadãos, órgãos de imprensa e às organizações não governamentais as informações sobre a aplicação dos recursos públicos.

O propósito do Projeto de Lei é alargar o princípio da transparência e da publicidade na administração pública e criar as condições para que a sociedade possa acompanhar, controlar e fiscalizar a execução dos orçamentos públicos.

Tendo em vista o importante trabalho de estudo e acompanhamento do orçamento público da União que a equipe de consultores do INESC vêm realizando, solicito que aprecie e forneça sugestões para aperfeiçoar esta matéria que visa contribuir para o controle social da execução do orçamento público.

Saudações democráticas,


Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA
Líder do PT

Coordenadora do INESC
MARIA JOSÉ JAIME

Ofício do senador José Eduardo Dutra, do PT de Sergipe, de 14 de agosto de 1996, à coordenação do Inesc, sobre projeto de lei em que ele propõe a abertura dos sistemas de informação da execução orçamentária e financeira das empresas públicas da União e da aplicação de recursos públicos por parte de Estados e municípios. Dutra reconheceu o importante trabalho do Inesc no monitoramento do Orçamento e solicita que a equipe do Inesc “aprecie e forneça sugestões para aperfeiçoar a matéria que visa contribuir para o controle social da execução do Orçamento.”

● MEIO AMBIENTE

Estudo mostra que Governo perpetua indústria da seca

Brasília - O orçamento federal continua a "alimentar a simbiose fisiológica entre a bancada nordestina e o governo, perpetuando a indústria da seca que muitos denunciam mas que ninguém ousa dar fim". Essa foi a conclusão a que chegou o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), uma organização não-governamental (ONG), após analisar as verbas destinadas à área de meio ambiente no orçamento de diversos órgãos federais para 1997.

"A relação direta entre as verbas e o apoio da bancada nordestina ao governo salta ao primeiro olhar", afirma Amália Maranhão, assessora da organização para questões relativas ao meio ambiente, em documento divulgado recentemente pelo instituto. Isoladamente, o Departamento Nacional de Obras Contra Secas (Dnocs), que atua no Nordeste, "é, disparado, o campeão de verbas ambientais", constata.

Somado o que foi acrescentado pelo Congresso à dotação proposta pelo governo, o Dnocs ficou com R\$ 487,73 milhões no orçamento, cifra não alcançada por nenhum outro item vinculado à questão ambiental ou a políticas integradas para a Amazônia, explica Amália Maranhão.

O Dnocs e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) detêm, segundo a assessora do Inesc, 41% dos recursos para o meio ambiente - R\$ 833,92 milhões. Isso é quase o valor somado das dotações do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgãos responsáveis pelas políticas e pela

gestão ambiental em nível nacional, que respondem juntos por 52% do mesmo montante.

Bancadas - A prioridade para projetos de irrigação - especialmente em regiões cujas bancadas são majoritariamente governistas - é constatada também quando se olha apenas a dotação do Ministério do Meio Ambiente. Conforme Amália Maranhão, 43% das verbas do ministério são destina-

A conclusão é do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, uma organização não-governamental

das a açudes nordestinos e a projetos de irrigação no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. "As bancadas dão suporte político ao governo", segundo sua assessoria. "Essa prática"

As mudanças feitas pelo Congresso e sancionadas pelo Executivo elevaram o total para R\$ 2,2 bilhões. Os acréscimos concentram-se justamente em rubricas relativas à "indústria da seca", como irrigação de açudes.

O Inesc entende que programas que deveriam ser prioritários na área de meio ambiente ficaram com dotações irrisórias no orçamento. Um exemplo é o Programa Nacional da Biodiversidade (Pronabio), que, "a despeito do discurso oficial de compromisso com os temas prioritários do próximo século, foi contemplado com apenas R\$ 4 milhões". A rubrica "Integração Ambiental e Agenda 21", que já era pequena na proposta do Executivo, foi cortada em 43% pelo Congresso e ficou com R\$ 3,71 milhões, informa Amália Maranhão.

Ainda segundo suas informações, a Implantação da Política Nacional de Meio Ambiente ficou com R\$ 27,4 milhões.

O Orçamento continua a 'alimentar a simbiose fisiológica entre a bancada nordestina e o governo, perpetuando a indústria da seca que muitos denunciam mas que ninguém ousa dar fim'. Essa foi a conclusão a que chegou o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), uma organização não-governamental (ONG), após analisar verbas destinadas à área de meio ambiente por diversos órgãos federais para 1997."

MATÉRIA PUBLICADA NO JORNAL DIÁRIO DO POVO, DO PIAUÍ, EM 16 DE JULHO DE 1997

... outros órgãos, além do Ministério do Meio Ambiente.

... sentida do próximo século do a vícios políticos alimentados desde a instalação da República", conclui Amália Maranhão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Brasília, 31 de março de 1998.

OF-C nº 02/98

Prezado Senhor

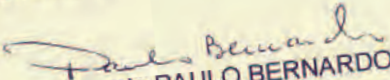
Na qualidade de presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, eleito dia 18 de março do corrente, dirijo-me a essa entidade para apresentar dados sobre a execução do Orçamento da União de 1997. O acompanhamento da destinação dos recursos públicos é de fundamental importância para garantir seriedade e eficiência na administração pública. As entidades representativas da sociedade civil tem papel relevante no processo fiscalizatório.

A partir desta data, a assessoria da Comissão estará enviando, periodicamente, informações sobre a execução orçamentária relativa ao ano de 1998. Se for de interesse dessa entidade alguma informação específica, basta solicitar. Passo às suas mãos, também, Nota Técnica elaborada pela Assessoria de Orçamento e Fiscalização Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF, no exercício de 1997.

Aproveito a oportunidade para informar que estamos confeccionando uma "home page" da Comissão, que conterá informações sobre seu funcionamento, assuntos discutidos, deliberações, processos de fiscalização e informações a respeito da execução orçamentária da União. Tão logo esteja concluída, será divulgado o endereço virtual.

Gostaria de convidar os representantes dessa entidade a participarem das reuniões da Comissão, acompanhando nossos trabalhos e sugerindo intervenções de fiscalização. As reuniões ordinárias são realizadas todas as quartas-feiras, às 10:00 horas, no Plenário 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados.

Agradecendo a atenção recebida, coloco-me à disposição para quaisquer informações e/ou esclarecimentos.


Deputado PAULO BERNARDO
Presidente

A Sua Senhoria o Senhor
PAULO EDUARDO ROCHA
Assessoria de Orçamento Público - INESC
Brasília - DF

Marabá (PA), 30. 10. 96

CORDIAIS SAUDAÇÕES!

Localizado no Sul do Pará, Marabá é um município de porte médio, hab. o município cresceu desordenadamente em alguns momentos históricos: na década de 70, com Projetos de Colonização do Governo Federal; em 80, a descoberta da Serra Pelada e Serra dos Carajás e, agora, em função do Projeto Cobre Salobo. Menciono a explosão demográfica para dizer dos acentuados problemas sociais daí advindos, somados a governos descomprometidos com a causa da maioria.

Embora ainda com bastante timidez o Movimento Social existe. Associações de Bairros, Sindicatos, grupos diversos e Partidos possuem um respeito maior e mais cidadania.

Nestas eleições últimas fui eleito vereador imenso, uma vez o poder legislativo que o desafio é é corrupto e bastante inoperante.

Espero-os no intuito de saber se o INESC possui e, em caso positivo, me envie, matérias sobre Orçamento Participativo, Plano Diretor, Relatores de Projetos de interesse popular - experiências sistematizadas que possam contribuir na atividade parlamentar...

Desde já agradeço e aguardo,

Bernadete Tur Catem

NOVA MARABÁ
MARABÁ - PA

Carta de moradora de Marabá no Pará em que relata a situação do movimento social na cidade e solicita o envio de materiais produzidos pelo Inesc, entre eles algo sobre orçamento participativo.



Fernando Henrique Cardoso derrotou Lula nas eleições presidenciais, após ter conseguido em seu primeiro mandato a aprovação da emenda da reeleição pelo Congresso. O governo foi acusado na época de comprar votos de parlamentares para aprovar a emenda.

Telegrama de morador de São Domingos do Araguaia no Pará, solicitando o envio de subsídios produzidos pelo Inesc sobre controle social orçamentário.

1998



SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA - PA 18/08/96

Saudações a todos.

Sou um jovem enganado nos trabalhos da Igreja. Atualmente sou coordenador Diocesano da Catequese do meu Centro e do Grupo Jovem (PJ).

Através de um amigo, fiquei sabendo dos trabalhos do INESC, o qual achei muito importante e gostaria, a partir de agora, receber os subsídios de Vocês para melhor me preparar para a vida social e também ajudar a conscientizar as pessoas que estão em minha volta, o que sempre tenho tentado fazer. Pois este é o trabalho de cada cristão, de cada pessoa de boa vontade.

Gostaria, se possível, de receber o subsídio" que fala sobre o ORÇAMENTO MUNICIPAL e também de receber mais informações sobre o INESC.

Sem mais para o momento, desde já agradeço a compreensão e colaboração de Todos.

Cordialmente,

CIPRIANO SANTANA ANDRADE
Tv. CARLOS HOLANDA, 261
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA - PA
68 520 000

20 ANOS

do Inesc

Pauta

Os 20 anos do INESC

Uma história de luta pela democracia

500 anos do Brasil

A aventura brasileira na opinião de
José Murilo de Carvalho e Roberto DaMatta

Entrevista

Bizeh Jaime

“

Vinte anos depois temos a grata satisfação de compartilhar com você, leitor,

um pouco de nossa história, nossas lutas, conquistas e derrotas. E esse compartilhar se concretizou na forma de uma revista, a *Pauta*, que hoje repassamos as suas mãos. São duas décadas de muita fé em nosso potencial como Nação, de muito trabalho para atingirmos nossos objetivos, de inesquecíveis parcerias, de muitos amigos feitos ao longo dessa jornada e saudades daqueles que ficaram ao longo do caminho, mas cujas presenças permanecem guardadas em nossos corações.

Nesta primeira edição, fazemos uma homenagem ao Brasil, à história que compartilhamos ao longo desses últimos 20 anos. Contaremos um pouco da trajetória de nosso país por meio das principais lutas empreendidas por nossa sociedade e das quais participamos como ator político que somos.”

TRECHO DE EDITORIAL DA REVISTA *PAUTA*, EDITADA PELO INESC, POR OCASIÃO DA COMEMORAÇÃO DOS 20 ANOS DA INSTITUIÇÃO

1999



Por ocasião dos 20 anos, a logo do Inesc ganhou uma cara nova.

Também por conta dos 20 anos o tradicional *Informativo Inesc* foi reformulado e tornou-se *Observatore*, informativo bimestral enviado a movimentos sociais, parceiros e parlamentares. O primeiro *Observatore* saiu em novembro de 1999.





Os textos de subsídio produzidos pelo Inesc passaram a ser chamados *Argumento* e tratavam em profundidade de temas específicos. O primeiro foi lançado em abril de 1999.



Políticas Públicas Sociais

Um novo olhar sobre o
orçamento da União

1995/1998

Paulo Eduardo Rocha (Org.)

Políticas Públicas Sociais

A execução orçamentária
da União de 1999

B 14

A metodologia pioneira do Inesc que permite analisar o Orçamento a partir das demandas sociais e dos direitos humanos deu origem a duas publicações sobre a relação entre o Orçamento e as políticas públicas sociais durante o governo FHC.

inesc



Inesc participa da fundação da **Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip)** e por intermédio dela coordena o Fórum Internacional da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 2004.



Em 26 de agosto de 1999, movimentos sociais e partidos de oposição ao governo organizaram em Brasília a maior manifestação contra a gestão FHC, a **Marcha dos Cem Mil**.



FÓRUM

Social Mundial

fórum social mu



world soc



FOTO: ARQUIVO INESC

Mundial ial forum 2001

Entre 25 e 30 de janeiro de 2001, realizou-se em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o primeiro Fórum Social Mundial (FSM). O Fórum surgiu como um contraponto ao Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos, na Suíça.

O FSM reúne entidades, movimentos, pessoas para discutir alternativas ao neoliberalismo e ações voltadas para a superação das desigualdades. O mote “um outro mundo é possível” resume os objetivos: consolidar um espaço de reflexão e propostas para a transformação da ordem vigente.

Desde o surgimento do FSM o Inesc o elegeu como um espaço prioritário para a construção de uma esfera pública global. Apesar de não ser parte do grupo que fundou o Fórum, o Inesc foi um dos protagonistas do processo, em especial na discussão sobre cultura.

OFÍCIO DO INESC À SECRETARIA DO FÓRUM SÓCIAL MUNDIAL
CONFIRMANDO A PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DA
ENTIDADE EM REUNIÃO EM 31 DE AGOSTO DE 2001



Carta 143/2001 SE

Brasília, 31 de agosto de 2001

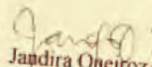
À Secretaria Executiva do Fórum Social Mundial
São Paulo-SP
Fax: (11) 258-8469

Prezados Senhores,

Conforme solicitado, estamos confirmando a participação do INESC na reunião preparatória para o Fórum Social Mundial, que acontecerá no dia 19 de setembro de 2001, no Hotel Ville, em São Paulo.

O INESC se fará representar na pessoa de nossa Secretária Geral, Sra. **Maria José Jaime**, e do Assessor de Política Orçamentária, Sr. **Austregésilo de Melo**.

Atenciosamente,


Jandira Queiroz
Secretária

No Fórum Social Mundial de 2001 o Inesc realizou um seminário sobre controle social sobre o gasto público federal. O instituto, referência no tema do orçamento público e participativo, foi convidado para partilhar sua experiência com entidades de todo o mundo.

Seminário Controle Social sobre o Orçamento Federal

Objetivo

Realizar um Seminário abordando o Controle Social Sobre o Gasto Público Federal, dentro da programação do Fórum Social Mundial, para discutir a importância do monitoramento do Orçamento da União pela sociedade civil, e o seu papel fundamental no combate à pobreza e às desigualdades sociais.

Introdução

O Orçamento Público é o mais importante instrumento para a visualização das ações do Estado. É por meio dele que se planeja e se colocam em prática as políticas públicas governamentais. Mediante o controle social de sua execução podem ser verificados os desembolsos de recursos para os objetivos previstos, bem como a execução física das ações.

O fato de grande parte das políticas públicas estarem contempladas na Lei Orçamentária permite o conhecimento explícito das prioridades adotadas pelo governo. Pode-se observar se uma determinada prioridade orçamentária está sendo desconsiderada ou se uma intenção não declarada é colocada em prática. O conhecimento das prioridades adotadas permite à sociedade discuti-las, buscando apresentar políticas de seu interesse e apoiar e exigir a sua execução, quando correspondam às suas necessidades, assim como lutar pela incorporação de novos recursos, quando a dotação for insuficiente para atender à ação pretendida.

O Orçamento também é um instrumento que permite a distribuição de renda. Em primeiro lugar, através da identificação da base de arrecadação com seus respectivos tributos, inclusive os relativos à renda, proventos e patrimônio; ou seja, quais os setores da sociedade que estão custeando os gastos públicos. De outro lado, pode-se visualizar a forma de utilização dos recursos e as alternativas para destiná-los a ações de forte impacto social de combate à pobreza e o fim da fome. Sob qualquer ponto de vista a concepção considerada "humana", é impossível continuar convivendo com o fato da fome persistir assolando milhões de brasileiros, principalmente havendo recursos governamentais para o enfrentamento do problema.

Ações com recursos do orçamento também podem ser direcionadas para a redução do desemprego e a garantia de ocupação ou renda mínima com dignidade, de ações educativas e de saúde pública, em suma de ações que possibilitem um desenvolvimento integral dos brasileiros, com cidadania: um "verdadeiro desenvolvimento sustentado", na concepção ampla do termo. Um desenvolvimento voltado para a população, que permita à mesma viver com dignidade e que persista pelas gerações futuras, preservando e recuperando o meio ambiente onde necessário.

Após três tentativas frustradas, **Luiz Inácio Lula da Silva**, do Partido dos Trabalhadores (PT), sai vitorioso das eleições presidenciais. A vitória de Lula foi motivo de grande celebração, por se tratar da primeira vez que um candidato ligado aos movimentos populares e de esquerda chegava ao Palácio do Planalto.



2002

[*]

BIZEH DEIXA A DIREÇÃO DO INESC, e um colegiado assume a coordenação do instituto.

“AVALIAÇÃO DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARLAMENTARES”

Após as eleições de 2002 para o Congresso Nacional, o Inesc lançou publicação de avaliação das eleições parlamentares, com foco nos movimentos sociais e nas políticas públicas.





FOTO: ARQUIVO INESC



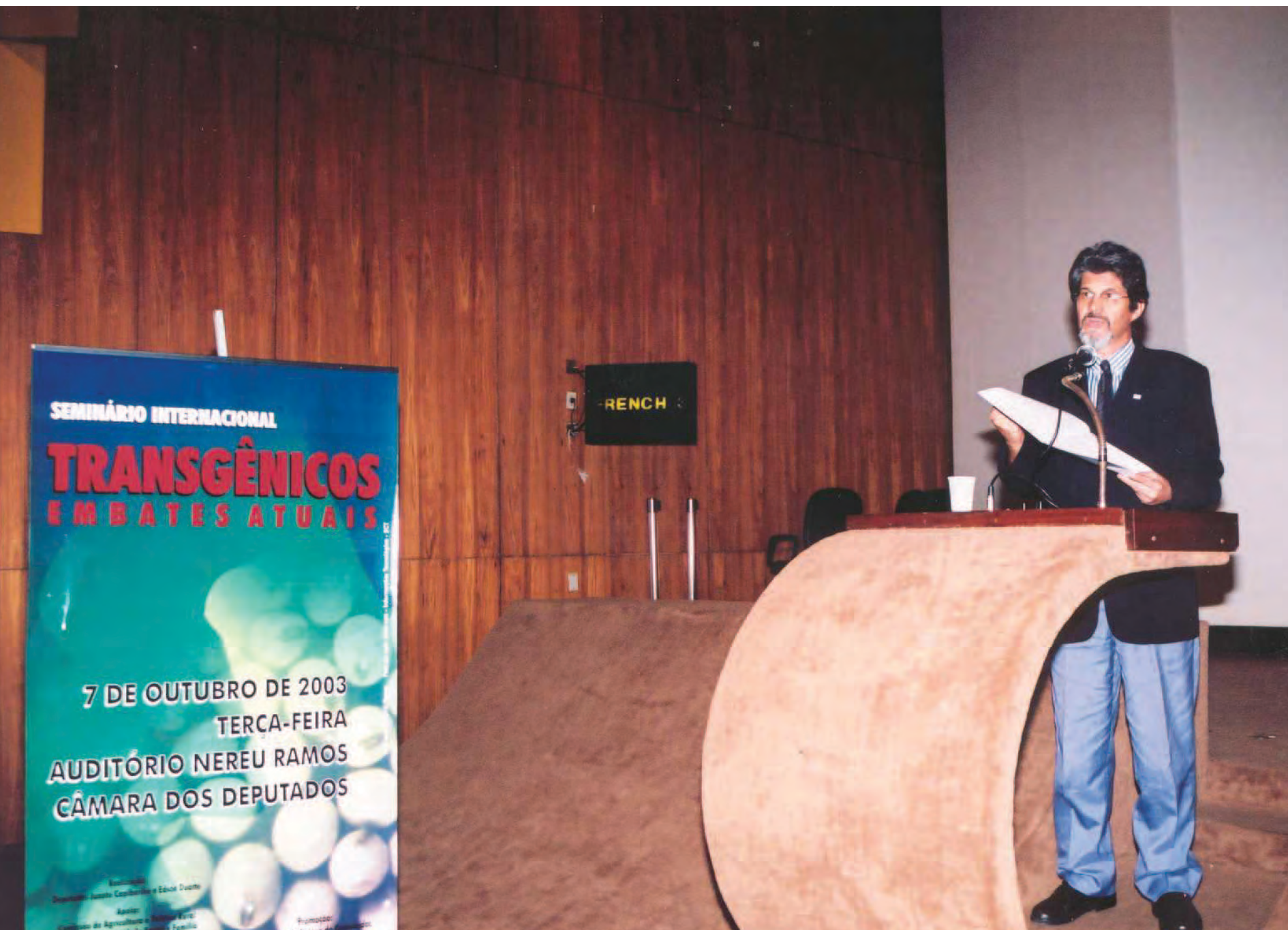
CAMPANHA NACIONAL
POR UM BRASIL LIVRE
DE **TRANSGÊNICOS**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRANSGÊNICOS

Em outubro de 2003 o Inesc organizou na Câmara dos Deputados o seminário “**Transgênicos: embates atuais.**” A luta contra os alimentos transgênicos faz parte da trajetória do Inesc, da sua atuação pela reforma agrária e justiça no campo. O instituto já fazia parte da Campanha Nacional por um Brasil Livre de Transgênicos.



ACTIONAID BRASIL
ÁGORA
AS-PTA/Rede PTA-SE
CE-IPÊ/Rede TA-SUL
ESPLAR/Rede PTA-NE
FASE
FBSAN
GREENPEACE BRASIL
IBASE
IDEC
INESC
SINPAF



Edécio Vigna, assessor do Inesc durante o Seminário Internacional “Transgênicos. Embates Atuais”



Movimento pela Anistia



...para vários governos estaduais, mais bem representada no Parlamento e com crescente apoio na opinião pública, a oposição inicia a campanha pelas eleições diretas para presidente, em 1985.



Impeachment do presidente Collor

Fabricado por fortes segmentos da mídia, com o apoio das elites empresariais e oligarquias, o primeiro presidente civil eleito em 1989, Fernando Collor de Melo teve uma passagem trágica pelo poder marcada pela ruptura com a ordem legal e o desmonte irresponsável do Estado.

Mesmo assim, a oposição não conseguia reagir e mostrar a sua cara. Quando foi instalada a Comissão Mista de Inquérito, após denúncia do próprio irmão Pedro Collor, já estava em andamento um organizado processo de articulação da sociedade, no qual o Inesc cumpriu um relevante papel.



Em 2004 o Inesc completou 25 anos na luta pela radicalização da democracia brasileira. Para celebrar, foi lançada uma logomarca comemorativa que destaca a atuação junto ao Parlamento e o compromisso com a democracia. Foi organizada uma solenidade na Câmara Federal, no dia 15 de abril de 2004. Na ocasião, montou-se a exposição “Inesc: 25 anos de história” e lançou-se o livro “A era FHC e o governo Lula, transição?”. A publicação contém uma análise dos avanços e retrocessos das políticas públicas durante o governo Fernando Henrique Cardoso e a herança deixada por ele para o novo presidente.



Movimento pela Ética na Política



anos de luta política... coletivas e por melhores condições de vida. A sociedade organizada intensamente da elaboração da Carta.

A iniciativa das emendas de participação em debates temáticas, pressão direta nas votações foram alguns fatores encontrados para garantir a aprovação das emendas. Para o Inesc foi importante de reconhecer o interlocutor entre a sociedade e o Congresso Nacional.



Campanha contra Fome e a Miséria

...indes articuladores da Ética na Política, metódica e rotineira de conjuntura política, deputado José Carlos de Almeida ou a proposta.

...encontro e de outros na sede da Conferência Bispos do Brasil - CNBB, da Vigília pela Ética na Política, no dia 23 de junho de 1992, em diferentes segmentos sociais no Brasil, no Senado Petrônio Portela,



A chamada "Era Collor" arrefeceu os ânimos e expectativas. No entanto, de modo surpreendente e revigorado, a própria sociedade se mobiliza em torno do Movimento Ação e Cidadania.

Esse movimento deu origem à Campanha Contra a Fome e a Miséria.

2004



25 anos de história política por um Brasil radicalmente democrático

Logomarca comemorativa lançada pelos 25 anos do Inesc. Acima, cartazes temáticos produzidos pelo Inesc que compunham a exposição sobre seus 25 anos.



**PUBLICAÇÃO DO LIVRO
“A ERA FHC E O
GOVERNO LULA,
TRANSIÇÃO?”**

O livro foi lançado na solenidade de comemoração dos 25 anos do Inesc.



“ O Inesc foi incorporando a atuação internacional como parte de sua identidade. Isso surge da convicção de que não podemos pensar o Brasil sem pensar o mundo. Além disso, o Inesc foi fundado por uma pessoa que passou muitos anos no exílio. Então, nós podemos dizer que ele sempre foi desafiado a contribuir para a construção não apenas da democracia brasileira, mas também de redes de solidariedade internacionais.”

Átila Roque

DO COLEGIADO DO INESC, EM ENTREVISTA REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2011

SEMINÁRIO UNCTAD

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), realizada em São Paulo, em junho de 2004, o secretário-geral da ONU, **Kofi Annan**, recebeu representantes do Fórum da Sociedade Civil, entre eles, Iara Pietricovsky, do Inesc.



KOFI ANNAN, SECRETÁRIO-GERAL DA ONU, E IARA PIETRICOVSKY, DO INESC
FOTO: ARQUIVO INESC

FÓRUM

Brasil do Orçamento

BRAZIL

FBO

Fórum Brasil
do Orçamento

Pela defesa e garantia da aplicação
dos recursos públicos nas
políticas sociais

Pela democratização do
Orçamento Público

Em 2002, o Inesc participou da fundação do Fórum Brasil do Orçamento (FBO), uma articulação de entidades da sociedade civil voltada para a defesa e a garantia da aplicação dos recursos públicos em políticas sociais.

O Inesc tem participado de todas as coordenações do FBO. No mesmo período de criação do Fórum, o Orçamento consolidou-se como a principal área de atuação do Inesc, estratégica para todos os trabalhos desenvolvidos pela instituição. A metodologia de monitoramento e análise desenvolvida pelo Inesc passou a ser usada nas diversas áreas de políticas públicas.

Você sabia?

O Governo Federal pagou em 2005:

R\$ 26,48 bilhões	em Saúde
R\$ 16,19 bilhões	em Educação
R\$ 15,81 bilhões	Assistência Social
R\$ 3,58 bilhões	Organização Agrária
R\$ 3,02 bilhões	em Segurança Pública

R\$ 2,11 bilhões	em Urbanismo
R\$ 1,99 bilhões	em Gestão Ambiental
R\$ 570 milhões	em Habitação
R\$ 494 milhões	em Cultura
R\$ 88 milhões	em Saneamento

Total: R\$ 80,33 bilhões

Fontes: SIAFI e Banco Central

É muito dinheiro? Só de juros e amortizações da Dívida foram pagos **R\$139,9 bilhões**, ou seja: 58,77 bilhões a mais do que o gasto social selecionado, sendo R\$117,80 bilhões para a Dívida Interna e R\$ 21,28 bilhões para a Dívida Externa.

Destinação de Utilização dos Recursos do Superávit primário do Governo Federal	2005 em bilhões de reais	%
Superávit Primário do Governo Federal	55.741	
Juros e amortizações da Dívida Nacional	13.580	24
Despesa com o pagamento de juros e amortizações da Dívida Nacional	31.901	57
Outras variações patrimoniais	10.260	18

À esquerda e acima, Folder do Fórum Brasil do Orçamento: em 2005, a União gastou R\$ 80,33 bilhões com políticas sociais e R\$ 139,09 bilhões com a dívida externa.



SUBSÍDIOS PRODUZIDOS PELO FÓRUM BRASIL DO ORÇAMENTO SOBRE O SUPERÁVIT PRIMÁRIO



APRESENTAÇÃO

O INESC vem atuando, há cerca de seis anos, no monitoramento dos gastos orçamentários do governo federal e, em particular, dos gastos relativos às políticas sociais e ambientais. O Boletim da Criança e do Adolescente traz os dados orçamentários levantados pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos, acompanhados de análises realizadas por consultores independentes sobre a implementação de políticas relacionadas à criança e adolescentes. Esta análise é realizada a partir do conceito "senso estrito" de orçamento da criança, desenvolvido pelo Ipea com apoio do Unicef, e refere-se à seleção das rubricas orçamentárias que se destinam a ações que atingem única ou prioritariamente crianças e adolescentes.

Ao divulgar estes dados e análises, o Inesc pretende ampliar o raio de alcance e impacto dessas informações sobre as organizações sociais, os formadores de opinião e órgãos de imprensa.

O INESC, através da levantamento e disseminação de informações dos gastos do governo federal, espera fortalecer o papel promotor da sociedade civil na infância e na adolescência dentro dos Conselhos de Direitos, nos três níveis de governo. O objetivo também é incentivar o envolvimento de diferentes segmentos sociais no debate sobre o tema.

Maria José Jaime
Secretária Executiva



Ano 1
Nº 01
Brasília, dezembro de 1999

Boletim da Criança e Adolescente

Um Panorama Orçamentário de Programas para Criança e Adolescente

Carlos Octávio Ozáez Res (*)

1. Cenário Macroeconômico

No final de 1998, dada a crescente instabilidade financeira internacional, o governo federal iniciou um esforço por meio do Programa de Estabilidade Fiscal com a intenção de realizar um forte ajuste fiscal nas contas públicas. Além das medidas de caráter estrutural, o eixo desse ajuste sustentou-se em cortes nas despesas de custeio e de capital (OCC).

Em janeiro de 1999, o Brasil sofreu um forte ataque especulativo, que obrigou as autoridades econômicas a buscar apoio financeiro junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e aos países centrais. O sucesso do programa proposto pelo FMI é mensurado a partir da avaliação do cumprimento de metas de desempenho fiscal e monetário, às quais a liberação de recursos está condicionada. Diante desse quadro, é reforçada a necessidade de cortes nas despesas frente ao crescimento da dívida pública.

Em suma, o acordo entre o governo federal e o Fundo Monetário Internacional prevê um esforço generalizado do setor público com a intenção de realizar um rigoroso ajuste fiscal e, dessa maneira, atingir elevados superávits primários nos próximos três anos. Esses superávits tem por finalidade normalizar a trajetória da dívida em relação ao Produto Interno Bruto. Na verdade, a desvalorização da moeda junto com a manutenção de altas taxas de juros acaba conferindo à dívida pública uma dimensão explosiva.

* Pesquisador da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea. Doutorando da Escola de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social - UFRJ, Rio de Janeiro. Gostaria de agradecer os esclarecimentos fornecidos por José Aparecido Carlos Ribeiro, pesquisador do Ipea.

2002: o ano que não começou

Publicação da Instituto de Estudos Socioeconômicos - Ano 1 • nº 1 • agosto de 2002

Orçamento



política ambiental e o controle social

Com o estímulo e decisivo apoio da Fundação Heinrich Bull, o INESC lança a série "Orçamento & Política Ambiental" que, com regularidade trimestral, pretende transformar-se em mais um instrumento para aprimorar o controle social das políticas ambientais no Brasil.

Desde 1995, o Instituto desenvolve uma metodologia de monitoramento e análise dos gastos federais com as seguintes políticas sociais: criança e adolescente; reforma agrária e agricultura; meio ambiente; populações indígenas e assistência social. Em 2002, o INESC fez uma revisão na metodologia, tendo em vista que o governo Federal promoveu um reordenamento das classificações orçamentárias no país.

O INESC, agora, detalha as ações executadas em cada programa, embora não tenha a mesma apresentação adotada na Lei Orçamentária. Utilizando um instrumental técnico sobre a administração dos recursos visando a realizar um monitoramento independente da ação governamental, no primeiro número, contamos com a colaboração do Grupo de Trabalho Interministerial para a análise das políticas sociais federais que impactam a região Nordeste. Nas próximas edições, pretendemos contar com a colaboração de diferentes organizações, também possam colaborar. Dessa forma, assim, estar contribuindo para a qualificação da sociedade civil e a implementação das políticas públicas sociais.

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Equipe de gestão do INESC

Orçamento & Política Agrária e Agrícola

Publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC

Educação e a participação rural no movimento agrário

Ministério do Desenvolvimento Agrário gerencia de forma duvidosa os recursos públicos, revelando uma falta de planejamento dos gastos e a consequente falha no cumprimento das ações governamentais. A maneira de agir que parece presumir a participação do cidadão e de suas organizações representativas não parece ter sido observado no comportamento pôde ser notado com clareza no ano passado. Em setembro, o ministro do Desenvolvimento Agrário, reagiu a uma nota técnica publicada pelo Instituto a provar que o governo não atingiu o final do ano, o montante de R\$ 1,5 bilhão destinado ao programa agrário.

No mesmo ano, publicamos outro relatório em que o governo tinha executado 5% do total do orçamento, ou seja, apenas R\$ 1,5 bilhão aprovado pelo Congresso Nacional. Restava, portanto, ao ministro do Desenvolvimento Agrário, em setembro, mais de 95% do orçamento. Nos últimos quarenta e cinco dias, o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem lançado de verbas públicas, cerca de R\$ 876,6 milhões, atingindo uma

(19/12/2001) "Análise da execução orçamentária do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 1º de novembro", INESC.

O orçamento público a seu alcance



O TRABALHO DO INESC COM O ORÇAMENTO PÚBLICO
DEU ORIGEM A DIVERSAS PUBLICAÇÕES SOBRE O TEMA

Orçamento e Direitos:

Construindo um Método de Análise do Orçamento
à Luz dos Direitos Humanos

Os gastos sociais no governo FHC

SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA

Uma análise orçamentária do Pronásci



Transparência ORÇAMENTÁRIA

NAS **CAPITAIS** DO BRASIL





SEMINÁRIO SOBRE O PLANO PLURIANUAL

Em maio de 2003, o Inesc organizou o seminário “O PPA no governo Lula: participação e controle social.” O encontro fez um debate até então inédito sobre o plano plurianual da União.

“

Foi um grande seminário e pela primeira vez o governo Lula se comprometeu a fazer audiências públicas em todo Brasil pra falar de Orçamento. A partir dessa movimentação, em que nós buscamos comprometer o governo brasileiro, o FBO tomou corpo.”

Iara Pietricovsky

EM ENTREVISTA CONCEDIDA EM 15 DE AGOSTO DE 2011



OS MINISTROS LUIZ DULCI E PAULO BERNARDO PARTICIPARAM DOS DEBATES SOBRE O PPA NO GOVERNO LULA
FOTOS: ARQUIVO INESC

“

Esta discussão sobre o PPA marca uma mudança de enfoque em relação ao debate sobre o Orçamento: olhar não só do lado da despesa, mas também da receita, isto é, de quem o Estado arrecada e para quem ele distribui.”

José Antônio Moroni

EM ENTREVISTA CONCEDIDA EM 15 DE AGOSTO DE 2011



CHAMADA GLOBAL PARA A
AÇÃO CONTRA A POBREZA
ALIANÇA PELA IGUALDADE

A MULHER E OS DESAFIOS DA EMANCIPAÇÃO

de 15 a 30 de agosto de 2007

Local

Biblioteca Nacional de Brasília
Esplanada dos Ministérios

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO EVENTO "A MULHER E OS DESAFIOS DA EMANCIPAÇÃO"

2007

MORRE BIZEH

Em 23 de novembro de 2007, morre de câncer Maria José Jaime, a Bizeh, fundadora do Inesc, historiadora, ex-exilada política. Na ocasião, o Inesc divulgou uma nota sobre o legado de Bizeh: "Ela nos deixa sua inabalável fé, empenho e dedicação para a construção de um sonho: um Brasil mais igualitário, mais justo e solidário com os mais necessitados." Bizeh já estava afastada da coordenação do Inesc desde 2002, quando a instituição adotou um colegiado como modelo de gestão política.

Em 2007, dois anos após lançada, a Chamada Global de Ação contra a Pobreza – Aliança pela Igualdade, da qual o Inesc é responsável pela secretaria-executiva no Brasil, definiu como eixo de atuação o tema da mulher. A Chamada Global e o Inesc organizaram em agosto de 2007 em Brasília 15 dias de atividades sobre os desafios da emancipação da mulher.

MULHER



“

A Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) se solidariza neste momento de pesar com os familiares, amigos e colegas de Maria José Jaime, a Bizeh, uma das fundadoras do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

Ficará sempre em nosso coração a lembrança de cada um e cada uma dos que, como Bizeh, colocam os pés na estrada rumo a um mundo livre, democrático e socialmente justo. E que através do recomeço diário da caminhada buscam fazer com que o caminho nasça debaixo de cada pegada. Que mesmo em meio à dor possamos encontrar no exemplo de Bizeh conforto, inspiração e forças para seguir na jornada.”

Coordenação da Cese



FOTO: ARQUIVO INESC



Prezados amigos/as do Inesc,

Nós do Centro Dom José Brandão de Castro (Sergipe) nos solidarizamos com vocês nesta hora de dor e desejamos que o exemplo de vida e de luta deixado por Bizeh continue a impulsionar todos vocês que fazem o Inesc e a todos nós que militamos nos movimentos sociais e sonhamos com a construção de uma sociedade solidária e justa.

Abraço,

Maria Inês dos Santos Souza

CENTRO DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO (SERGIPE)



Peço-lhe o favor de transmitir aos familiares da Bizeh e aos companheiros do Inesc os sentimentos de pesar, meus e de Marietta. Bizeh foi uma grande lutadora pelos direitos das pessoas pobres e pela independência de nosso país.

Fará falta. Mas deixa um exemplo que certamente frutificará.

Um abraço,

Plínio de Arruda Sampaio

“

Caros amigos do Inesc,

Gostaríamos de expressar-lhes nosso pesar pelo falecimento de Bizeh Jaime, fundadora do Inesc. Que muitos sigam seu exemplo e se doem mais para o outro, como ela o fez.

Abraços,

Equipe do Siga Brasil”

2008

LANÇAMENTO DO LIVRO
**“MULHERES
 INDÍGENAS, DIREITOS E
 POLÍTICAS PÚBLICAS”**

Em 2008 o Inesc lançou a publicação “Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas”, que trata sobre a questão de direitos nas comunidades indígenas.



FOTO: ARQUIVO INESC



Na área da criança, identifico três contribuições importantes do Inesc.

Primeiro, o acompanhamento da agenda da criança e do adolescente no Parlamento. Já é tradicional que o Inesc faça o mapeamento de todos os projetos que estão em tramitação no Congresso.

A segunda contribuição é o Orçamento Criança. Nós definimos uma metodologia própria para o Orçamento Criança. Vários municípios e Estados adotaram, inclusive com leis. O Distrito Federal, por exemplo, tem a lei que adota essa metodologia e na qual o Executivo tem que periodicamente apresentar ao Legislativo o Orçamento Criança.

E a última contribuição é a questão da incidência política dos adolescentes nos próprios espaços de poder. Nós dizemos isso principalmente em relação à Câmara Legislativa do DF e ao Congresso.”

José Antônio Moroni

EM ENTREVISTA CONCEDIDA EM 15 DE AGOSTO DE 2011

Com a experiência acumulada em Orçamento, o Inesc desenvolveu uma metodologia para o acompanhamento de projetos de lei e dos programas orçamentários ligados à infância e à juventude, importante área de atuação do instituto.

2009

PRÊMIO DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

Inesc recebe prêmio da Fundação Banco do Brasil, por conta da metodologia de Orçamento e direitos aplicada à educação de adolescentes nas escolas públicas da periferia de Brasília.



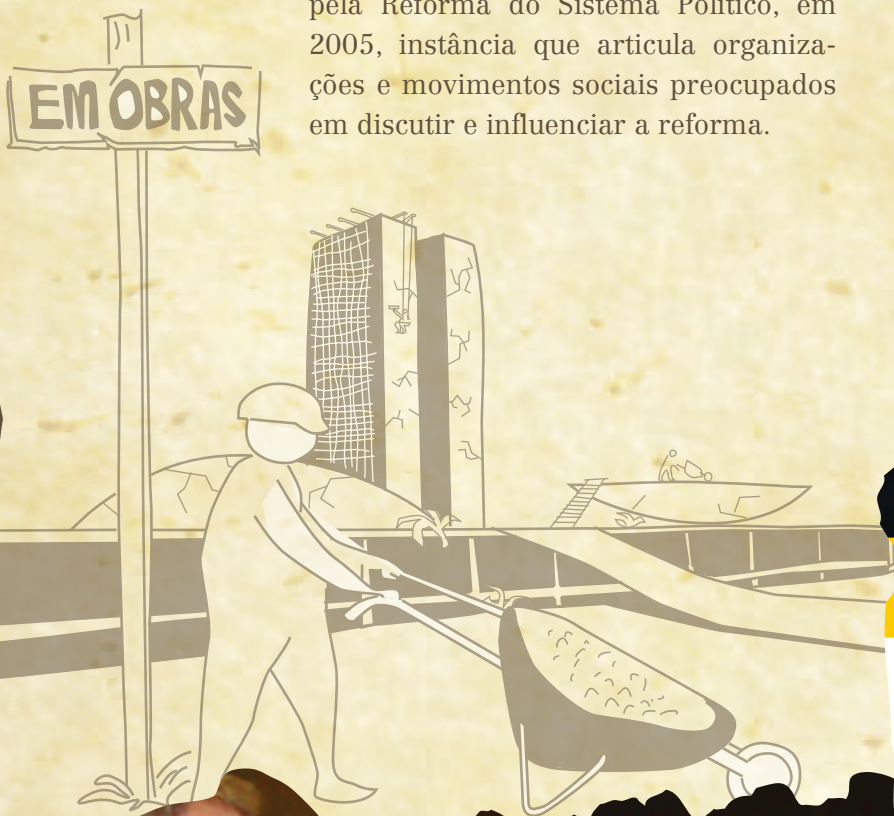
30 ANOS DO INESC

Na ocasião, o Inesc lançou uma nova marca.



REFORMA política

O Inesc foi uma das entidades responsáveis pela criação da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, em 2005, instância que articula organizações e movimentos sociais preocupados em discutir e influenciar a reforma.



À esquerda, seminário “Parlamento hoje: democracia, representação e participação”, realizado pelo Inesc em Brasília, em maio de 2009, com o objetivo de discutir o papel do Parlamento e a relação com a sociedade civil.

Seminário
Parlamento Hoje: Democracia, Representação e Participação

Data: 05 e 6 de maio de 2009
Local: Câmara dos Deputados - Auditório do Anexo IV





2011

PRÊMIO ITAÚ-UNICEF

Em outubro de 2011, o projeto
“**Onda: adolescentes em
movimento pelos direitos**”,
desenvolvido pelo Inesc desde
2008, ganha a etapa regional do
Prêmio Itaú-Unicef.

“

Ora, a questão da forma de fazer política e exercer o poder e seus mecanismos é um debate no qual a sociedade tem todo o direito de participar e decidir. Afinal, todo poder, inclusive o da representação, é uma delegação da sociedade. Com isso, elaboramos o conceito de reforma do sistema político que coloca no centro do debate não apenas o processo eleitoral e a representação, mas também o poder, suas formas de exercício e controle, e principalmente o debate sobre quem tem o poder de exercer o poder.”

José Antônio Moroni

EM ENTREVISTA AO *LE MONDE DIPLOMATIQUE* DE MAIO DE 2011
SOBRE A PLATAFORMA PELA REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

AGÊNCIAS QUE FINANCIARAM O INESC DESDE 1982

ACTIONAID

ACTIONAID BRASIL

AMENCAR – ASSOCIAÇÃO DE APOIO À CRIANÇA
E AO ADOLESCENTE

AVINA AMÉRICAS

BOARD OF GLOBAL MINISTRIES / HUMAN RIGHTS
OFFICE / LUTHERAN WORLD RELIEF / WORLD
COUNCIL OF CHURCHES

BRUCKE DER BRUDERHILFE

BRUCKE/CECOTRET

CÁRITAS BRASILEIRA

CAFOD – THE CATHOLIC FUND FOR OVERSEAS
DEVELOPMENT

CCFD – TERRESOLIDAIRE

CEBEMO – ORGANIZAÇÃO CATÓLICA PARA
CO-FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS DE
DESENVOLVIMENTO

CESE – COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO

CHARLES STEWART MOTT FOUNDATION

CHRISTIAN AID

CIDEP – CENTRO DE INVESTIGACIÓN, DESARROLLO
Y ENSEÑANZA DE PERMACULTURA

CLIMATE WORKS FOUNDATION – CLUA

COMUNIDADE EUROPÉIA

CONANDA – CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DANCHURCHAID

DESENVOLVIMENTO E PAZ – CANADIAN CATHOLIC
ORGANIZATION FOR DEVELOPMENT AND PEACE

DFID – PROGRAME FUNDING AGREEMENT FOR
DFID

EDF – ENVIRONMENTAL DEFENSE FUND

EED – DEPARTAMENTO LATINO AMERICANO

EMBAIXADA BRITÂNICA NO BRASIL

EZE – EVANGELISCHE ZENTRALSTELLE FÜR
ENTWICKLUNGSHILFE

FASTENOPFER – FASTENOPFER DER SCHWEIZER
KATHOLIKEN

FUNDAÇÃO AVINA

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

FUNDAÇÃO FORD

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL

FUNDAÇÃO INTERAMERICANA – IAF

FUNDAÇÃO TINKER

FUNDO CANADÁ

GLOBAL GREENGRANTS FUND

HEKS – AYUDA DE LAS IGLESIAS EVANGELICAS DE
SUIZA

IBP – INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP
IIE – INSTITUTE OF INTERNATIONAL EDUCATION
INSTITUTO HEINRICH BÖLL
KINDERNOTHILFE
MANITESE – ORGANISMO CONTRO LA FAME
E PER LO SVILUPPO DEI POPOLI
MISEREOR – BISCHOFliches HILFSWERK
MISEREOR E.V.
NEW RULLES FOR GLOBAL FINANCE COALITION
NORWEGIAN CHURCH AID
NOVIB – ORGANIZAÇÃO HOLANDESA DE
COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
OXFAM NOVIB
OXFAM UK
OXFAM AMÉRICA
OXFORD POLICY MANAGEMENT LTD
PÃO PARA O MUNDO
SCIAF – SCOTTISH CATHOLIC INTERNATIONAL
AID FUND
SAVE THE CHILDREN FUND
SECOURS CATHOLIQUE
SOLIDARIDAD
SURVIVAL INTERNATIONAL

STICHTING DOEN!
TERRA NOVA
TERRE DES HOMMES SUISSE
THE CATHOLIC FUND FOR OVERSEAS
DEVELOPMENT
THE GLOBAL DEVELOPMENT AND ENVIRONMENT
INSTITUTE – GDAE
TROCAIRE – THE CATHOLIC AGENCY FOR
WORLD DEVELOPMENT
UNEP – UNITED NATIONS ENVIRONMENT
PROGRAMME
UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA / DF
UNIÃO EUROPÉIA
UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA A INFÂNCIA
UNIFEM – ONU MULHERES
VASTENAKTIE
WEMOS FOUNDATION
WITNESS

CONGRESSO TRAN
DIREITOS HUMANOS
REFORMA POLÍTICA
TRANSGÊNICOS. IA DIRE
MULHERS
HOMOFOBIA ANIS
DITADURA
ELEIÇÕES IGUALDADE
TE
ME
RE

NSPARÊNCIA
S EXÍLIO FOME ÉTICA
TAS JÁ! FOME ÉTICA
CIDADANIA
POLÍTICA
ERRA IMPEACHMENT
INDÍGENA
IO AMBIENTE BIZEH
FORMA AGRÁRIA

